

São Paulo, 18 de outubro de 2021.

AOS CUIDADOS DO GRUPO DE TRABALHO FORMADO PARA A CONDUÇÃO DO APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO DA LOTERIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

C/C

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

REF: Edital de Chamamento Público nº 004/2021 – projeto de implantação e operação dos serviços lotéricos no Estado de São Paulo (“Projeto”)

Assunto: Apresentação dos Produtos Finais I e IV – Análise jurídico-regulatória e estudo de viabilidade econômico-financeira

Prezados Senhores,

1. **BRLOT – BRASIL LOTERIAS LTDA.** (“Proponente”) vem apresentar os produtos finais dos estudos elaborados no âmbito do chamamento público nº 004/2021 (“Chamamento Público”), relacionados à implantação e operação de serviços lotéricos no Estado de São Paulo, que contemplam modelagens jurídica e econômico-financeira, elaboradas em conformidade com a metodologia descrita no plano de trabalho apresentado na solicitação de autorização (“Produtos Finais”).

2. Em 26 de agosto de 2021, a Proponente foi autorizada a realizar os estudos, conforme comunicado de autorização publicado no Diário Oficial de São Paulo na mesma data. Após realizar o levantamento da legislação e regulamentação aplicável e identificar os elementos-chave do projeto, foram fixadas e apresentadas as premissas conceituais ao Grupo de Trabalho da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão em reunião virtual realizada em 16 de setembro de 2021.

3. A Proponente detalha a seguir os Produtos Finais contemplando (i) propostas de modelagens jurídica e econômico-financeira; (ii) razões de conveniência e oportunidade; (iii) minutas de documentos e sugestões para sua operacionalização.

TERMOS DEFINIDOS	4
DEFINIÇÕES TÉCNICAS.....	6
I. INTRODUÇÃO.....	9
I.1. A PROPONENTE	9
II. HISTÓRICO E CONTEXTO	11
II.1. POSSIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO DE LOTERIAS ESTADUAIS	11
II.2. LOTERIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	12
II.3. CONCLUSÃO PARCIAL: HISTÓRICO LEGISLATIVO E JURISPRUDENCIAL.....	13
III. MODELO PROPOSTO: LOTERIA DIGITAL	15
III.1. CARACTERÍSTICAS DO MODELO TRADICIONAL.....	15
III.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO PROPOSTO	16
III.3. VANTAGENS DO MODELO PROPOSTO	18
IV. MODELAGEM JURÍDICA: CREDENCIAMENTO.....	21
IV.1. CONCORRÊNCIA E INOVAÇÃO	21
IV.2. DESVANTAGENS DO MODELO ALTERNATIVO: CONCESSÃO	23
IV.3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO CREDENCIAMENTO	24
IV.3.1. Especificação dos Serviços.....	30
IV.3.2. Especificação dos Produtos	32
IV.3.3. Fiscalização e gestão.....	32
IV.3.3.1. <i>Gestão do Projeto: PRODESP</i>	33
IV.3.3.2. <i>Alternativa: Gestão Direta pelo Estado de São Paulo</i>	38
V. MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA	41
V.1. PREMISSAS E CENÁRIOS CONSIDERADOS	42
V.1.1. Estimativa do PIB paulista nos próximos dez anos.....	42
V.1.2. Estimativa das taxas de participação no PIB dos jogos de loterias nos próximos dez anos em dois cenários	44
V.1.3. Estimativa das curvas de crescimento das receitas em dez anos.....	45
V.1.4. Estimativa da participação de cada modalidade e do <i>Market Share</i> estadual <i>versus</i> federal em dois cenários	48

V.1.5.	Estimativa do mercado de apostas esportivas para o Estado de São Paulo	51
V.1.6.	Estimativa das receitas gerais, pagamento de premiações, repasses para o Estado e receita para os operadores em dois cenários.....	53
V.1.7.	Análise de sensibilidade.....	57
VI.	ARQUITETURA TECNOLÓGICA	59
VI.1.	RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS, FUNCIONAIS E TECNOLÓGICAS	59
VI.2.	EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	61
VI.3.	CONDIÇÕES OPERACIONAIS	64
VII.	CONCLUSÕES	71
VIII.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
	ANEXO I – MINUTA DE DECRETO ESTADUAL.....	75
	ANEXO II – MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – GESTÃO DO PROJETO POR PRODESP	78
	MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO POR PRODESP	81
	MINUTA DO TERMO DE ADESÃO – ANEXO B AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO POR PRODESP	86
	ANEXO III – MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – GESTÃO DO PROJETO PELO ESTADO.....	92
	MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO PELO ESTADO.....	95
	MINUTA DO CONTRATO – ANEXO B AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO PELO ESTADO.....	99
	ANEXO IV - INSTALAÇÕES TECNOLÓGICAS EXIGIDAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	105
	ANEXO V - DOCUMENTOS A SEREM ELABORADOS PELA CREDENCIADA	113

TERMOS DEFINIDOS

ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade

API: *Application Programing Interface*

ADPF: Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental

Aplicação Móvel: aplicação móvel, a ser desenvolvida pelos credenciados, que deverá atender às funcionalidades técnicas estabelecidas pelo Estado de São Paulo, com integração de meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos

CEESP: Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A.

Chamamento Público: Chamamento Público para apresentação de estudos necessários à implantação de operação de loterias no Estado de São Paulo e os possíveis modelos de delegação à iniciativa privada, objeto do Edital de Chamamento Público nº 004/2021

Contrato: Contrato que regula a prestação dos Serviços, conforme alternativas descritas nos itens IV.3.3.1 e IV.3.3.2

CPF: Cadastro de Pessoas Físicas

Decreto Estadual: Decreto estadual que regule a exploração e a administração dos Serviços relativos ao funcionamento da Loteria Estadual de São Paulo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Lei das Estatais: Lei nº 13.303/2015

Nossa Caixa: Banco Nossa Caixa Nosso Banco, cuja razão social foi posteriormente alterada para Banco Nossa Caixa S.A.

Nova Lei de Licitações: Lei nº 14.133/2021

PIB: Produto Interno Bruto

Pontos de Venda: pontos de venda ou terminais para distribuição dos Produtos

Produtos: produtos lotéricos cuja comercialização ocorre via registro eletrônico e identificação do apostador, a serem desenvolvidos pelos credenciados para a prestação dos Serviços

Produtos Finais: Produtos Finais I e IV, previstos no item 4.2 e 4.5 do Edital de Chamamento Público nº 004/2021, correspondentes ao estudo de viabilidade econômico-financeira e à análise jurídico-regulatória

Projeto: projeto de implantação e operação dos Serviços no Estado de São Paulo

Proponente: BRLOT - Brasil Loterias Ltda., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 04.919.291/0001-77, com NIRE nº 35.217.422.518, com endereço na Rua dos Pinheiros, nº 1.040, salas nº 105/106, bairro Pinheiros, CEP: 05422-001, município de São Paulo, estado de São Paulo, atuante no ramo de loterias e tecnologia.

RILC: Regulamento Interno de Licitações e Contratos de PRODESP

Serviços: Serviços operacionais para exploração de atividade lotérica, conforme detalhado no item IV.3.1.

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

STF: Supremo Tribunal Federal

STJ: Superior Tribunal de Justiça

TCU: Tribunal de Contas da União

DEFINIÇÕES TÉCNICAS

Agente lotérico: pessoa física ou jurídica habilitada para funcionar como ponto de venda de bilhetes de loteria, bem como descontar bilhetes de loteria premiados.

Aposta: ato de escolher números, símbolos e/ou eventos futuros e incertos, registrados em um bilhete de loteria ou qualquer outro meio competente, mediante pagamento de determinada quantia em dinheiro, para concorrer ao recebimento de um ou mais prêmios, estes que serão pagos ou entregues se aquelas escolhas forem realizadas, seja por sorteio ou pela confirmação do evento indicado.

Aposta física: aposta realizada diretamente pelo apostador ao consignar sua escolha em um bilhete ou volante impresso.

Aposta antecipada: é a capacidade de um jogador de comprar apostas em sorteios que serão realizados no futuro. O número de sorteios e o intervalo de tempo variam de jogo para jogo.

Aposta virtual: aquela realizada pelo apostador em canal eletrônico e/ou via *internet*.

Apostador: pessoa natural maior de 18 (dezoito) anos que tenha realizado a aposta virtual e/ou a aposta física.

Bilhete de loteria: cartelas impressas ou geradas eletronicamente capazes de representar uma ou mais apostas.

ISO 27001: norma internacional de gestão de segurança da informação, que tem como princípio geral a adoção de um conjunto de requisitos, processos e controles, que visam gerir adequadamente os riscos de segurança da informação.

ISO9001:2015: norma reconhecida internacionalmente que foi criada para certificar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e determinar quais são os requisitos para a implementação desse sistema em uma empresa.

Jogo de loteria: ato de apostar dinheiro na tentativa de obter lucro em sistema operado pelo Poder Público, direta ou indiretamente.

Jogo passivo: Jogos de bilhetes de loteria pré-numerados em que o jogador ganha se os seus números corresponderem (total ou parcialmente) aos números de um sorteio.

Jogo responsável: prática pela qual uma pessoa gasta apenas o que pode pagar em bilhetes de loteria e outras atividades de jogo. Também constitui programa mantido por loteria e outros agentes que fornece aos jogadores informações e recursos sobre jogos de azar responsáveis.

Lançamento do jogo: O processo de introdução de um novo produto. A primeira data em que um novo produto de loteria é oferecido ao público.

Loteria: pode assumir diferentes significados, compreendendo: (i) entidade que opera ou administra jogos de loteria; (ii) jogo em que todos têm chances iguais de ganhar; e (iii) jogo com

três componentes para os jogadores: um prêmio a ser ganho, uma chance de ganhar e um elemento de consideração (tal como comprar um bilhete) para entrar no jogo.

Loteria instantânea: bilhete de loteria no qual o apostador realiza ação para determinar se ele ganhou, conforme indicado pelos símbolos, números e palavras que são revelados.

Loteria de prognóstico numérico: se caracteriza por bilhetes adquiridos e preenchidos pelos apostadores, contendo números, símbolos ou caracteres que, uma vez sorteados, aleatoriamente, determinem um ou mais vencedores, conforme o plano de jogo lotérico correspondente, permitindo assim que o apostador vencedor receba o prêmio previsto no regulamento do jogo.

Loteria de aposta de cotas fixas: se caracteriza pela utilização de sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico, conforme o regulamento do jogo.

Máquina de venda automática de bilhetes: dispositivo de venda automática independente no qual o jogador insere dinheiro ou outras formas de pagamento, quando disponíveis, e seleciona o bilhete do jogo que deseja comprar e/ou registra sua aposta.

Multiplicador: um número extra sorteado para aumentar o pagamento se a aposta for vencedora. O número sorteado (Y) multiplicará o prêmio do jogador (X) pelo valor sorteado (Y). Uma opção de multiplicador geralmente requer uma quantia de aposta adicional.

NET WIN: é a diferença entre a arrecadação total e o pagamento do prêmio acrescido dos tributos incidentes sobre ele (ou GGR - Gaming Gross Revenue).

Operação lotérica: conjunto de serviços que resultam na execução do objeto contratado.

Pari-mutual: método de pagamento em que o prêmio total disponível é dividido entre todos os vencedores em um determinado nível de prêmio.

Payout: percentual sobre a arrecadação da loteria destinado ao pagamento de prêmios.

Plano de jogo lotérico: conjunto de regras que define a quantidade e preço das apostas, a quantidade, a qualidade e o valor dos prêmios, a probabilidade de premiação, o prazo previsto de circulação e as demais especificações que compõem um jogo e/ou urna série, incluindo a previsão do NETWIN.

Plano de premiação: conjunto de regras que definem os bens que serão entregues aos jogadores vencedores, incluindo dinheiro, bem como a forma de resgate, prazos de prescrição e rateio entre os vencedores, conforme o caso.

Preço da aposta: valor da aposta física ou da aposta virtual, expresso em Reais (R\$).

Premiação ou prêmio: é o fruto da aposta vencedora ou sorteada.

Premiação fixa: é o prêmio a ser pago ao vencedor, independentemente do volume de venda de determinada série de bilhetes.

Premiação variável: ocorre quando o prêmio a ser pago pode sofrer variações em função do volume de vendas ou do rateio entre apostadores vencedores.

Random Number Generator (RNG): sistema computadorizado seguro, usado, por exemplo, no lugar de máquinas de sorteio de bolas em certas jurisdições ou para certos jogos, que tira números aleatórios para um jogo.

Resgate: processo de apresentação e processamento de um bilhete para reivindicação do prêmio correspondente.

Série: conjunto de jogos e de apostas que obedecem a um mesmo plano de premiação.

Sorteio: procedimento pelo qual se escolhe, aleatoriamente, números, símbolos e/ou objetos capazes de revelar ou identificar um ou mais jogadores para fins de recebimento do prêmio.

Sorteio de loteria: o processo de seleção de números, símbolos e/ou objetos para determinar quais bilhetes de loteria vendidos anteriormente são os vencedores. Os sorteios de loteria podem ser realizados por meio de dispositivos mecânicos com bolas, dispositivos giratórios ou geradores de números aleatórios computadorizados (RNG).

Sorteio de segunda chance: um recurso pelo qual os bilhetes de loteria não vencedores fornecem uma oportunidade adicional de ganhar prêmios diferentes daqueles no jogo específico apresentado no bilhete.

Terminal: dispositivo eletrônico usado para inserir apostas e imprimir bilhetes para jogos de loteria. Os terminais de loteria também podem possuir outros recursos.

Validação: processo de confirmação de um bilhete de loteria como sendo vencedor/sorteado, confirmando que o bilhete não foi validado anteriormente e marcando o bilhete como "validado" no sistema (um bilhete vencedor só pode ser validado uma vez).

I. INTRODUÇÃO

I.1. A PROPONENTE

1. A Proponente, BRLOT – Brasil Loterias, empresa parceira do grupo Sorte Online, nasce com o objetivo de desenvolver e digitalizar o novo mercado de loterias estaduais no Brasil.

2. Fazemos parte de um ecossistema de produtos que promove sorteios e entretenimento digital desde 2003. Sorte Online, Loto Super, Loteria Brasil, Doctor Lotto, Lottocap e Arena 22 são integrantes deste ecossistema, e todos estão ligados à Lotto.com.

3. São 18 anos atuando em loterias, capitalização e “*fantasy gaming*”. Em 2003, surge no Brasil o site Sorte Online, que oferece um serviço até então inédito: a possibilidade de participar online das loterias da Caixa, além de aumentar as chances de os apostadores ganharem em bolões. Já em 2018, foram criados o LottoCap, um título de capitalização 100% digital que oferece prêmios, e o Doctor Lotto que já estreava como um dos maiores sites do Brasil no universo das loterias. Finalmente, em 2020, entra em campo Arena 22, o site de entretenimento esportivo que estimula palpites em partidas e campeonatos de futebol. Todas essas plataformas estão integradas na Lotto.com, um dos maiores grupos de loteria do mundo.

4. Como parte de um grupo globalizado, além do Brasil, oferecemos nossos serviços e tecnologia em: Gibraltar, Malta, Reino Unido, Austrália, Irlanda, Suécia, África do Sul, Estados Unidos, Alemanha e República Tcheca. Sempre com foco digital em apostas lotéricas, cassino, esportes e apostas virtuais.

5. A Proponente conta também com a *expertise* da ALOT Solutions, o braço tecnológico do grupo, presente na Europa, Ásia, Américas e África. Emprega os mais altos padrões de tecnologia e *compliance* ao processar milhões em apostas mensais há quinze anos. Seus certificados e tecnologia são a garantia de transparência nos processos, segurança da informação, jogo responsável e combate à manipulação de resultados.

6. Somos parte do maior grupo de serviços lotéricos digitais no Brasil, provendo conteúdo digital, operando bolões online e bilhetes de loteria. Anualmente, são mais de vinte milhões de visitantes únicos, mais de dois milhões de clientes atendidos e 5,4 milhões de transações. Mais de R\$ 170 milhões em prêmios das loterias da Caixa foram pagos por nós. Só no Estado de São Paulo, as plataformas tecnológicas do Grupo receberam mais de 3,5 milhões de visitas nos últimos doze meses.

7. Nosso diferencial é a *expertise* na construção de marca, geração de demanda, aquisição e retenção no digital (SEO, CRM e atendimento digital), agregando parcerias, potencializando oportunidades (PDV e Plataformas) e otimizando performance (Mídia). Já possuímos parcerias ativas, com foco em “omnicanalidade”, trabalhando canais *online* e lojas físicas com as mais destacadas empresas do segmento *fintech banking*, como: PicPay, Pagbank,

Agibank, Banco Inter e C6 Bank. As maiores redes de postos de combustível como BR Distribuidora (Vibra) e Ipiranga também são nossas parceiras. Ambas conectadas por seus aplicativos de fidelidade, o “Premmia” e o “Abastece Aí”, que levam nossos produtos a milhões de consumidores. São mais de 40 mil Pontos de Venda nos mais diversos segmentos como redes farmacêuticas, varejistas e integrações em *e-wallets* como Ame Digital.

8. Somos a BRLOT, a loteria estadual que traz evolução e conquista resultados! Veja nosso vídeo institucional de apresentação para o Projeto ora proposto:



II. HISTÓRICO E CONTEXTO

II.1. POSSIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO DE LOTERIAS ESTADUAIS

9. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 22, XX¹, a competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. No âmbito federal, a atividade de loterias foi regulada pelo Decreto nº 21.143/32. A possibilidade de exploração indireta foi posteriormente disciplinada pelo Decreto-Lei nº 2.980/41.

10. Tais disposições foram alteradas pelo Decreto-lei nº 204/67, que vedou a concessão dos serviços de exploração de loteria e proibiu a criação de loterias estaduais, permitindo que as loterias já existentes continuassem a operar desde que não aumentassem suas emissões.

11. Em 2004, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (“ADI”) nº 2.847, que decidiu pela inconstitucionalidade de leis distritais que instituíam e regulavam a loteria do Distrito Federal por entender que estas afrontavam o artigo 22, XX, da Constituição Federal. Já naquele momento surgiu o debate sobre a distinção entre legislar de forma privativa, atuar de forma privativa e a adequação do monopólio da atividade de loterias pela União.

12. O entendimento sobre a inconstitucionalidade de leis estaduais que tratavam das loterias foi reiterado em diversos precedentes até que, em 2007, a Súmula Vinculante nº 2² foi proposta *ex officio* pelo STF e fixou a interpretação de que a previsão constitucional que fixa competência exclusiva da União para legislar sobre sorteios inclui a matéria relacionada a loterias. Nesse ponto, cumpre lembrar que em 2007 foi declarada inconstitucional, por meio da ADI nº 3.895/SP, norma paulista que pretendia vedar máquinas de caça-níqueis e assemelhadas, por reconhecer vício formal em virtude de afronta à competência legislativa da União.

13. O tema voltou a debate em 2020, quando foram apreciadas conjuntamente pelo STF as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (“ADPF”) nº 492 e 493, que questionavam a constitucionalidade da vedação estipulada no Decreto-lei nº 204/1967 à exploração de loterias pelos Estados.

14. No julgamento das ADPFs, o STF considerou que a Constituição Federal não estabelece a exclusividade da União no exercício de atividades lotéricas e que, portanto, a restrição do serviço de loterias à titularidade da União viola a competência material dos Estados. Isso porque a Constituição Federal dispõe em seu artigo 25, § 1º, que “*são reservadas aos Estados*

¹ Art. 22 da Constituição Federal. Compete privativamente à União legislar sobre:

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

² Súmula Vinculante 2 – STF: É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Assim, observando a competência material, não se pode inferir do texto constitucional a proibição ao funcionamento de loterias estaduais.

15. Reconheceu-se, ademais, que a jurisprudência do STF sobre o assunto vinha se limitando a discutir a competência legislativa para regulamentar a atividade de loterias. Foi reafirmada, assim, a competência privativa da União para legislar sobre loterias, devendo as normas estaduais observarem a disciplina federal para exploração das atividades e sendo-lhes vedado inovar sobre o tema, com manutenção do entendimento fixado na Súmula Vinculante nº 2.

16. Assim, afirmou-se a possibilidade de legislações estaduais, seja via lei ou decreto, efetivarem a competência material dos Estados de instituição dos Serviços e veicularem disposições adaptativas dentro das balizas federais. Os Estados podem, portanto, explorar as modalidades lotéricas estabelecidas pela Lei nº 13.756/2018: (i) loteria passiva; (ii) loteria instantânea; (iii) loteria de prognósticos numéricos; (iv) loteria de prognóstico específico; (v) loteria de prognósticos esportivos; e (vi) aposta esportiva em quota fixa.

II.2. LOTERIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

17. A Loteria do Estado de São Paulo foi instituída em 1939, por meio do Decreto Estadual nº 10.120/39. Em 1986, foi restabelecida sob a denominação de Loteria da Habitação pela Lei Estadual nº 5.256/1986 e regulada pelo Decreto Estadual nº 25.923/86, destinada a angariar recursos para investimento na concessão de linhas de créditos subsidiados para o financiamento da habitação popular e de sua infraestrutura básica. Sua exploração e administração era realizada pelo Estado por meio da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. (“CEESP”), enquanto a distribuição era realizada por agentes lotéricos credenciados.

18. Cabia à CEESP a taxa de 3 % (três por cento) da renda bruta de cada extração em contraprestação pela prestação de Serviços da Loteria da Habitação. Em 1990, a CEESP foi transformada no banco múltiplo Nossa Caixa Nosso Banco S.A., cuja razão social foi posteriormente alterada para Banco Nossa Caixa S.A. (“Nossa Caixa”).

19. Em 1999, foi criada a Loteria da Cultura pela Lei Estadual nº 10.242/1999, para arrecadação de recursos destinados ao fundo especial da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Regulamentada pelo Decreto Estadual nº 46.103/2011, a competência para exploração e administração dos Serviços foi atribuída à Nossa Caixa S.A. Previam-se a possibilidade de a Nossa Caixa, sob sua responsabilidade e com anuência expressa da Secretaria da Cultura, outorgar a terceiros a operação da Loteria da Cultura nas suas diversas modalidades, exceto a realização de sorteios.

20. A Loteria da Habitação também passou a ser explorada por meio da Nossa Caixa conforme a Lei Estadual nº 10.871/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 46.549/2002, para captação de recursos destinados ao Programa Habitacional do Estado de São

Paulo, com seus resultados alocados a fundo mantido na Nossa Caixa e gerido pela Secretaria da Habitação.

21. Tanto na Loteria da Habitação quanto na Loteria da Cultura a distribuição dos bilhetes e venda de apostas era realizada por meio de revendedores credenciados e cabia à Nossa Caixa percentual da receita bruta de cada extração a título de remuneração pelos Serviços prestados. A receita bruta era considerada como o produto da arrecadação, deduzida a comissão atribuída aos revendedores. Na Loteria da Cultura, a taxa era variável entre 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), a depender da proporção dos Serviços objeto de terceirização em cada modalidade. Na Loteria da Habitação, a taxa era de 3% (três por cento) sobre a modalidade de extração por bilhete e 5% (cinco por cento) para as demais modalidades.

22. A Nossa Caixa apurava periodicamente (trimestralmente para a Loteria da Habitação e mensalmente para a Loteria da Cultura) o resultado da loteria, creditando os valores nos respectivos fundos destinados a programas de habitação e cultura. As apurações eram objeto de relatórios enviados às Secretarias da Cultura e da Habitação.

23. As loterias do Estado de São Paulo foram suspensas em 2009, pelo Decreto Estadual nº 53.977/2009. Desde então, os Serviços não foram novamente prestados no âmbito estadual. Em 2009, o controle acionário do Banco Nossa Caixa foi alienado pelo Governo do Estado de São Paulo, o que acarretou no encerramento de suas atividades como banco público estadual.

24. Em julho de 2021, a Lei estadual nº 17.386/2021, em seu artigo 15³, autorizou o Poder Executivo a instituir e explorar, na forma do artigo 175 da Constituição Federal⁴, a Loteria Estadual de São Paulo, devendo utilizar o resultado líquido obtido no custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social no Estado. Também foram revogadas as Leis nº 5.256/86, nº 10.242/99 e nº 10.871/2001, que regulavam a Loteria da Habitação e da Cultura.

II.3. CONCLUSÃO PARCIAL: HISTÓRICO LEGISLATIVO E JURISPRUDENCIAL

25. Diante da legislação e jurisprudência expostas, fica demonstrada a possibilidade jurídica de exploração dos Serviços de loteria no Estado de São Paulo.

26. Observam-se, ainda, os relevantes exemplos de operacionalização dos Serviços pelo Estado por meio da Administração indireta, como ocorreu com as Loterias da Habitação e da Cultura, administradas pela Nossa Caixa.

³ Art. 15 da Lei estadual nº 17.386/2021. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e explorar, na forma do artigo 175 da Constituição da República, a Loteria Estadual de São Paulo, devendo utilizar o resultado líquido obtido no custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social no Estado.

⁴ Art. 175 da Constituição Federal. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

27. Não foram identificadas outras limitações jurídicas ao modelo, que não exige aprovações adicionais para viabilizar seu funcionamento. Passa-se a expor, portanto, perspectivas e direcionamentos viáveis para o Projeto.

III. MODELO PROPOSTO: LOTERIA DIGITAL

III.1. CARACTERÍSTICAS DO MODELO TRADICIONAL

28. No modelo tradicional de loterias, como o adotado em âmbito federal, a captação das apostas é feita em pontos de venda físicos ou, em menor proporção, por meio de plataformas digitais, e identificada mediante registro eletrônico em tempo real em centro de processamento de dados. É gerado recibo como comprovante de registro da aposta, que é nominativo no caso das apostas eletrônicas e ao portador nos pontos de venda físicos. Há ainda a modalidade de aquisição de bilhetes impressos.

29. A apresentação do recibo em unidade lotérica é o único meio que habilita ao recebimento dos prêmios com valor líquido superior a R\$ 1.332,78 (mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos). Para valores inferiores e apostas feitas *online*, é possível resgatar o prêmio por meio de conta no Mercado Pago.

30. Para viabilizar a distribuição de apostas na loteria federal, cada unidade lotérica física recebe comissão sobre o total arrecadado com a venda dos produtos lotéricos. O resultado dos concursos é apurado por meio de sorteio público utilizando globos ou bolas numeradas para definição das apostas vencedoras, por meio de mistura mecânica das urnas para seleção e combinação aleatória de números.

31. Obtido o resultado do sorteio, são apuradas as apostas premiadas por conjunto de operações de identificação dos registros no banco de dados, com divulgação apenas da existência ou não de apostas ganhadoras por modalidade. Se o vencedor não requisita o prêmio no período de 90 dias, perde o direito de recebê-lo e o prêmio é repassado integralmente ao Tesouro Nacional para aplicação no Fundo de Financiamento Estudantil.

32. Como demonstrado, neste modelo a tecnologia constitui apenas meio de captação de apostas e não a base da operação, não oferecendo acréscimo de funcionalidades ou aumento expressivo de eficiência. Ademais, a distribuição mais significativa de produtos lotéricos ainda ocorre por meio de bilhetes físicos, com pouca difusão da possibilidade de compra por plataformas digitais. Contudo, em face da proporção do mercado potencial, o modelo de pontos de venda físicos oferece capilaridade limitada para distribuição dos produtos, o que limita sua comercialização e, conseqüentemente, sua maior popularidade e expansão.

33. Além disso, verifica-se que a limitada quantidade de produtos disponíveis, aos quais o público já está habituado, sem inovação e com prêmios pouco atrativos, não é capaz de gerar crescimento ou renovação da base de apostadores, causando estagnação nas vendas e perda da demanda potencial, além de direcionar clientes da loteria para apostas não reguladas.

34. O modelo de loteria física tradicional apresenta diversas limitações, principalmente por não agregar as alternativas de entretenimento e apostas oferecidas nos meios

eletrônicos. Por isso, a solução ora proposta é de implantação de loteria exclusivamente digital, com possibilidade de aquisição de bilhetes e apostas digitais por diversos modais (inclusive o físico), e exploração por múltiplos operadores.

III.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO PROPOSTO

35. O modelo de loteria digital se estrutura via exploração pelo Governo do Estado de São Paulo, na Administração direta ou indireta, e delegação das atividades operacionais inerentes à atividade lotérica a pessoas jurídicas de direito privado, sem que haja relação de exclusão entre elas. Assim, a Administração Pública seguirá como titular da exploração da atividade, obtendo ganhos de eficiência econômica, tecnológica e territorial por meio da delegação da operacionalização a terceiros.

36. Para que possam explorar Produtos lotéricos, interessados deverão (i) assumir integralmente a responsabilidade pelos riscos inerentes à boa execução e eficiência na prestação dos Serviços, bem como pelos danos decorrentes de sua execução; (ii) dispor de todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e insumos necessários; (iii) comprovar o atendimento de condições técnicas e jurídicas; e (iv) observar requisitos mínimos de eficiência, qualidade e segurança estabelecidos pelo Estado.

37. As atribuições delegadas serão desenvolvidas pela via digital e incluirão desde a concepção dos Produtos lotéricos e elaboração dos planos de premiação, observadas as modalidades de loteria previstas na legislação federal, passando por sua comercialização e distribuição, captação e gestão de recursos financeiros, operacionalização técnica e financeira das extrações e pagamentos de prêmios, até, por fim, o repasse de parte do resultado financeiro ao Estado (“Serviços”, conforme detalhamento do item IV.3.1).

38. Todos os contratados deverão exercer suas atividades com ampla liberdade empresarial, em igualdade de condições, sem garantia de demanda ou contraprestação mínima, o que estimula o desenvolvimento de Produtos atrativos e canais de venda eficientes. Deverão ser observados apenas os requisitos técnicos que garantam uniformidade, padronização, integração e compatibilidade com as soluções de tecnologia da informação do Estado e sistema de padronização dos Produtos comercializados, facilitando sua identificação tanto pelo Poder Público quanto pelos apostadores.

39. Cada operador deverá desenvolver, disponibilizar e manter toda estrutura tecnológica de sua operação, ficando responsável por sua formação e contínuo aperfeiçoamento, devendo ser observadas condições de (i) segurança, interoperabilidade e performance das tecnologias adotadas; (ii) integridade, rastreabilidade, auditabilidade, confidencialidade de dados pessoais e de informações obtidas; e (iii) transparência, atualidade e regularidade dos instrumentos e mecanismos utilizados.

40. As características dos planos de jogos lotéricos e de premiação, Produtos, canais de distribuição, condições de venda e formas de pagamento ficarão a critério do

operador, tendo como requisito que sua execução ocorra com registro eletrônico e identificação do apostador, de forma a viabilizar controle e auditoria por parte do Estado. É possível, portanto, que os canais de venda sejam exclusivamente digitais, por aplicações móveis que atendam requisitos de segurança e confiabilidade, ou que incluam pontos de venda físicos (totens, maquininhas de cartão etc.), que deverão ser integrados ao restante da operação de forma automatizada e eletrônica.

41. A remuneração dos operadores decorrerá das receitas auferidas por meio da exploração comercial da atividade de loteria, sem qualquer transferência direta de recursos públicos para a iniciativa privada. Os operadores, como responsáveis pelos meios de pagamento e pela captação, aplicação e gestão dos recursos financeiros, deverão repassar ao Estado percentual incidente sobre a arrecadação. Para comprovar a adequação dos repasses realizados, os operadores deverão emitir relatórios sobre a arrecadação, com detalhamento das vendas realizadas, as formas e valores do pagamento de prêmios em conformidade com as respectivas extrações.

42. Para que seja estimulada a eficiência operacional a longo prazo, cada operador deverá alcançar, até o terceiro ano de vigência de seu contrato, ao menos 10% (dez por cento) do total de apostas da loteria digital, o que deverá ser mantido até o término do prazo contratual. Assim, o Estado garante que os credenciados busquem a constante melhoria de suas operações e que apenas aqueles com um mínimo desempenho operacional continuem prestando os Serviços, eliminando os operadores que não sejam capazes de desenvolver e manter adequadamente seus modelos de negócio.

43. A operacionalização da loteria digital por múltiplos operadores privados requer do ente público responsável pela administração dos Serviços apenas a disponibilização de estrutura tecnológica que permita a integração automatizada e segura com os canais de gestão dos operadores, de forma a viabilizar a troca de dados sobre vendas, planos de jogos lotéricos e de premiação, a realização de auditoria e a apuração dos repasses devidos.

44. A aferição da eficiência ocorrerá por procedimento conduzido pelo ente público, que informará periodicamente aos operadores o *status* de suas operações em face do universo da loteria digital, possibilitando que sejam feitas adequações para melhoria de eficiência ou, caso contrário, encerradas as atividades dos operadores ineficientes.

45. A fiscalização de todas as atividades dos operadores será executada pela Administração estadual, diretamente ou mediante apoio técnico de terceiros, que poderá demandar informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como prestações de contas dos operadores.

46. A operação digital viabiliza, do ponto de vista técnico e comercial, a implantação de estrutura simplificada pelo Estado, com foco na modernização dos modelos de negócio e na ampliação, eficiência e lucratividade da operação.

III.3. VANTAGENS DO MODELO PROPOSTO

47. **Segurança.** As ferramentas tecnológicas utilizadas ao longo da cadeia de operação dos jogos lotéricos digitais viabilizam funcionalidades muito superiores do que a loteria tradicional. Há extenso conjunto de aplicações seguras que permitem evitar interceptações, interrupções, modificações ou fabricação de informações, além de ser possível o desenvolvimento de protocolos de segurança e criptografia específicos que viabilizam a autenticação da informação, sua integridade e irretratabilidade.

48. **Autenticidade.** Desde o momento de captação e pagamento das apostas, os dados e informações dos apostadores são obtidos e protegidos contra vazamentos, além de gerarem registros permanentes e confiáveis de todas as operações e transações de forma inalterável e inviolável. Por meio de mecanismos de autenticação do usuário, a aposta fica vinculada aos dados do apostador na sua conta digital. Com a integração e automação entre a captação de apostas, coleta e contabilização de valores e emissão de comprovantes de aposta há garantia antifraude e contra manipulação de resultados.

49. **Confiabilidade.** Além disso, a evidenciação da aposta é facilitada em comparação aos bilhetes físicos, que podem ser extraviados ou mesmo falsificados. A menor suscetibilidade a fraudes também decorre da eliminação de processos manuais no sorteio, uma vez que os sorteios digitais utilizam sistemas computacionais que geram o resultado da extração com técnicas capazes de comprovar e garantir sua incontestabilidade.

50. **Auditabilidade.** A operação pela via tecnológica permite ainda que todas as etapas de execução, assim como seus respectivos resultados, sejam objeto de controle e auditoria com confiabilidade e confidencialidade.

51. **Logística.** A digitalização de toda a operação dos Serviços de loteria tem potencial de gerar a simplificação da estratégia logística de produção e comercialização dos Produtos, por meio da utilização de infraestrutura das redes de comunicação para difusão em tempo real das apostas, sem depender de expansões físicas para ganho de escala. A geração e distribuição de bilhetes por processos digitais supera a necessidade de produção e deslocamento do bilhete e dos volantes impressos, que exigem a adoção de procedimentos de segurança na impressão para evitar reproduções e fraudes.

52. **Expansão.** A praticidade para aquisição de Produtos digitais, somada ao alto índice de inclusão digital e acesso à internet no Estado de São Paulo⁵ e à possibilidade de exploração do negócio ser *omnichannel*, ou seja, integrada em plataformas *online* e *offline*, tem potencial de aumentar o alcance dos Produtos lotéricos e, conseqüentemente, expandir as vendas no território. Em face da consolidação do uso contínuo da *internet* como forma de

⁵ NERI, Marcelo (coord). **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

entretenimento, a loteria digital tende a incrementar tanto a capilaridade na distribuição quanto a fidelização de clientes.

53. **Eficiência.** A vinculação dos dados do apostador ao registro da aposta e a transposição imediata entre as apostas armazenadas e os sorteios agrega eficiência ao pagamento das apostas ao possibilitar que a validação e requisição do prêmio seja feita de forma automática, eliminando a possibilidade de que o prêmio não seja entregue aos apostadores contemplados. Além disso, a loteria digital permite que o pagamento dos prêmios ocorra por qualquer meio de pagamento usualmente utilizado no comércio eletrônico, sendo possível estabelecer carteira digital com vantagens promocionais aos apostadores, com créditos que possam ser utilizados em promoções e gerem benefícios, como mecanismos de desconto e *cashback*.

54. **Adaptabilidade.** A natureza do mercado de loterias exige flexibilidade no manejo da operação e competências relacionadas à atração do apostador, com introdução de novos Produtos ao catálogo e foco constante no crescimento das vendas. Além disso, a manutenção do interesse dos clientes nos Produtos requer agilidade na adaptação às demandas do mercado, o que reforça o caráter competitivo deste mercado na condução das atividades com o máximo de eficiência por cada um dos operadores. Somente a operação eletrônica permite evolução contínua de novas funcionalidades da loteria.

55. **Análise de dados.** O registro, integração e acesso simplificado a métricas e análises permitem a obtenção de *insights*, correções de rumos e impulsionamento de estratégias de forma assertiva. O armazenamento, segmentação e processamento de informações também viabilizam a automação na tomada de decisões operacionais para melhora no desempenho dos Serviços com rápida reação. A facilitação na busca e obtenção de informações e o cruzamento de dados contribuem para a idealização de novos Produtos e para direcionamento de publicidade.

56. **Custos operacionais.** Há ganhos na agilidade comercial com a integração e unificação de todas as fases de gestão e execução da atividade no ambiente digital. Consequentemente, há vantagens para a sustentabilidade financeira do negócio por meio da melhora na eficiência de processos, redução de custos operacionais e desnecessidade de ocupação de espaços físicos para exploração da loteria. Ademais, novas modalidades que vierem a ser aprovadas pela legislação federal poderão ser incluídas no modelo de credenciamento com facilidade, gerando economia de tempo e recursos.

57. **Concorrência.** A possibilidade de adoção simultânea de múltiplas alternativas de operação pela via digital é aderente às peculiaridades do setor que, com amplo e variado mercado, pede constante inovação, competitividade e adaptabilidade. A condução de operações simultâneas por diversos operadores atende ao interesse público ao favorecer (i) o atendimento da demanda pelo aumento da capilaridade e permeabilidade de múltiplos Produtos;

(ii) o aproveitamento das especialidades de atores que já atuam de acordo com as características do mercado; (iii) diluição da necessidade de implantação de estrutura, tanto mão de obra quanto equipamentos, evitando que estes se tornem ociosos em caso de modificação nas condições de mercado.

58. **Transformação digital.** A tendência da integração tecnológica como estratégia de transformação de negócios se intensificou com a pandemia e se tornou inevitável para manutenção da competitividade e essencial para consolidação e crescimento de empreendimentos em diversos setores. Tudo por meio do desenvolvimento de soluções digitais capazes de agregar valor ao negócio com a simplificação na gestão da operação, ampliação no acesso à informação, rapidez e mobilidade na contratação, diversificação de Produtos, foco na experiência do consumidor e automação de processos.

59. **Evolução mercadológica.** Se até pouco tempo atrás o potencial da reorganização e digitalização de processos era questionado, atualmente já se observa que a mudança cultural nas formas de uso da *internet* e no comportamento dos consumidores exige a adoção de novas tecnologias e adaptação de atividades tradicionais para difusão de Serviços e fechamento de lacunas de consumo. Estes elementos foram evidenciados com a digitalização do setor bancário, que é referência quanto ao potencial da transformação digital de determinados mercados. *Fintechs*, instituições financeiras recentemente fundadas e totalmente virtuais, ultrapassaram bancos tradicionais em valor de mercado⁶, demonstrando que a integração tecnológica viabiliza a manutenção da segurança necessária e inerente a este mercado e, ao mesmo tempo, é capaz de proporcionar aumento de rentabilidade, atratividade e alcance. O mercado lotérico apresenta o mesmo potencial.

⁶ VEJA. **Nubank já vale mais do que o Banco do Brasil:** Fintech desponta como quarto banco mais valioso do país. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/nubank-ja-vale-mais-do-que-o-banco-do-brasil/>>. Acesso em: 14/10/2021.

IV. MODELAGEM JURÍDICA: CREDENCIAMENTO

60. Fixadas as premissas conceituais sobre (i) o contexto e os aspectos jurídicos do mercado de loterias; e (ii) o tipo de produto a ser desenvolvido, passa-se a apresentar a proposta de modelagem jurídica de contratação por credenciamento, que viabiliza a exploração da loteria digital pelo Estado de São Paulo, considerando vantagens e desvantagens comparativas com o modelo tradicional de concessão.

IV.1. CONCORRÊNCIA E INOVAÇÃO

61. Como demonstrado no item III, para a implantação de loteria digital é estrategicamente indicada a eliminação de barreiras de entrada de operadores, de forma a ampliar o número de opções de Produtos disponíveis e as chances de sucesso do Projeto.

62. Isso porque a presença de vários *players* fomenta a competição, essencial para a expansão de novos mercados no ambiente virtual. Conforme propõe a concepção dinâmica da concorrência⁷, a inovação é geradora de desenvolvimento por meio da superação de produtos tradicionais e disponíveis por outros com o mesmo preço proposto, mas com novas vantagens. Esta dinâmica força todo o mercado em questão a buscar por inovação ou se adequar à nova fórmula para elevar sua atratividade.

63. Essa busca pela superação de padrões requer aperfeiçoamentos técnicos, testes de viabilidade e mecanismos para atração e engajamento de apostadores. A competição impede que os operadores se mantenham inertes, exigindo que trabalhem constantemente para conquistar parcela cada vez mais significativa do mercado.

64. O aperfeiçoamento de um empreendedor atrai os demais concorrentes para a mesma tendência, tornando eventual vantagem competitiva sempre provisória diante de um processo de inovação constante. A competição opera em favor da eficiência no desenvolvimento de novos Produtos, na superação de obsolescências técnicas de produtos tradicionais, na melhoria de processos internos etc.

65. Dessa forma, cada novo operador deve realizar a avaliação do potencial de lucro do mercado, seu estágio de exploração, os preços praticados e o espaço para eventual absorção de novos concorrentes, o que funciona como um reciclador natural dos *players* do setor. Barreiras de entrada artificiais, como as oriundas de um modelo jurídico de exploração exclusiva, por exemplo, têm o potencial de gerar desequilíbrios característicos do monopólio.

66. Por isso, na exploração do mercado de loteria digital, atividade que exige o emprego de tecnologias em constante transformação, é pernicioso a relação de exclusividade entre a iniciativa privada e o Poder Público, com restrição ao número de contratados.

⁷ MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise Econômica do Direito**. Tradução Rachel Sztajn. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020. p. 112.

O modelo de credenciamento ora proposto aloca todos os riscos sobre os interessados que, com recursos próprios e/ou financiamento de terceiros, devem viabilizar a operacionalização e a implementação da atividade com a comercialização dos Produtos que entenderem mais atrativos, com ampla liberdade na gestão de suas atividades. O credenciamento serve a este propósito de maximização da concorrência e, conseqüentemente, da eficiência e da inovação.

67. Além disso, o credenciamento permite que, por meio da contratação de diversos prestadores, a iniciativa privada contribua na prestação material da atividade com a utilização das melhores tecnologias disponíveis e práticas empresariais diversificadas sem demandar aporte de recursos públicos. O modelo jurídico proposto propicia um ambiente de valorização do empreendedor em atendimento aos princípios da livre iniciativa e concorrência previstos no artigo 170 da Constituição Federal⁸.

68. Nesse contexto, o Estado pode atender ao interesse público por meio da fiscalização dos Serviços, sem interferir em seus elementos intrínsecos para se concentrar em suas externalidades e *outputs*. Ademais, há um alinhamento de interesses quanto à remuneração dos Serviços e o incentivo espontâneo aos operadores, tendo em vista que o Estado receberá percentual das receitas das vendas de todos os credenciados, enquanto cada um deles terá de ampliar sua base de clientes e vendas em benefício de sua própria lucratividade.

69. Como será detalhadamente explorado no item IV.2, deve-se considerar ainda que, em decorrência do ângulo disruptivo das tecnologias aplicáveis, não há segurança nem fundamentos técnicos, operacionais e nem mesmo teóricos suficientes para se transferir, com exclusividade e de forma integral, a exploração do mercado lotérico a um único operador por longo período. Por outro lado, com o credenciamento, cada interessado elaborará suas próprias premissas negociais e será administrador de sua própria operação. Conseqüentemente, cada *player* deverá estar capacitado para gerenciar seus riscos e adotar planos de ação com agilidade.

70. Assim, o credenciamento dilui riscos e, conseqüentemente, simplifica o Projeto sob várias perspectivas: segurança e qualidade dos Serviços, processo mais célere e menos oneroso, *expertise* de vários operadores. Ademais, como o modelo proposto atribui aos apostadores, destinatários finais da atividade, a escolha daquele que lhes prestará os Serviços, a impessoalidade na definição da demanda elimina o risco de seleção adversa de apenas um prestador pela Administração Pública.

71. Diante do exposto, conclui-se que o credenciamento dialoga com as particularidades da loteria digital no Estado de São Paulo porque promove racionalização e

⁸ Art. 170 da Constituição Federal. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV - livre concorrência;

eficiência na prestação dos Serviços, facilidade e ampliação de acesso dos apostadores a múltiplas opções de Produto e contribui, conseqüentemente, para a sustentabilidade do Projeto, aumentando suas chances de êxito.

IV.2. DESVANTAGENS DO MODELO ALTERNATIVO: CONCESSÃO

72. Concessão é o contrato administrativo por meio do qual a Administração Pública delega ao particular a prestação de serviço público para que o execute por sua conta e risco mediante remuneração ou por tarifa paga pelo usuário. Um particular conduz a atividade em nome próprio enquanto o Poder Público realiza seu planejamento, inclusive mediante a fixação de preços, e mantém poder de controle sobre sua execução.

73. Por se tratar de modelo mais burocrático, que exige prazos dilatados de planejamento e elaboração, cabe tipicamente para projetos de infraestrutura pública, a ser posteriormente revertida ao Estado, ou para atividades em que exista prática de mercado consolidada que viabilize de antemão fixação de diretrizes com menor dispêndio de tempo e recursos. Já no ambiente de tecnologia com um produto novo, a concessão pode limitar o desenvolvimento do mercado e trazer ao Estado o grande risco de escolher o parceiro inadequado, haja vista o ineditismo da atividade.

74. A concepção inicial de uma modelagem de concessão exige a eleição de solução operacional e plano de negócio único e exclusivo para a atividade, justificados com fundamentos teóricos e experimentais que ofereçam subsídios sobre sua viabilidade e potencial desempenho, seus prováveis custos, as formas de atendimento de exigências operacionais, identificação e classificação quantitativa e qualitativa de riscos, probabilidade de ocorrência, conseqüências possíveis bem como medidas mitigadoras, características técnicas, ativos e infraestrutura necessários e respectiva vida útil. A definição prévia da modelagem da operação também é necessária para que possam ser estabelecidos os critérios para seleção do ente privado por meio de licitação.

75. Depois de toda essa definição, haverá ainda a possibilidade de discussão futura sobre reequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

76. A loteria digital admite inúmeras soluções pela combinação de diferentes formas de operação, tecnologias e estratégias e sobre as quais ainda não há subsídios práticos para determinar quais atribuem maior eficiência à operação. O operador deve ajustar seu negócio *just in time*, medindo a sensibilidade dos usuários. Por isso, é imperioso um modelo contratual mais flexível e dinâmico.

77. No caso da loteria digital, a predefinição de rumos operacionais pelo Estado pode levar à incorporação de custos estranhos à prestação do Serviço e a falhas no planejamento das funcionalidades e da infraestrutura necessários, além de limitar a aplicação de ideias inovadoras. O Poder Público poderá acabar enfrentando os efeitos deletérios da obsolescência tecnológica de um operador exclusivo ineficiente.

78. Deve-se destacar ainda que quanto maior a interferência estatal no planejamento e no direcionamento da operação, menor será o risco assumido pelo ente privado, que apenas executará a estratégia negocial pré-estabelecida. Além disso, a reação do operador à materialização de riscos poderá ser mais lenta, já que resposta a eventos inesperados dependerá de aprovações do Estado (reequilíbrio econômico-financeiro).

79. Reitere-se que a restrição à competição amplia a possibilidade de seleção adversa do concessionário, que corresponde à contratação de operador com capacidades técnicas insuficientes ou inadequadas para enfrentamento de problemas práticos na implementação do Projeto. No contexto de exclusividade, falhas na execução do contrato trarão prejuízos tanto à prestação dos Serviços como à arrecadação pelo Estado. Registre-se, ademais, que as hipóteses legais de encerramento da concessão são restritas, dificultando a substituição de um operador ineficiente.

IV.3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO CREDENCIAMENTO

80. **Funções da licitação.** A licitação é procedimento administrativo para seleção entre potenciais concorrentes que tem como objetivo assegurar a isonomia na contratação com a Administração Pública, além de garantir a seleção da proposta mais vantajosa, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência⁹.

81. **Obrigação de licitar.** Por isso, nas situações em que haja exclusão entre os possíveis interessados, ou seja, em que a contratação da Administração Pública com um dos interessados exclua a possibilidade de contratação com os demais, a licitação destina-se a assegurar que seja selecionada a melhor alternativa para a Administração.

82. **Mecanismos alternativos.** Por outro lado, em virtude de seu caráter instrumental, a licitação não é exigível em todas as contratações da Administração Pública. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) entende que *“o processo licitatório estabelecido na Lei nº 8.666/1993 não é um valor em si, ou seja, caso se consiga estabelecer outros mecanismos que garantam o resultado com maior eficiência e consoante os princípios basilares da Administração Pública, a solução será constitucional”*.¹⁰

83. **Inexigibilidade de licitação.** Nos casos em que a utilização da licitação seja inviável ou inoportuna para atendimento do interesse público, esta deverá ser substituída por outros mecanismos competitivos. Não se trata de exceção à regra, mas de hipótese em que há

⁹ Art. 37, da Constituição Federal. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).

¹⁰ TCU. Acórdão 1150/2013-TCU-Plenário. Consulta. Relator Ministro Aroldo Cedraz. j. 15.05.2013.

não incidência da determinação constitucional de prévia licitação por circunstância fática¹¹. Ademais, está consagrado que as hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas em lei são exemplificativas¹².

84. **Pluralidade de contratados.** Uma das hipóteses de inaplicabilidade da exigência de prévia licitação é a de contratação com todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos pela Administração Pública. Nesse sentido, ensina abalizada doutrina:

*Sempre que a contratação não caracterizar uma “escolha” ou “preferência” da Administração por uma dentre diversas alternativas, será desnecessária a licitação. Nessas hipóteses, em que não se verifica exclusão entre as contratações públicas, a solução será o credenciamento.*¹³

85. **Credenciamento.** O credenciamento é hipótese de inexigibilidade de licitação pacificamente aceita pela doutrina especializada, pela jurisprudência do TCU e do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”)¹⁴. O credenciamento é aplicável nas situações em que não se justifica uma competição *a priori* por conta do interesse da Administração de dispor da maior rede

¹¹ Cf. OLIVEIRA, Rafael de Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática**. 9. ed. São Paulo: Método, 2020. p. 88.

¹² Cf. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 426 e 437. *“Com efeito, a inexigibilidade é decorrência da inviabilidade de competição; o próprio dispositivo prevê algumas hipóteses, o que não impede que outras surjam na prática. Se a competição inexistente, não há que se falar em licitação. A inviabilidade deve ficar adequadamente demonstrada. (...) Embora não prevista expressamente no artigo 25 da Lei, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação o credenciamento, que se configura como procedimento prévio à contratação quando haja pluralidade de interessados em prestar o serviço ou fornecer o bem; é hipótese de inexigibilidade, porque, havendo possibilidade de contratação de todos os interessados, a competição torna-se inviável; daí a aplicação do caput do art. 25; nesse procedimento, a própria Administração Pública estabelece o montante da remuneração, devendo ser assegurada igualdade de condições entre todos os contratados”*.

¹³ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 47.

¹⁴ Cf. STJ. 1ª Turma. REsp nº 1.747.696/PR. Relator Ministro Gurgel de Faria. j. 03.12.2019. *“Sendo o credenciamento modalidade de licitação inexigível em que há inviabilidade de competição e admite a possibilidade de contratação de todos os interessados em oferecer o mesmo tipo de serviço à Administração Pública, os critérios de pontuação exigidos no edital para desclassificar a contratação de credenciado já habilitado mostra-se contrário ao entendimento doutrinário e jurisprudencial acima esposado e prestigiado no aresto recorrido.”*

possível de contratados¹⁵, desde que satisfeitas as condições por ela estabelecidas, sem relação de exclusão entre os interessados¹⁶.

86. **Edital de chamamento público.** O credenciamento deve ser precedido de edital de chamamento público para convocação dos interessados na contratação, por meio do qual são estabelecidas as condições exigidas e fixado o preço dos Serviços¹⁷. Deverá ser dada ampla divulgação ao edital, que permanecerá permanentemente aberto, de forma que seja atingida a amplitude máxima do público-alvo e o credenciamento de novos interessados possa ocorrer a qualquer tempo¹⁸. Assim, não há disputa de preços nem proposta vencedora, com a contratação pela Administração Pública de todos que atendam os requisitos de habilitação e qualificação.

87. **Chamamento público.** Por meio do edital de chamamento público serão estabelecidos os requisitos relativos a habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e termo de referência que disponha sobre as condições mínimas para prestação dos Serviços. Interessados deverão comprovar possuir qualificação técnica na operação e gestão de ambiente tecnológico necessário à exploração da atividade de loteria digital.

88. **Consórcios e subcontratação.** Em face da multiplicidade de escopos envolvida na prestação dos Serviços, deverá ser prevista, no edital de chamamento público, a possibilidade de participação de consórcios e subcontratação.

89. **Documentos de habilitação.** A documentação a ser apresentada para habilitação jurídica, comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira consiste em:

- (i) ato constitutivo registrado e válido junto à Junta Comercial ou compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, em que constem os compromissos assumidos, a participação de cada consorciado, a empresa líder

¹⁵ Cf. TCU. Boletim de Jurisprudência 67/2015. Acórdão 3567/2014-TCU-Plenário. Representação. Ministro Revisor Benjamin Zymler. j. 09.12.2014. Enunciado: “O credenciamento é hipótese de inviabilidade de competição não expressamente mencionada no art.25 da Lei 8.666/93 (cujos incisos são meramente exemplificativos). Adota-se o credenciamento quando a Administração tem por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços. Nessa situação, a inviabilidade de competição não decorre da ausência de possibilidade de competição, mas sim da ausência de interesse da Administração em restringir o número de contratados.”

¹⁶ Cf. TCU. Informativo de Licitações e Contratos 6/2010. Acórdão 351/2010-TCU-Plenário. Consulta. Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa. j. 03.03.2010. “O credenciamento tem sido admitido pela doutrina e pela jurisprudência como hipótese de inexigibilidade inserida no caput do referido dispositivo legal, porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, não havendo, portanto, relação de exclusão”.

¹⁷ TCU. Acórdão 2504/2017 – Plenário. Relatório de levantamento. Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. j. 08.11.2017.

¹⁸ TCU. Acórdão 704/2016-TCU-Plenário. Monitoramento. Relator Ministro Augusto Nardes. j. 30.03.2016.

responsável pelos atos praticados pelo consórcio e a responsabilidade solidária entre os consorciados;

- (ii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- (iii) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND)
- (iv) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- (v) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- (vi) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- (vii) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

90. **Isonomia e impessoalidade.** É imprescindível que seja garantido tratamento isonômico aos interessados¹⁹, sendo vedado o estabelecimento de critérios de classificação ou utilização de artifícios capazes de diferenciar suas oportunidades²⁰. Também para garantir a igualdade de oportunidade aos credenciados, deve ser preservada a pulverização e impessoalidade da distribuição da demanda.²¹ Destaque-se que, na loteria digital, este requisito é plenamente atingido, tendo em vista que a distribuição da demanda é realizada por escolha dos consumidores dos Produtos de sua preferência entre os credenciados.

91. **Critérios de habilitação.** Por isso, quanto à previsão de critérios técnicos mínimos para habilitação, deve-se buscar a ampliação do universo de contratados por meio da fixação de exigências específicas e que permitam a aferição objetiva dos requisitos indispensáveis à execução dos Serviços e, consequentemente, a capacidade dos credenciados para prestá-los, sem que haja restrição indevida à contratação²². A título de exemplo, cumpre

¹⁹ Cf. TCU. Acórdão 768/2013-TCU-Plenário. Relatório de auditoria. Relator Ministro Marcos Bemquerer. j. 03.04.2013. Enunciado “A despeito da ausência de expressa previsão legal do credenciamento dentre os casos de inexigibilidade de licitação previstos na Lei 8.666/1993, nada impede que a instituição contratante lance mão de tal procedimento e efetue a contratação direta entre diversos fornecedores previamente cadastrados que satisfaçam os requisitos estabelecidos pela Administração. Para tanto, deve-se demonstrar, fundamentalmente, a inviabilidade de competição, a justificativa do preço e a igualdade de oportunidade a todos os que tiverem interesse em fornecer o bem ou serviço desejados.”

²⁰ TCU. Acórdão 436/2020-TCU-Plenário. Denúncia. Relator Ministro Raimundo Carreiro. j. 04.03.2020.

²¹ TCU. Acórdão 408/2012-TCU-Plenário. Representação. Relator Ministro Valmir Campelo. j. 29.2.2012.

²² TCU. Acórdão 2406/2015-TCU-Segunda Câmara. Representação. Relatora Ministra Ana Arraes. j. 12.05.2015.

observar que o TCU não admite a exigência de certificações do tipo ISO e outras assemelhadas como critério de habilitação, em virtude de seu caráter restritivo²³.

92. Assim, propõe-se que seja exigida comprovação de qualificação técnica por meio da apresentação de atestado, fornecido por pessoa jurídica nacional ou estrangeira, comprovando já ter prestado a entes públicos ao menos os Serviços nucleares para execução do Projeto, correspondentes a (i) comercialização de produtos lotéricos por meio de sistema digital/software, e (ii) desenvolvimento de aplicação móvel com integração de meios de pagamento digitais para comercialização de produtos lotéricos em loterias geridas por entes públicos. Além disso, credenciados devem indicar as instalações tecnológicas consideradas essenciais para a execução e segurança dos Serviços, conforme detalhado no item VI.

93. **Economicidade.** Ademais, o modelo de contratação escolhido deve ser aquele que traga maiores ganhos para a Administração Pública. No presente caso, o potencial econômico somente será aferível após o início das operações²⁴, dada a novidade do mercado. Assim, não atende a economicidade fixar de antemão um modelo inflexível e excludente (v.g a concessão), uma vez que a operação se sujeita a fatores imprevisíveis como o grau de atratividade dos Produtos e a própria evolução tecnológica. O credenciamento evita essa inflexibilidade e está livre de *inputs* financeiros meramente teóricos, viabilizando que a dimensão do mercado seja verificada na prática pelos múltiplos operadores.

94. Ademais, mediante comparação dos cenários e consideração dos efeitos da prestação dos Serviços de forma exclusiva e não exclusiva, restou demonstrado que o credenciamento propicia vantagens para a Administração e que a ampla competição dos *players* traz mecanismos de estabilização intrínsecos que não podem ser atingidos se a prestação dos Serviços ocorrer com exclusividade. Logo, o modelo de credenciamento para exploração da loteria digital é aquele que oferece maior benefício ao Poder Público.

95. **Contratação.** Procedido o chamamento público e a habilitação, os nomes dos interessados habilitados serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo para convocação para assinatura do contrato que regulará a prestação dos Serviços, conforme alternativas descritas nos itens IV.3.3.1 e IV.3.3.2 (“Contrato”). O Contrato será outorgado aos credenciados a título pessoal e intransferível, e a recusa injustificada em assiná-lo no prazo fixado pelo ente público implicará o descredenciamento.

96. **Remuneração.** A remuneração dos contratados deve ser fixada no edital de chamamento público para o credenciamento. Não haverá nenhuma forma de pagamento pela Administração aos credenciados e não há garantia de que existirá demanda dos Produtos. As receitas necessárias para que os credenciados explorem os Serviços advirão da arrecadação da

²³ TCU. Acórdão 539/2015-TCU-Plenário. Representação. Relator Ministro Augusto Sherman. j. 18/03/2015.

²⁴ TCU. Acórdão 1191/2018-TCU-Plenário. Representação. Relator Ministro Benjamin Zymler. j. 23.05.2018.

captação de apostas ou da venda de bilhetes, tanto em Pontos de Venda como no ambiente virtual ou eletrônico, mas sempre com registro digital das transações.

97. A remuneração da Administração será calculada pela aplicação de percentual sobre o total da arrecadação da venda dos Produtos. Fixado percentual a ser repassado ao Poder Público, fundado nas premissas descritas no item V, o restante caberá a cada credenciado pela prestação dos Serviços.

98. Como operadores dos meios de pagamento e responsáveis pela captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços, os credenciados deverão contabilizar e prestar contas à Administração sobre os valores arrecadados. Os credenciados realizarão o repasse à Administração, mantendo os valores em conta de custódia em instituição financeira brasileira até o recolhimento à conta indicada pelo Poder Público, sem que haja transferência de recursos públicos à iniciativa privada. Os resultados serão apurados mensalmente e depositados em estabelecimento bancário indicado pela Administração, vinculado à exploração dos jogos lotéricos.

99. **Desempenho operacional.** Para que a eficiência gerada pela concorrência entre os credenciados seja garantida a longo prazo, estes deverão atingir, após 3 (três) anos de execução dos Serviços, pelo menos 10% (dez por cento) do total de apostas captadas no âmbito da loteria digital, mantendo tal percentual mínimo até o encerramento de seus Contratos. Os credenciados que não sejam capazes de comprovar sua eficiência operacional estarão inadimplentes, o que resultará no término de seus Contratos. Aqueles que tenham os Contratos resolvidos por ineficiência ficarão impedidos de participar novamente do credenciamento por demonstração de sua incapacidade técnica-operacional.

100. **Mecanismo de aferição de eficiência.** A medição do *status* das operações dos credenciados em face do universo da loteria digital (“Verificação da Operação”) terá início no 30º (trigésimo) mês do Contrato. O ente público informará a cada um dos credenciados no 30º (trigésimo) mês e, a partir de então, a cada 6 (seis) meses, sobre a Verificação da Operação. Dessa forma, aqueles que não estejam gerando apostas suficientes, ou seja, em quantidade inferior a pelo menos 10% (dez por cento) do total de apostas captadas no âmbito da loteria digital, terão a oportunidade de promover adequações em suas operações para melhoria de eficiência até a próxima Verificação da Operação.

101. Caso se ateste, em duas aferições semestrais consecutivas da Verificação da Operação, que o credenciado foi incapaz de captar o percentual mínimo de apostas, este estará automaticamente inadimplente, acarretando a resolução do Contrato pelo ente público. Assim, o Contrato poderá ser resolvido por ineficiência a cada 6 (seis) meses a partir do 30º (trigésimo) mês de operação de cada credenciado.

102. **Hipóteses de resolução do Contrato.** O credenciado deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital durante a vigência de seu

Contrato. Ademais, a constatação de qualquer irregularidade na observância das normas fixadas no edital ou no Contrato, ou o não cumprimento das regras e condições fixadas para os Serviços, constituirá hipótese de resolução do Contrato. O credenciado poderá, também, denunciar o Contrato a qualquer momento.

103. **Conclusão.** Observa-se, pois, que, em termos de regulação, há mecanismos específicos conhecidos e aplicáveis para utilização do credenciamento, que respeitam os limites constitucionais e legais. O modelo proposto satisfaz todos os requisitos para adoção do credenciamento, tendo em vista que garante: (i) a contratação de todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração, não havendo relação de exclusão; (ii) a igualdade de condições entre todos os interessados habilitados a contratar com a Administração, com remuneração por ela definida; e (iii) a demonstração inequívoca de que as necessidades da Administração são atendidas dessa forma.²⁵

IV.3.1. Especificação dos Serviços

104. **Detalhamento dos Serviços.** O Contrato regulará a atividade dos credenciados para prestação dos seguintes Serviços:

- (i) desenvolvimento de Produtos, cuja comercialização dependerá de registro eletrônico e identificação do apostador, e elaboração dos planos de premiação, observadas as modalidades de loteria previstas na legislação federal;
- (ii) comercialização e distribuição dos Produtos restrita aos limites territoriais do Estado de São Paulo, incluindo desenvolvimento de aplicação móvel que atenda às funcionalidades técnicas estabelecidas pelo ente público, com integração de meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos (“Aplicação Móvel”);
- (iii) captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços;
- (iv) operacionalização, administração, monitoramento e gestão técnica e financeira das extrações e pagamentos de prêmios relacionados aos Produtos;
- (v) promoção publicitária dos Produtos;
- (vi) manutenção e prestação de suporte técnico para adequado funcionamento da Aplicação Móvel;
- (vii) atendimento aos usuários para solução de ocorrências e recebimento de sugestões e reclamações relacionadas aos Produtos ou Serviços.

105. **Condições de prestação dos Serviços.** Os credenciados serão integral e exclusivamente responsáveis por todos os riscos relacionados aos Serviços e poderão

²⁵ TCU. Acórdão 2504/2017-TCU-Primeira Câmara. Relator Ministro Augusto Sherman. j. 02/07/2027.

estabelecer livremente as condições de venda e formas de pagamento dos Produtos, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor e as condições de:

- (i) segurança, interoperabilidade e performance das tecnologias adotadas;
- (ii) integridade, rastreabilidade, auditabilidade, confidencialidade de dados pessoais e de informações obtidas na operação dos Serviços;
- (iii) transparência, atualidade e regularidade dos instrumentos e mecanismos utilizados.

106. **Pontos de Venda.** Credenciados poderão instalar, a seu exclusivo critério, Pontos de Venda para distribuição dos Produtos por meio físico, mas sempre com registro digital da transação, tendo então de dispor de infraestrutura fixa ou móvel para aquisição presencial dos Produtos, com fácil acesso e sinalização de identificação da loteria digital, das regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto.

107. **Aplicação Móvel.** Credenciados desenvolverão Aplicações Móveis em plataformas de *digital commerce* (*web, mobile* e *app*) para comercialização e distribuição dos Produtos no Estado de São Paulo, que deverão:

- (i) divulgar o logo da loteria digital em local de destaque e utilizar a identidade visual estabelecida pela Administração;
- (ii) dispor de infraestrutura tecnológica para comercialização dos Produtos com disponibilização de meios de pagamento digitais, bem como autenticação e registro das transações;
- (iii) demonstrar de forma clara e intuitiva as regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto;
- (iv) dispor de recursos e ferramentas de segurança que garantam a integridade, privacidade e inviolabilidade de todas as transações realizadas e dos dados dos apostadores;
- (v) verificar de forma automática os resultados vinculados aos Produtos adquiridos, validando e atribuindo também de forma automática os prêmios correspondentes aos apostadores;
- (vi) limitar a possibilidade de aquisição dos Produtos a depender da localização geográfica do usuário;
- (vii) garantir a aleatoriedade, imparcialidade, legitimidade, transparência e disponibilidade na distribuição de prêmios e extrações;
- (viii) permitir consulta ao saldo disponível, histórico de compras, prêmios recebidos, transações financeiras realizadas, emissão de comprovante dos Produtos adquiridos e resgate de prêmios em dinheiro ou por conversão em créditos virtuais.

108. **Funcionalidade.** Credenciados deverão manter os recursos relacionados aos sistemas da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda em perfeita funcionalidade,

desenvolvendo adaptações, modificações e solucionando falhas quando necessário para garantir a disponibilidade dos sistemas. Ademais, deverão disponibilizar canais para que os usuários possam denunciar irregularidades na prestação dos Serviços.

109. **Lei Geral de Proteção de Dados.** A coleta e processamento de todas as informações obtidas na prestação dos Serviços deverá observar os requisitos de tratamento de dados pessoais estabelecidos na Lei Federal nº 13.709/2018.

IV.3.2. Especificação dos Produtos

110. **Planos de premiação.** O desenvolvimento de Produtos deverá observar as modalidades previstas na legislação federal. Cada Produto deverá ter um plano de premiação, que poderá estabelecer faixas de prêmios pagos em dinheiro, bens materiais e/ou serviços. Exceto para apostas de quota fixa, os planos de premiação deverão expressar um percentual em relação ao valor de face de cada Produto para premiação.

111. **Segurança.** Poderão ser propostas novas tecnologias de distribuição e características de usabilidade e novos formatos de produto, desde que preservadas as características necessárias à sua inviolabilidade e segurança. Os Produtos não poderão permitir qualquer identificação de tendência na distribuição de prêmios antes do momento de sua ocorrência e deverão oferecer segurança contra fraudes, adulteração e quebra de seu sigilo.

112. **Identificação do apostador.** Para aquisição dos Produtos, deverá ser exigida a identificação da inscrição do apostador no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF"), que será vinculada ao Produto e registrada quando do recebimento de prêmios.

IV.3.3. Fiscalização e gestão

113. **Fiscalização.** A fiscalização de todas as atividades previstas no Contrato será executada pela Administração, diretamente ou mediante apoio técnico de terceiros. Os credenciados deverão facultar à Administração, ou a qualquer outra pessoa por ela indicada, o livre acesso às áreas, instalações, locais, documentos e dados referentes aos Serviços, incluindo estatísticas, registros administrativos e contábeis e contratos com terceiros, prestando os esclarecimentos necessários. O ente público poderá demandar informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como prestações de contas.

114. **Gestão da operação.** Tanto a Aplicação Móvel quanto os Pontos de Venda deverão ser integrados a sistema informatizado para coleta contínua de informações pela Administração Pública que:

- (i) permita acompanhar a gestão e administração dos planos de premiação;
- (ii) permita acompanhar, detalhar e validar a venda dos Produtos;

- (iii) permita obter informações sobre pagamentos pelos apostadores, extrações, apostadores premiados e pagamento de prêmios;
- (iv) permita emitir extratos financeiros que demonstrem o faturamento e as premiações pagas;
- (v) evidencie a imutabilidade dos registros das transações realizadas, apostas e extrações efetivadas, Produtos adquiridos e demais informações do banco de dados dos credenciados; e
- (vi) evidencie a aleatoriedade dos números sorteados, sem nenhum tipo de viés, por meio de formas auditáveis por terceiros, a qualquer momento, antes, durante ou após sorteio.

115. **Relatórios.** Quando solicitados pela Administração, os credenciados deverão emitir relatórios sobre:

- (i) arrecadação resultante da venda dos Produtos;
- (ii) detalhamento das vendas realizadas por região, data, canal de venda, valor e forma de pagamento;
- (iii) formas e valores do pagamento de prêmios em conformidade com as respectivas extrações e venda de Produtos;
- (iv) disponibilidade dos sistemas da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda, indicando as horas de operação e falhas de disponibilidade.

IV.3.3.1. **Gestão do Projeto: PRODESP**

116. Propõe-se que a gestão dos Serviços seja integralmente realizada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (“PRODESP”), empresa responsável pelas soluções tecnológicas do Estado de São Paulo, sob a coordenação e acompanhamento da Secretaria de Governo, com atuação correspondente à que era exercida pela Nossa Caixa para a Loteria do Estado de São Paulo, conforme exposto no item II.2.

117. O núcleo essencial da atividade finalística da PRODESP consiste na gestão da tecnologia com vistas à transformação digital do Governo do Estado de São Paulo por meio do desenvolvimento de soluções inovadoras, digitalização de serviços, facilitação de processos, ganhos de eficiência, transparência, produtividade e redução de custos.

118. Os sistemas e ferramentas tecnológicas atualmente disponíveis ao Estado de São Paulo por meio da PRODESP são adequados para execução das atividades de planejamento, coordenação, credenciamento e controle das atividades relacionadas à exploração do mercado lotérico por meio digital. Ademais, seu objeto social é compatível, compreendendo a

execução de serviços de desenvolvimento, integração, implementação e manutenção de soluções na área de tecnologia da informação e comunicação²⁶.

119. Contudo, parte da operacionalização do Projeto engloba atividades que, apesar de caracterizados como de tecnologia da informação, incluem demandas dissociadas da *expertise* da PRODESP, vinculadas ao mercado de loterias e que, em princípio, não poderiam ser incorporados por seu quadro de profissionais²⁷. Estas atribuições, que não são parte da finalidade específica da empresa, podem ser objeto de execução por empresas privadas, sem exclusividade.

120. Os Serviços, a serem objeto de credenciamento, são complementares às finalidades exercidas pela PRODESP e visam a permitir que seja agregada diversidade de Produtos, *know-how* e maior alcance de público no mercado em questão por meio de atividades instrumentais, que podem ser realizadas sem maiores distinções entre os credenciados.

121. A missão institucional e objetivos estratégicos da PRODESP estão plenamente alinhados com esta proposta. A PRODESP pode suprir por seus próprios meios a gestão do Projeto, com o credenciamento como instrumento que estabeleça as diretrizes de segurança da estrutura operacional e regule as atividades desenvolvidas pelos credenciados, de modo a garantir a organização, continuidade e qualidade nos Serviços.

122. **Fundamentação jurídica.** O fundamento para condução do credenciamento por PRODESP é estabelecido no *caput* do artigo 30 da Lei 13.303/2015 (“Lei das Estatais”), que dispõe sobre inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos de PRODESP (“RILC”), que prevê o credenciamento como “*processo por meio do qual a PRODESP convoca, por chamamento público, pessoas físicas e/ou jurídicas de determinado segmento, definindo previamente as condições de habilitação, o preço a ser pago, se for caso, e os critérios para a futura contratação*”.

123. **Credenciamento.** Como demonstrado no item IV.3, o credenciamento é hipótese de inexigibilidade de licitação pacificamente aceita pela jurisprudência do TCU e do STJ. Nesse sentido também vai a doutrina especializada:

Haverá situações em que a competitividade será afastada não porque a contratação apenas poderá assumir um perfil, mas porque a Administração Pública, para satisfazer a demanda, necessita contratar todos os particulares que, eventualmente, possuam interesse em prestar um serviço. (...) Esse procedimento é comumente denominado

²⁶ Art. 2º do Estatuto Social da PRODESP. Constitui objeto da empresa: (...) I. atuar como prestadora de serviços e de gestão em soluções e produtos de tecnologia relacionados às áreas de desenvolvimento, produção, armazenamento, infraestrutura, manutenção, processamento e guarda de sistemas, dados, informações e documentos, por meio da utilização de ferramentas, processos e ativos da tecnologia da informação e comunicação para a administração pública e entidades privadas.

²⁷ Cf. TCU. Decisão 852/2010- TCU-Plenário. Representação. Relator Ministro Valmir Campelo. J. 28.04.2010.

credenciamento e já foi enfrentado pelo Tribunal de Contas da União, conforme orientação nestes termos encontrada: 'Pode ser considerada inexigível a licitação nos casos em que não houver possibilidade de seleção objetiva entre as diversas alternativas existentes. Cita-se, por exemplo, credenciamento de médicos e hospitais'."²⁸

124. **Instrução da contratação direta.** Em virtude das circunstâncias fáticas do Projeto, não são aplicáveis as exigências dispostas no artigo 30, § 3º da Lei das Estatais²⁹ para a contratação direta por credenciamento. Isso porque não há (i) situação emergencial ou calamitosa (inciso I); (ii) escolha de um contratado (inciso II); (iii) fixação de preço a ser justificada (inciso III).

125. **Aderência aos princípios norteadores das estatais.** A viabilidade jurídica do modelo proposto é reforçada por meio da observância de todos os princípios norteadores das licitações e das contratações por empresas estatais, estabelecidos no artigo 31 da Lei das Estatais³⁰.

126. Nesse sentido, o credenciamento atende aos postulados:

- (i) do princípio da impessoalidade, porque há contratação de todos aqueles que se enquadrem nos requisitos estabelecidos;
- (ii) do princípio da legalidade, pois há respaldo no *caput* do artigo 30 da Lei das Estatais, que estabelece a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição;
- (iii) do princípio da igualdade, de forma até mesmo mais clara do que na hipótese de licitação, tendo em vista que há possibilidade de participação de interessados de todos os portes econômicos, sendo garantida igualdade de condições a todos que cumpram as condições de habilitação, incluindo a aplicação das mesmas regras de remuneração³¹;

²⁸ Cf. SANTOS, José Anacleto Abduch; GUIMARÃES, Edgar. **Lei das estatais**: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da lei nº 13.303/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 79.

²⁹ Art. 30, § 3º da Lei das Estatais. O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

³⁰ Art. 31 da Lei das Estatais. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

³¹ Cf. TCU. Acórdão 351/2010-TCU-Plenário. Consulta. Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa. j. 03.03.2010. *"Para a regularidade da contratação direta, é indispensável a garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido."*

- (iv) do princípio da publicidade, por meio da ampla divulgação do edital de chamamento público e da possibilidade contínua de credenciamento de novos interessados;
- (v) dos princípios da moralidade e da probidade administrativa, pois não há comprometimento ético ou moral pela adoção de referido procedimento;
- (vi) dos princípios da eficiência, do desenvolvimento nacional sustentável, da obtenção de competitividade e da economicidade, por meio da busca da promoção de maior concorrência e, conseqüentemente, do fomento à inovação, expansão do mercado e obtenção de vantagens econômicas e operacionais;
- (vii) do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois apenas são credenciados aqueles que concordem e se adequem aos termos definidos pela Administração;
- (viii) do princípio do julgamento objetivo, de forma mais cristalina do que na hipótese de licitação, pois, diferentemente da escolha de um contratado que posteriormente será imposto aos usuários, os consumidores terão à sua disposição uma variedade de opções de Produtos e prestadores de Serviços.

127. **Integração da PRODESP.** Com a autorização de recriação da loteria estadual e revogação das leis que até então disciplinavam a Loteria do Estado de São Paulo, propõe-se que a loteria digital seja regulada por Decreto Estadual segundo o qual o Estado de São Paulo, por meio da PRODESP, sob a coordenação e o acompanhamento da Secretaria de Governo, conduza a exploração e a administração dos Serviços relativos ao funcionamento da Loteria Estadual de São Paulo (“Decreto Estadual” - **Anexo I**).

128. **Decreto Estadual.** O Decreto Estadual autorizará PRODESP a delegar os Serviços a terceiros, na forma do RILC e da legislação em vigor. Para tanto, destinará percentual da arrecadação da captação de apostas ou da venda de bilhetes a agentes operadores credenciados para cobertura das despesas de custeio e manutenção dos Serviços, o que inclui a remuneração dos operadores.

129. **Atribuições da PRODESP.** PRODESP terá as atribuições de monitorar Serviços de desenvolvimento, integração, implementação e manutenção de soluções na área de tecnologia da informação e comunicação para planejar, coordenar, credenciar e controlar as atividades relacionadas à exploração do mercado lotérico digital, assegurando que a prestação de Serviços satisfaça as condições de:

- (i) segurança, interoperabilidade e performance das tecnologias adotadas na implantação da atividade lotérica;
- (ii) integridade, rastreabilidade, auditabilidade, confidencialidade de dados pessoais e de informações obtidas na operação dos Serviços e, principalmente, na emissão e comercialização dos Produtos;

- (iii) transparência, atualidade e regularidade dos instrumentos e mecanismos utilizados para prestação dos Serviços.

130. **Termo de adesão.** Procedido chamamento público e a habilitação, descritos no item IV.3, o Contrato será instrumentalizado por meio de termo de adesão (“Termo de Adesão” – **Anexo II** – minuta de edital de chamamento público, termo de referência e Termo de Adesão).

131. **Prazo do Contrato.** O Termo de Adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, conforme permite o artigo 227, III, “a” do RILC, por tratar-se de contratação que resulta em geração de receita para PRODESP e por prever a execução das atividades por conta e risco dos credenciados, o que demanda a concessão de prazo para ensejar atratividade à contratação.

132. **Remuneração.** Pela gestão dos Serviços e utilização de sua infraestrutura e pessoal, PRODESP poderá fazer jus a repasse, adicionalmente àquele realizado ao Governo do Estado de São Paulo, que será calculado em percentual fixo sobre a arrecadação de cada credenciado, nos termos descritos no item IV.3.

133. **Subcontratação.** Em atendimento o artigo 78, *caput* e § 1º da Lei das Estatais³², o edital de chamamento público deverá admitir expressamente a subcontratação de partes do Serviço, sendo exigido das subcontratadas o atendimento às exigências de qualificação técnica impostas ao credenciado em relação ao objeto da subcontratação. Ademais, nos termos do artigo 216 do RILC, a subcontratação (i) deverá ser autorizada por PRODESP; (ii) não poderá recair sobre parcelas essenciais do objeto do Termo de Adesão; (iii) não exonera o contratado das obrigações atinentes à integralidade do objeto; (iv) deverá ser devidamente justificada³³.

134. **Resolução.** Credenciados poderão denunciar o Termo de Adesão a qualquer tempo. O Termo de Adesão poderá ser resolvido por PRODESP nas hipóteses previstas nos artigos 273 a 275 do RILC: (i) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas

³² Art. 78 da Lei das Estatais. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame.

§ 1º A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

³³ Art. 216 do RILC. A PRODESP, desde que previsto no instrumento de contrato ou documento equivalente e devidamente justificado, poderá autorizar a subcontratação de parcelas identificadas do objeto de contrato.

§ 1º A subcontratação não poderá recair sobre a parcela principal do objeto do contrato, nem mesmo abranger a transferência total do objeto do contrato.

§ 2º A subcontratação não exonerará o contratado de todas as suas obrigações atinentes à integralidade do objeto do contrato.

§ 3º O subcontratado deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

§ 4º Nos contratos celebrados com dispensa ou inexigibilidade de licitação, será permitida a subcontratação, desde que devidamente justificada e restrita a parcelas não essenciais do objeto do contrato.

§ 5º É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio, na forma prevista no artigo 78 da Lei federal nº 13.303/2016.

contratuais, especificações, projetos ou prazos; (ii) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação; (iii) o desatendimento das determinações regulares da PRODESP decorrentes de acompanhamento e fiscalização; (iv) a decretação de falência; (v) a dissolução da sociedade; (vi) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução dos Serviços; (vii) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução dos Serviços; (viii) descumprimento de obrigações trabalhistas; (ix) não manutenção das condições de habilitação.

135. A resolução do Termo de Adesão e a aplicação de penalidades por PRODESP deverão ser formalmente motivadas e precedidas por processo administrativo, nos termos dos artigos 283 a 292 do RILC.

IV.3.3.2. Alternativa: Gestão Direta pelo Estado de São Paulo

136. Como alternativa à gestão dos Serviços pela PRODESP, o Estado de São Paulo pode conduzir diretamente o credenciamento e a contratação de todos os interessados.

137. **Fundamentação Jurídica.** O fundamento para condução do credenciamento pelo Estado de São Paulo é o artigo 78, I, da Lei nº 14.133/2021 (“Nova Lei de Licitações”)³⁴, que dispõe sobre o credenciamento como procedimento auxiliar de licitações e contratações, e no artigo 74, IV,³⁵ que prevê a inexigibilidade de licitação para objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

138. Nos termos do artigo 6º, XLIII, da Nova Lei de Licitações, credenciamento é o *“processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”*. Como dispõe o artigo 79, I, o credenciamento poderá ser usado em contratações paralelas e não excludentes, quando seja viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas³⁶.

³⁴ Art. 78 da Nova Lei de Licitações. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - credenciamento;

³⁵ Art. 74 da Nova Lei de Licitações. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

³⁶ Art. 79 da Nova Lei de Licitações. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

139. **Procedimento.** O procedimento proposto no item IV.3 atende às regras do parágrafo único do artigo 79³⁷, que determina que (i) a Administração divulgue e mantenha à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados; (ii) o edital de chamamento preveja condições padronizadas e valor de contratação; (iii) haja autorização expressa da Administração para subcontratação; (iv) seja admitida a denúncia por qualquer das partes nas condições fixadas no edital.

140. **Nova Lei de Licitações.** Apesar de a Nova Lei de Licitações não ter revogado de imediato a Lei nº 8.666/93, mantendo sua vigência por 2 (dois) anos após sua entrada em vigor, o gestor público pode optar pela utilização das disposições da Nova Lei de Licitações, caso em que o contrato será por ela regido durante toda sua vigência, nos termos do artigo 191, *caput* e parágrafo único³⁸, da Nova Lei de Licitações. A escolha de contratar de acordo com a Nova Lei de Licitações deve constar expressamente do edital.

141. **Instrução para contratação direta.** Para atendimento do disposto no artigo 72 da Nova Lei de Licitações³⁹, o processo de credenciamento deverá ser instruído com: (i)

³⁷ Art. 79, parágrafo único, da Nova Lei de Licitações. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do *caput* deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

³⁸ Art. 191 da Nova Lei de Licitações. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do *caput* do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do *caput* do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

³⁹ Art. 72 da Nova Lei de Licitações. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; (ii) parecer que demonstre a inexigibilidade de licitação; e (iii) autorização da autoridade competente.

142. Em virtude das circunstâncias fáticas do Projeto, não são aplicáveis as demais exigências para a contratação direta porque não haverá (i) despesa à Administração (incisos II e III); (ii) escolha de um contratado (incisos V e VI); (iii) fixação de preço a ser justificada (inciso III).

143. **Contrato que gera receita.** Após o credenciamento, a contratação com os habilitados se dará por meio do contrato previsto no artigo 110, I, da Nova Lei de Licitações⁴⁰, que admite prazo de vigência de até 10 (dez) anos quando a contratação gere receita para a Administração (**Anexo III** - minuta de edital de chamamento público, termo de referência e Contrato).

144. **Subcontratação.** Em atendimento o artigo 79, parágrafo único, V, da Nova Lei de Licitações⁴¹, o edital de chamamento público deverá admitir expressamente a subcontratação parcial do Serviço.

145. **Resolução.** Credenciados poderão denunciar o Contrato a qualquer tempo. Nos termos do artigo 137, da Nova Lei de Licitações⁴², a resolução do Contrato pelo Estado de São Paulo deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao credenciado. Poderão motivar a resolução: (i) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; (ii) desatendimento das determinações regulares emitidas no acompanhamento e fiscalização; (iii) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir os Serviços; (iv) decretação de falência ou de insolvência civil ou dissolução da sociedade; (v) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos Serviços; (vi) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do Estado.

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

⁴⁰ Art. 110 da Nova Lei de Licitações. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de:

I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento;

⁴¹ Art. 79, parágrafo único, da Nova Lei de Licitações. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

⁴² Art. 137 da Nova Lei de Licitações. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

V. MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

146. A seguir são detalhadas as projeções da operação da Loteria Estadual de São Paulo para os próximos 10 (dez) anos. Apresenta-se em anexo planilha detalhada com os dados a seguir descritos.

147. Os resultados foram obtidos com base na correlação entre (i) o faturamento da Loteria e (ii) o Produto Interno Bruto (“PIB”) estadual. Como indicado por Kaiseler e Faustino⁴³, trata-se de métrica que apresenta correlação forte, amplamente utilizada no setor de loterias.

148. Para a determinação do potencial de mercado para a Loteria Estadual de São Paulo, adotou-se a premissa central de que seu funcionamento convergirá para o formato e distribuição de receitas dos cinco estados mais populosos dos Estados Unidos da América, em que a participação das loterias fica entre 0,5% (cinco décimos percentuais) e 0,7% (sete décimos percentuais) do PIB, com participação dos jogos federais menor e decrescente e com jogos estaduais preponderantes na preferência dos apostadores em razão de seu dinamismo e maior atratividade por conta do formato digital.

149. Foram utilizadas três modalidades de jogos, em dois cenários, na previsão apresentada: (i) jogos de prognóstico numérico; (ii) loteria instantânea; e (iii) apostas esportivas. O primeiro cenário considera que a participação no PIB dos jogos de prognóstico numérico somados à loteria instantânea crescerá dos atuais 0,2% (dois décimos percentuais) para 0,5% (cinco décimos percentuais), enquanto o segundo cenário considera que esta participação chegará a 0,7% (sete décimos percentuais) do PIB, ambos no período de 10 (dez) anos.

150. O modelo de credenciamento proposto na simulação é o de *Payout* flexível (*Flex Payout*), que considera pagamento de prêmios em percentual da receita de forma variável no tempo até que se atinja a melhor relação *Payout versus* arrecadação, de forma a maximizar os resultados tanto para governo como operadores. A necessidade de manter o *Payout* variável se deve a estudos sobre a sensibilidade da arrecadação frente ao percentual de *Payout*, em especial no estado de Massachusetts/EUA, onde um aumento do percentual de *Payout* de cerca de 50% (cinquenta por cento) para 65% (sessenta e cinco por cento) produziu um efeito positivo não linear na arrecadação, uma vez que a atratividade dos jogos cresce desproporcionalmente. O efeito final foi de um aumento do volume total repassado tanto para o governo do estado quanto para o próprio operador⁴⁴.

⁴³ KAISELER, Maria João; FAUSTINO, Horácio C. **Lottery Sales and Per-capita GDP: An Inverted U Relationship**. Lisboa, Portugal: School of Economics and Management - Technical University of Lisbon, 2008.

⁴⁴ BNL DATA. **Caso de sucesso:** Massachusetts Lottery. Disponível em: <<https://bnldata.com.br/caso-de-sucesso-massachusetts-lottery>>. Acesso em: 06/10/2021.

151. As simulações propostas são comparativas entre o modelo de credenciamento com múltiplos operadores e o modelo tradicional com operador único.

152. Os passos para determinar o resultado financeiro para o conjunto de operadores de loterias e para o governo estadual seguiram a seguinte ordem:

- (i) estimativa do PIB e do PIB *per capita* paulista nos próximos 10 (dez) anos;
- (ii) estimativa das taxas de participação no PIB dos jogos de loterias nos próximos 10 (dez) anos em dois cenários;
- (iii) estimativa das curvas de crescimento das receitas nos próximos 10 (dez) anos para o modelo de credenciamento e o modelo tradicional;
- (iv) estimativa da participação de cada modalidade e do *Market Share* estadual *versus* federal em dois cenários;
- (v) estimativa do mercado de apostas esportivas para o Estado de São Paulo;
- (vi) estimativa das receitas gerais, pagamento de premiações, *Payout*, repasses para o Estado e receita para os operadores em dois cenários;
- (vii) análise de sensibilidade.

V.1. PREMISSAS E CENÁRIOS CONSIDERADOS

V.1.1. Estimativa do PIB paulista nos próximos dez anos

153. A estimativa do PIB paulista se baseou nos dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (“SEADE”) de São Paulo⁴⁵. Os dados históricos de 2002 a 2020 foram coletados, enquanto o PIB de 2021 foi estimado de acordo com as previsões do SEADE para a taxa de crescimento do PIB de 2021, que no momento do estudo é de 7,1% (sete inteiros e um centésimo por cento) ao ano. A taxa de crescimento médio do PIB foi calculada pela média geométrica das taxas de crescimento dos últimos dezoito anos, chegando a 2,37% (dois inteiros e trinta e sete centésimos por cento) ao ano.

Ano	Variação
	Percentual do PIB SP
2003	-0.5
2004	6.2
2005	4.0
2006	3.9
2007	7.5
2008	6.2

⁴⁵ SEADE. **PIB Anual Brasil 2002-2018**. Arquivo em formato xlsx. Tabela-5 e Tabela-29, Disponível em: <<http://repositorio.seade.gov.br/dataset/pib-anual-brasil-2002-2018>>. Acesso em: 20/09/2021.

2009	-0.1
2010	7.6
2011	3.8
2012	1.5
2013	2.8
2014	-1.4
2015	-4.1
2016	-3.0
2017	0.3
2018	1.5
2019	2.5
2020	0.4
2021	7.1
Média	2.37%

Taxas de crescimento do PIB paulista 2002-2021

Fonte: SEADE, 2021.

154. Aplicando a taxa média de crescimento do PIB ao PIB de 2021, projetou-se o PIB para os próximos 10 (dez) anos.

155. A estimativa da população paulista para os próximos 10 (dez) ano foi obtida de dados do IBGE, que realiza estimativa para homens e mulheres e pirâmide etária. Assim, com a divisão do PIB estadual pela população total estimada, projetou-se o PIB *per capita* para o período.

Ano	PIB SP (bilhões)	População total (milhares)*	PIB <i>per capita</i>
2022	R\$ 2551	46997	R\$ 54,278
2023	R\$ 2611	47333	R\$ 55,169
2024	R\$ 2673	47656	R\$ 56,093
2025	R\$ 2736	47966	R\$ 57,050
2026	R\$ 2801	48263	R\$ 58,042
2027	R\$ 2868	48547	R\$ 59,070
2028	R\$ 2936	48816	R\$ 60,135
2029	R\$ 3005	49073	R\$ 61,238
2030	R\$ 3076	49315	R\$ 62,380
2031	R\$ 3149	49544	R\$ 63,561

Projeção do PIB e PIB *per capita* para o estado de São Paulo

*Fonte: IBGE, 2021⁴⁶.

⁴⁶ IBGE. **Projeção da População do estado de São Paulo.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 20/09/2021.

V.1.2. Estimativa das taxas de participação no PIB dos jogos de loterias nos próximos dez anos em dois cenários

156. Primeiramente, deve-se destacar que o presente estudo optou, por rigor metodológico, pela não utilização de dados de estados brasileiros que exploram a atividade para estimativa da participação percentual dos jogos de loterias no PIB. Isso porque os modelos implantados no Brasil mostram-se insuficientes como fonte de dados preditivos, tendo em vista que iniciaram suas operações sem arcabouço legal definido e sob a tutela de liminares, além de não estarem apresentando resultados consistentes.

157. A título ilustrativo, apresentam-se eventos que demonstram a instabilidade funcional dos atuais operadores dos modelos tradicionais, que vêm enfrentando cenários adversos:

- (i) LOTEX: os ganhadores da licitação da Lotex, consórcio entre IGT e Scientific Games, deixaram de assinar o contrato e de realizar os investimentos propostos;
- (ii) INTRALOT: o operador Intralot, que executa o contrato há alguns anos, viu seu sócio, Intralot Internacional, um *player* mundial, sair da sociedade e demonstrar desinteresse no processo de consolidação do mercado de loterias local⁴⁷;
- (iii) LOTERJ: o recente processo de licitação, realizado dentro dos modelos tradicionais, foi altamente questionado e combatido e terminou em batalha judicial, criando cenário de incerteza sobre a exploração da loteria no Rio de Janeiro. Ademais, o atual operador, MCE, vem tendo vários conflitos com a LOTERJ⁴⁸.

158. O cenário descrito demonstra os riscos já explorados do modelo de exclusividade. Como exposto, considera-se que o Estado, para buscar a expansão e previsibilidade de sua arrecadação a longo prazo, não deve se vincular a um único operador e, conseqüentemente, a um tipo de tecnologia e operação.

159. O modelo de credenciamento de múltiplos operadores sem exclusividade mostra-se o mais adequado em face das constantes mudanças tecnológicas, que buscam melhorias e ganhos de eficiência, e evoluções das modalidades de jogos, que não acompanham apenas a legislação local, mas também as tendências mundiais. Ademais, o modelo

⁴⁷ Valor Econômico. **PIPELINE:** Na Intralot, CEO vira dono e planeja expansão. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/05/21/pipeline-na-intralot-ceo-vira-dono-e-planeja-expansao.ghtml>>. Acesso em: 10/10/2021.

⁴⁸ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **TCE-RJ determina suspensão de jogos online da Loterj.** Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/noticia/tribunal_de_contas_determina_suspensao_de_jogos_online_da_loterj>. Acesso em: 10/10/2021.

é capaz de acelerar investimentos no Estado de São Paulo, que tem dimensão geográfica semelhante à de alguns países, com regiões econômicas distintas e espalhadas.

160. Assim, no lugar dos dados imprecisos de estados brasileiros, foram utilizados dados de mercados maduros. A estimativa baseou-se nos dados do ano de 2020 dos cinco estados mais populosos dos Estados Unidos da América, como indicado na tabela a seguir:

Estado	Loteria	Prognóstico Numérico		
	Instantânea (%)	Estadual (%)	Federal (%)	Participação no PIB (%)
California	81.8%	8.6%	9.5%	0.229%
Florida	78.3%	15.4%	6.3%	0.731%
New York	61.3%	32.0%	6.7%	0.613%
Pennsylvania	77.5%	17.2%	5.3%	0.629%
Texas	83.0%	10.4%	6.6%	0.412%
Média	76.4%	16.7%	6.9%	0.523%

Participação no PIB por modalidade de jogos dos cinco estados mais populosos dos EUA

Fonte: LA FLEUR et al.⁴⁹, 2021.

161. A escolha dos estados mais populosos se deve à forte correlação do desempenho das loterias ao valor dos prêmios pagos que, por sua vez, dependem do número de apostas, as quais correlacionam-se com o número potencial de apostadores e de sua renda. Portanto, considera-se metodologicamente adequado supor que em São Paulo, que tem a segunda maior renda *per capita* do Brasil, sejam alcançados resultados similares aos grandes estados americanos considerados.

V.1.3. Estimativa das curvas de crescimento das receitas em dez anos

162. Como exposto no item IV.3, prever o alcance e crescimento do atingimento de mercado potencial ao longo do tempo impõe grande desafio por depender de uma infinidade de variáveis, como (i) o percentual de *Payout*; (ii) o investimento em publicidade; (iii) os recursos tecnológicos e publicitários disponíveis; (iv) canais de distribuição a serem desenvolvidos; (v) modalidades de jogos escolhidas; (vi) concorrência com modalidades reguladas ou não, novas ou antigas, como o jogo do bicho e apostas *online* de todos os tipos; (vii) variáveis macroeconômicas, que se mostraram capazes de afetar o desempenho histórico das vendas.

163. Ademais, deve-se observar o efeito do número de operadores. Como explorado no item III.1, o modelo tradicional de exploração de loterias por um único operador pode gerar inúmeras instabilidades, seja em decorrência de impugnações e questionamentos jurídicos por outros participantes do processo licitatório, seja por incentivar menores investimentos nos estágios iniciais da operação.

⁴⁹ LA FLEUR, B; et al. **Le Fleur's 2021 World's Lottery Almanac**. Ed. 29. TFL Publications, Inc., 2021.

164. Isso porque a presunção de monopólio, presente no modelo de exploração com exclusividade, reduz a propensão a uma tomada de mercado vigorosa, uma vez que não há risco de perda de mercado para concorrentes. Já no modelo de credenciamento proposto, além de o processo ser mais simples e menos sujeito a questionamentos jurídicos, o montante investido pelos operadores no curto prazo deve ser substancialmente maior, levando a uma tomada de mercado mais rápida, sob pena de perda de espaço para a concorrência.

165. Além disso, os próprios operadores terão de estruturar esse novo mercado, unindo diferentes empresas com especialidades distintas. É raro que um único operador consiga ter o melhor mecanismo de venda em todos os canais, e é esperado que o mercado se autorregule com a fusão de operações e constituição de consórcios e parcerias para maximização dos resultados.

166. Diante da imprevisibilidade do mercado nacional, dada a sua incipiência no formato digital, com a finalidade de ter uma base para o cálculo ora proposto, buscou-se fundamento nas curvas de crescimento de loterias estaduais dos Estados Unidos. Para isso, os mesmos cinco estados americanos mais populosos foram selecionados e foi calculado o número de anos para que alcançassem 95% (noventa e cinco por cento) da receita de longo prazo, como mostrado na tabela a seguir:

Estado	População (milhões)	Nº de anos para 95% da receita de 10 anos
California	39.4	3
Florida	21.7	2
New York	19.3	7
Pennsylvania	12.8	10
Texas	28.4	3
Média	24.3	5

Número de anos para alcançar 95% do resultado de 10 anos

167. Ressalte-se que, apesar de justificável do ponto de vista metodológico para os fins ora propostos, esta tende a ser a estimativa menos precisa da análise apresentada, uma vez que (i) não há padrão identificável entre os estados considerados; (ii) as loterias estaduais se iniciaram em épocas distintas, sob regras distintas, enfrentando contextos macro e microeconômicos distintos, e com estratégias e tecnologias distintas.

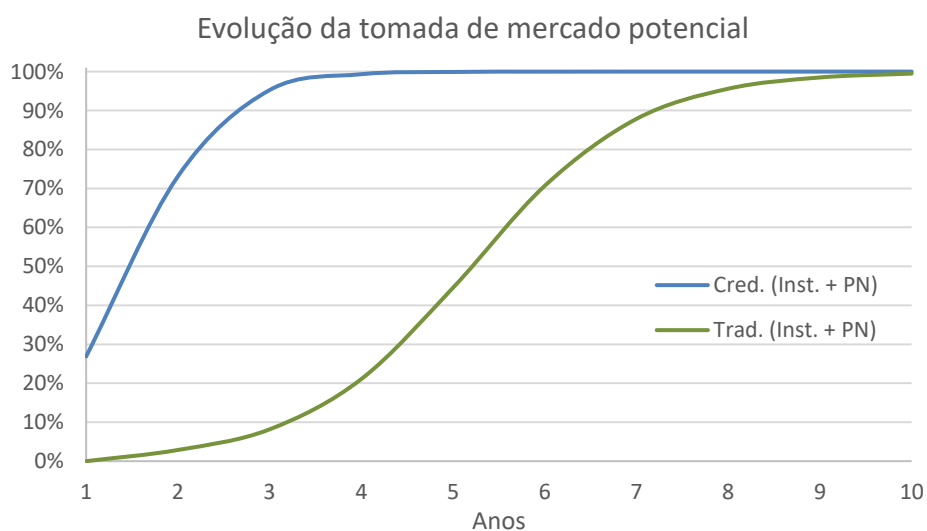
168. Por outro lado, a análise proposta ainda se mostra mais adequada do que considerar os números de estados brasileiros que operam loterias, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, que apresentam dados subjetivos e questionáveis, uma vez que operaram sob regime regulatório inexistente até poucos anos atrás. Além disso, as estratégias utilizadas nesses estados não foram as mais adequadas se comparadas com os grandes operadores americanos em tempos recentes. Um fato que corrobora essa tese é o baixo foco em loteria instantânea nas experiências

brasileiras, modalidade que nos Estados Unidos representa mais de 70% (setenta por cento) das receitas.

169. Para a determinação da curva de crescimento das receitas foi escolhida a função logística, amplamente utilizada na representação de fenômenos de crescimento em “S” ou sigmoide, onde uma taxa de crescimento baixa é vista tanto no início do processo como no final. Fenômenos como o crescimento de populações e número de infectados em pandemias utilizam a função logística, que parte basicamente de três parâmetros, como mostrado a seguir:

$$P(t) = \frac{L}{1 - e^{-k(t-t_0)}}$$

170. Os parâmetros L , k e t_0 representam a assíntota horizontal quando t tende a infinito, a declividade e o tempo no qual a função atinge 50% (cinquenta por cento) de seu valor, respectivamente. Para o modelo de credenciamento L foi considerado como 100% (cem por cento), k igual a 2 e t_0 igual a 1,5 anos, assemelhando-se à curva dos três estados americanos mais velozes, enquanto para o modelo tradicional com um único operador, L foi considerado como 100%, k igual a 1.1 e t_0 igual a 5,2 anos, assemelhando-se à curva dos dois estados americanos mais lentos, entre os cinco estados selecionados, gerando o seguinte gráfico.



171. Nota-se que a curva tradicional proposta é mais lenta, atingindo 95% (noventa e cinco por cento) do potencial em cerca de oito anos, enquanto no modelo de credenciamento de múltiplos operadores esse patamar pode ser atingido ao final de três anos de operação, exatamente como nos estados americanos mais eficientes.

V.1.4. Estimativa da participação de cada modalidade e do *Market Share* estadual *versus* federal em dois cenários

172. A divisão do mercado de loterias em São Paulo se faz entre duas modalidades: (i) loteria instantânea; e (ii) prognóstico numérico. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, atua de forma estruturada, nos dias atuais, apenas nos jogos de prognóstico numérico. Com participação de 0,2% (dois décimos percentuais) do PIB, as loterias são exploradas exclusivamente pela Caixa Econômica Federal no Estado de São Paulo.

173. Como demonstrado, as loterias possuem amplo espaço para crescimento se seguirem os mesmos padrões dos estados mais populosos dos Estados Unidos, subindo sua participação para 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB, com as loterias federais representando apenas 7% (sete por cento) desse total, o que indicaria uma redução significativa da arrecadação federal no Estado de São Paulo, caso a Caixa Econômica Federal não altere sua estratégia competitiva.

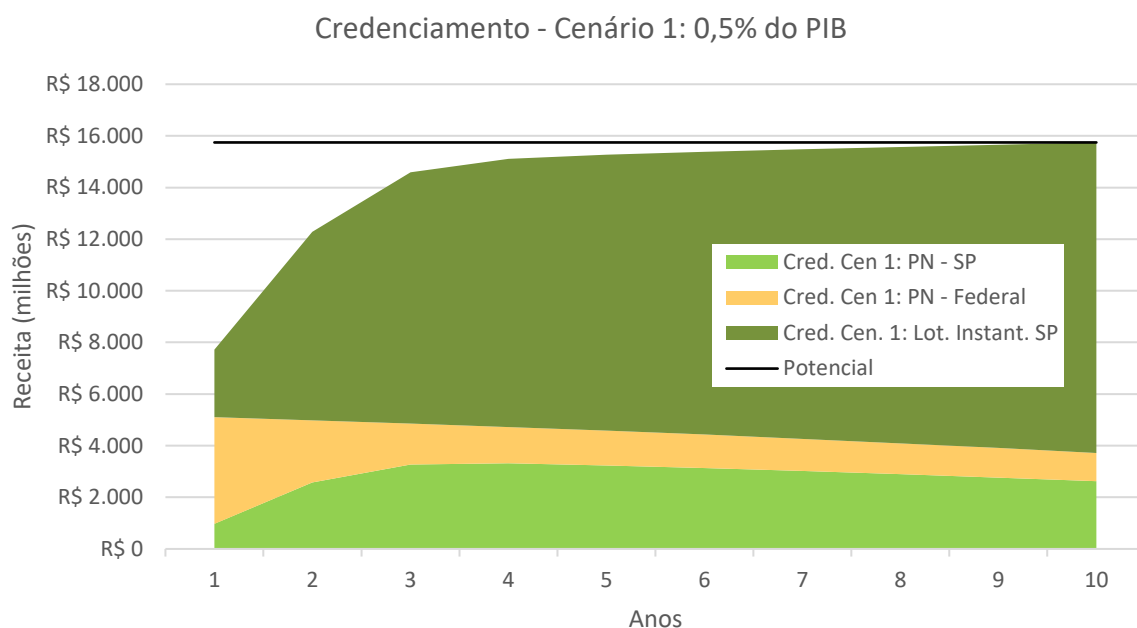
174. Já os jogos de prognóstico numérico, que hoje representam quase a totalidade das apostas no Estado, também perderiam espaço relativo para a loteria instantânea, uma vez que está sendo considerado que a distribuição entre as modalidades deve obedecer ao padrão americano, onde os jogos instantâneos representam mais de 75% (setenta e cinco por cento) do total arrecadado.

175. Portanto é esperado que o mercado de loterias no Estado de São Paulo chegue a 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB do Estado em dez anos, sendo que (i) 0,382% (trezentos e oitenta e dois milésimos percentuais) do PIB corresponderia a mercado a ser aberto pela loteria instantânea; e (ii) 0,118% (cento e dezoito milésimos percentuais) do PIB corresponderia a loteria de prognóstico numérico, com 0,083% (oitenta e três milésimos percentuais) do PIB para a Loteria Estadual de São Paulo e 0,035% (trinta e cinco milésimos percentuais) do PIB para loteria federal.

176. A taxa de perda de mercado dos jogos de prognóstico numérico foi considerada linear por simplificação, enquanto o crescimento da Loteria Estadual de São Paulo, nas modalidades instantânea e de prognóstico numérico, deve obedecer à curva de crescimento proposta no item V.1.3.

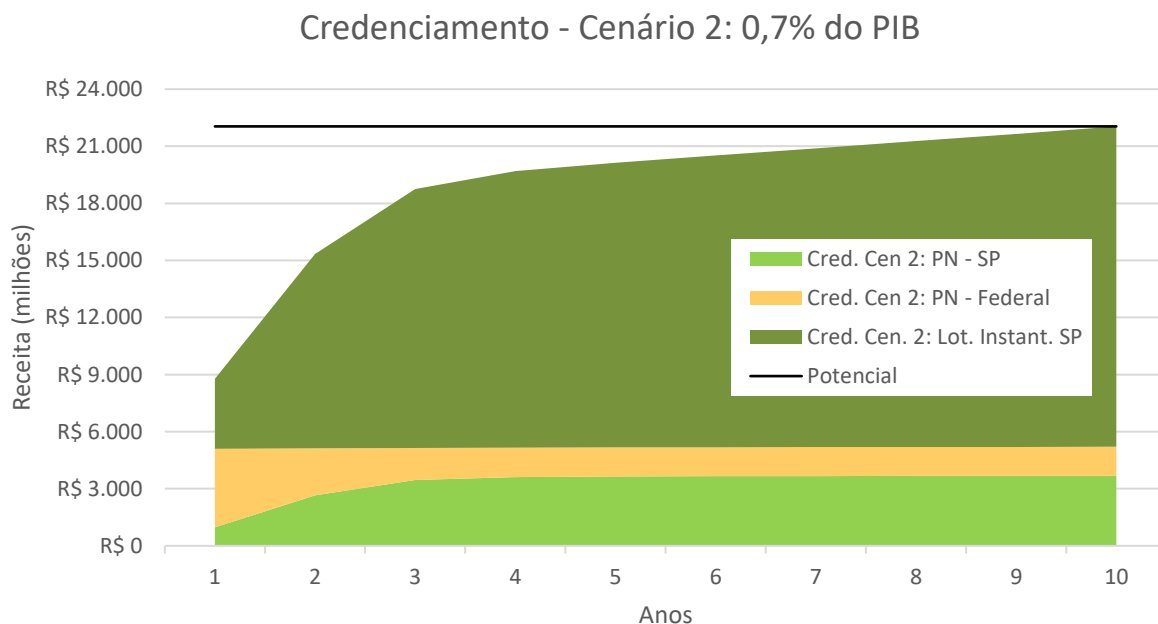
177. A projeção não considera a participação da Lotex como representante dos esforços federais nas loterias instantâneas, uma vez que a operação da Lotex ainda não se iniciou e nem é possível estimar quando chegará a operar.

178. O gráfico a seguir exemplifica a mudança estimada no cenário 1, no qual as loterias deverão alcançar 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB paulista em dez anos, para o modelo de credenciamento.



179. Nesse cenário, as loterias da Caixa Econômica Federal perderão espaço paulatinamente para os jogos de prognóstico numéricos estaduais, enquanto o mercado se expande principalmente com loteria instantânea.

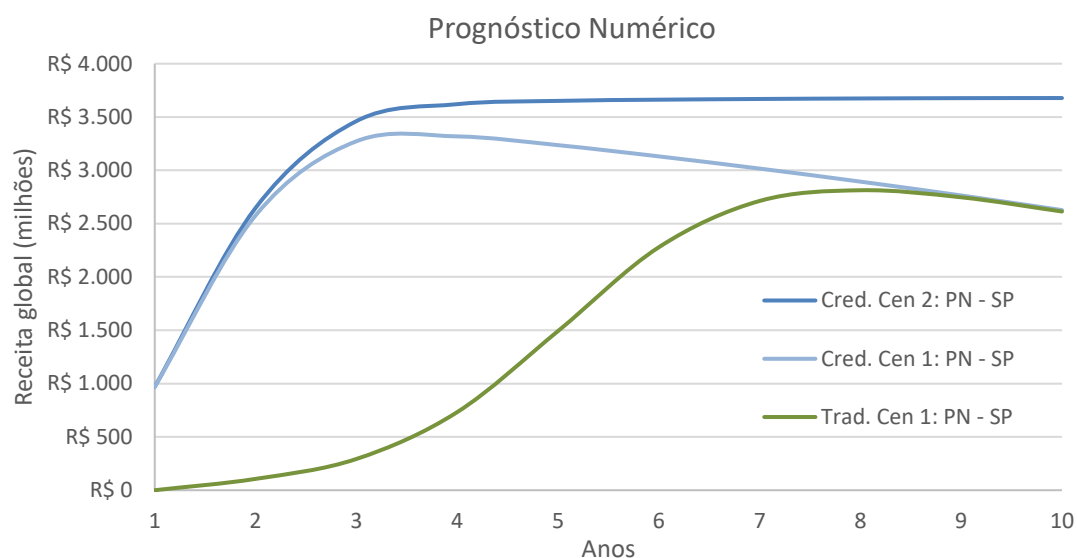
180. Para o cenário 2, que é mais otimista, pois considera que o alvo de participação relativa ao PIB alcançará 0,7% (sete décimos percentuais) em dez anos, foi feita uma segunda simulação.



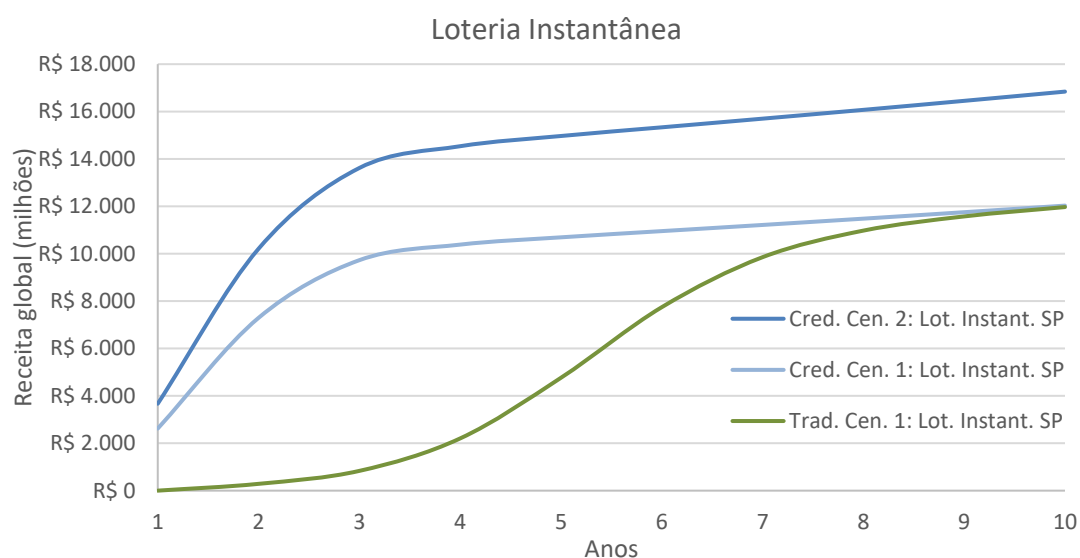
181. Entende-se que será seguido o mesmo padrão apresentado nas loterias dos estados mais populosos dos Estados Unidos da América pelos seguintes motivos:

- (i) **presença**: por haver foco e atuação de múltiplos operadores profissionais, existe a tendência de o número de Pontos de Venda da Loteria Estadual de São Paulo superarem rapidamente o número de pontos de venda da loteria federal;
- (ii) **modalidades**: é amplamente conhecido que os operadores profissionais são capazes de explorar modalidades de jogos que hoje são pouco exploradas pela Caixa Econômica Federal. O principal exemplo são as loterias instantâneas que, nos Estados Unidos e em outros países do mundo, são a principal fonte de receita;
- (iii) **diversidade de canais**: a *expertise* dos operadores profissionais, tanto em plataformas *online* como em outros canais de distribuição, como lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias, entre muitos outros, permite afirmar que a taxa de crescimento e tomada de mercado deve ser acentuada;
- (iv) **investimento**: o investimento em publicidade dos operadores profissionais, além de ser expressivo, é intensificado no início da operação e utiliza ferramentas de inteligência de mercado que a loteria federal brasileira ignora;
- (v) **foco regional**: por ter atuação exclusiva no estado de São Paulo, a capacidade de mapeamento do mercado é ampliada, produzindo rapidamente forte diferencial competitivo em relação à inteligência de mercado da loteria federal. Cada região do Estado poderá ter abordagem comercial específica, respeitando o mapeamento cultural e de perfil do apostador;
- (vi) **perfil do apostador**: operadores profissionais possuem a capacidade de ampliar também o perfil dos apostadores, atraindo faixas de renda que hoje pouco participam das apostas.

182. As curvas a seguir comparam a velocidade de tomada de mercado do modelo tradicional de um único operador com o esperado para o modelo de credenciamento de múltiplos operadores, tanto para jogos de prognóstico numérico quanto para loterias instantâneas nos dois cenários.



183. Nota-se que, apesar de, no curto prazo, os jogos numéricos tenderem a crescer em faturamento, é esperado que no longo prazo percam espaço para as loterias instantâneas, que deverão ter maior apelo conforme se tornem mais conhecidas.



V.1.5. Estimativa do mercado de apostas esportivas para o Estado de São Paulo

184. As apostas ainda não têm regulamentação no Brasil. Mesmo em países mais abertos e regulados como a Itália, a presença das apostas esportivas ainda é relativamente recente. Por isso, ainda há incertezas sobre o mercado potencial de apostas esportivas, o que produz grande variação nas estimativas.

185. Segundo matéria do site MKTESPORTIVO⁵⁰, as apostas esportivas no Brasil atingiram sete bilhões de reais em 2020, saindo de dois bilhões de reais em 2018, mesmo sem regulamentação no país. O estudo mais conhecido no segmento foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a pedido da Caixa Econômica Federal, no qual se estimou que o mercado poderia ultrapassar dez bilhões em caso de regulamentação. Por uma questão de conservadorismo, considerar-se-á que o mercado de apostas esportivas tem potencial de 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB em dez anos em um primeiro cenário e 0,7% (sete décimos percentuais) do PIB em um segundo cenário, ou seja, a mesma estimativa para os jogos de prognóstico numérico e loteria instantânea juntos.

186. Contudo, para que essa estimativa se verifique, deve-se salientar como premissas: (i) que existam mecanismos para coibir apostas esportivas em sites internacionais fora das jurisdições federal e estadual; (ii) que ocorra o credenciamento de múltiplos operadores de aposta esportiva no mercado paulista; (iii) que as apostas *online* apresentam capacidade limitada de deslocar apostadores das loterias tradicionais, não competindo de forma significativa com as demais modalidades.

187. Em face da dificuldade de garantir atendimento integral de tais premissas e atingimento do potencial total das loterias esportivas, considera-se que 50% (cinquenta por cento) das apostas converterão em benefício ao Estado. Também em postura conservadora, uma curva de crescimento mais lenta será considerada para as apostas esportivas.

188. O gráfico a seguir representa a curva de receita estimada com apostas esportivas, sem computar o pagamento dos prêmios e o valor residual a ser dividido entre Estado e operadores.

⁵⁰ MKT Esportivo. **Brasileiros buscam cada vez mais entretenimento nas apostas esportivas**. Disponível em: <<https://www.mktesportivo.com/2020/12/brasileiros-buscam-cada-vez-mais-entretenimento-nas-apostas-esportivas>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.



189. Nesse tema é especialmente vantajoso o modelo de credenciamento em relação ao modelo tradicional de um único operador, uma vez que a captura do mercado informal já existente se dará pela postura ativa de uma multiplicidade de *players*.

V.1.6. Estimativa das receitas gerais, pagamento de premiações, repasses para o Estado e receita para os operadores em dois cenários

190. O *Payout* mínimo praticado atualmente no Brasil (referência da Lei nº 13.756/2018) é o da tabela a seguir:

Destinação	Prognósticos Numéricos	Prognósticos Esportivos	Lotex	Apostas de Quota Fixa	
				Físico	Virtual
Premiação Bruta (<i>Payout</i>)	43,79%	55%	65%	80%	89%

Destinação dos recursos das loterias por modalidade

191. Esses números estão muito distantes da realidade de países desenvolvidos e dos estados mais populosos dos Estados Unidos, em que a média é de 65% (sessenta e cinco por cento), como pode ser verificado na tabela a seguir:

Estado	Vendas de Loterias 2020 (milhões)	Prêmios 2020 (milhões)	<i>Payout</i>	Percentual de repasse ao governo
California	\$ 6622	\$ 4404	66.5%	21.9%
Florida	\$ 7505	\$ 5030	67.0%	25.5%
New York	\$ 7727	\$ 4624	59.9%	34.7%
Pennsylvania	\$ 4474	\$ 2928	65.4%	25.5%
Texas	\$ 6704	\$ 4442	66.3%	25.1%
Média			65.0%	26.5%

Payout dos estados mais populosos dos EUA

Fonte: LA FLEUR et al., 2021

192. O *Payout* potencial por modalidade considerado nas simulações para o Estado de São Paulo e o percentual potencial de repasse para o erário são apresentados na tabela a seguir:

Modalidade	Payout	Percentual de repasse ao estado
Prognóstico Numérico	52%	11%
Loteria Instantânea	60%	9%
Aposta esportiva	90%	3%

Payout e repasse ao governo por modalidade

193. Vale ressaltar, porém, que esses valores são flexíveis (*Flex Payout*), ou seja, é necessário que o *Payout* seja sempre testado para maximizar as receitas para o Estado e operadores. Como anteriormente exposto, o *Payout* tem um papel fundamental na atração dos apostadores e pequenos incrementos no *Payout* tendem a produzir grandes incrementos de receita, como ocorrido no estado de Massachusetts/EUA.

194. O *Payout* por modalidade considerado nas simulações e o percentual de repasse para o Estado são apresentados na tabela a seguir, que considera o cenário com potencial de 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB para jogos de prognóstico numérico e loterias instantâneas e 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB para apostas esportivas, no modelo de credenciamento:

Modelo de Credenciamento		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Arrecadação Total		R\$ 6,243	R\$ 15,064	R\$ 19,384	R\$ 20,485	R\$ 20,920	R\$ 21,251	R\$ 21,568	R\$ 21,886	R\$ 22,206	R\$ 22,530
Instantânea		R\$ 2,621	R\$ 7,293	R\$ 9,727	R\$ 10,383	R\$ 10,691	R\$ 10,953	R\$ 11,214	R\$ 11,479	R\$ 11,751	R\$ 12,030
Prognóstico		R\$ 970	R\$ 2,576	R\$ 3,273	R\$ 3,318	R\$ 3,236	R\$ 3,131	R\$ 3,016	R\$ 2,894	R\$ 2,765	R\$ 2,627
Aposta Esportiva		R\$ 2,652	R\$ 5,195	R\$ 6,384	R\$ 6,783	R\$ 6,992	R\$ 7,167	R\$ 7,339	R\$ 7,513	R\$ 7,691	R\$ 7,873
Prêmios pagos + IR (Payout)	69%	R\$ 4,463	R\$ 10,391	R\$ 13,283	R\$ 14,060	R\$ 14,391	R\$ 14,650	R\$ 14,901	R\$ 15,154	R\$ 15,410	R\$ 15,669
Instantânea	60%	R\$ 1,572	R\$ 4,376	R\$ 5,836	R\$ 6,230	R\$ 6,415	R\$ 6,572	R\$ 6,728	R\$ 6,888	R\$ 7,051	R\$ 7,218
Prognóstico	52%	R\$ 504	R\$ 1,340	R\$ 1,702	R\$ 1,725	R\$ 1,683	R\$ 1,628	R\$ 1,568	R\$ 1,505	R\$ 1,438	R\$ 1,366
Aposta Esportiva	90%	R\$ 2,387	R\$ 4,676	R\$ 5,745	R\$ 6,105	R\$ 6,293	R\$ 6,450	R\$ 6,605	R\$ 6,761	R\$ 6,922	R\$ 7,085
Arrecadação pós prêmios	31%	R\$ 1,779	R\$ 4,673	R\$ 6,100	R\$ 6,424	R\$ 6,529	R\$ 6,601	R\$ 6,667	R\$ 6,732	R\$ 6,797	R\$ 6,860
Instantânea		R\$ 1,048	R\$ 2,917	R\$ 3,891	R\$ 4,153	R\$ 4,276	R\$ 4,381	R\$ 4,485	R\$ 4,592	R\$ 4,701	R\$ 4,812
Prognóstico		R\$ 466	R\$ 1,237	R\$ 1,571	R\$ 1,593	R\$ 1,553	R\$ 1,503	R\$ 1,448	R\$ 1,389	R\$ 1,327	R\$ 1,261
Aposta Esportiva		R\$ 265	R\$ 520	R\$ 638	R\$ 678	R\$ 699	R\$ 717	R\$ 734	R\$ 751	R\$ 769	R\$ 787
Destinação Governo	8%	R\$ 456	R\$ 1,148	R\$ 1,489	R\$ 1,572	R\$ 1,603	R\$ 1,626	R\$ 1,648	R\$ 1,669	R\$ 1,691	R\$ 1,713
Instantânea	9.0%	R\$ 236	R\$ 656	R\$ 875	R\$ 935	R\$ 962	R\$ 986	R\$ 1,009	R\$ 1,033	R\$ 1,058	R\$ 1,083
Prognóstico	9.0%	R\$ 87	R\$ 232	R\$ 295	R\$ 299	R\$ 291	R\$ 282	R\$ 271	R\$ 260	R\$ 249	R\$ 236
Aposta Esportiva	5.0%	R\$ 133	R\$ 260	R\$ 319	R\$ 339	R\$ 350	R\$ 358	R\$ 367	R\$ 376	R\$ 385	R\$ 394
Arrecadação dos Operadores	23%	R\$ 1,323	R\$ 3,525	R\$ 4,611	R\$ 4,852	R\$ 4,926	R\$ 4,975	R\$ 5,020	R\$ 5,063	R\$ 5,106	R\$ 5,147
Instantânea		R\$ 812	R\$ 2,261	R\$ 3,015	R\$ 3,219	R\$ 3,314	R\$ 3,395	R\$ 3,476	R\$ 3,559	R\$ 3,643	R\$ 3,729
Prognóstico		R\$ 378	R\$ 1,005	R\$ 1,276	R\$ 1,294	R\$ 1,262	R\$ 1,221	R\$ 1,176	R\$ 1,129	R\$ 1,078	R\$ 1,025
Aposta Esportiva		R\$ 133	R\$ 260	R\$ 319	R\$ 339	R\$ 350	R\$ 358	R\$ 367	R\$ 376	R\$ 385	R\$ 394

Payout e repasse ao governo no modelo de credenciamento – Cenário 1: 0.5% do PIB

195. A próxima tabela considera o cenário com potencial de 0,7% (sete décimos percentuais) do PIB para jogos de prognóstico numérico e loterias instantâneas e 0,7% (sete décimos percentuais) do PIB para apostas esportivas, no modelo de credenciamento. Entende-se que somente é possível alcançar esse resultado alterando os percentuais de *Payout* assim como o percentual de repasse ao Governo (*Flex Payout*).

Modelo de Credenciamento		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Arrecadação Total		R\$ 8,352	R\$ 20,130	R\$ 26,017	R\$ 27,654	R\$ 28,408	R\$ 29,031	R\$ 29,642	R\$ 30,263	R\$ 30,896	R\$ 31,541
Instantânea		R\$ 3,669	R\$ 10,210	R\$ 13,618	R\$ 14,537	R\$ 14,968	R\$ 15,334	R\$ 15,699	R\$ 16,071	R\$ 16,452	R\$ 16,841
Prognóstico		R\$ 970	R\$ 2,647	R\$ 3,461	R\$ 3,621	R\$ 3,651	R\$ 3,662	R\$ 3,669	R\$ 3,674	R\$ 3,677	R\$ 3,678
Aposta Esportiva		R\$ 3,712	R\$ 7,273	R\$ 8,937	R\$ 9,496	R\$ 9,789	R\$ 10,034	R\$ 10,274	R\$ 10,518	R\$ 10,767	R\$ 11,022
Prêmios pagos + IR (Payout)	73%	R\$ 6,289	R\$ 14,717	R\$ 18,903	R\$ 20,096	R\$ 20,657	R\$ 21,122	R\$ 21,579	R\$ 22,043	R\$ 22,517	R\$ 23,000
Instantânea	65%	R\$ 2,385	R\$ 6,636	R\$ 8,852	R\$ 9,449	R\$ 9,729	R\$ 9,967	R\$ 10,204	R\$ 10,446	R\$ 10,694	R\$ 10,947
Prognóstico	58%	R\$ 563	R\$ 1,535	R\$ 2,008	R\$ 2,100	R\$ 2,118	R\$ 2,124	R\$ 2,128	R\$ 2,131	R\$ 2,133	R\$ 2,133
Aposta Esportiva	90%	R\$ 3,341	R\$ 6,546	R\$ 8,043	R\$ 8,547	R\$ 8,810	R\$ 9,031	R\$ 9,247	R\$ 9,466	R\$ 9,690	R\$ 9,920
Arrecadação pós prêmios	27%	R\$ 2,063	R\$ 5,412	R\$ 7,114	R\$ 7,558	R\$ 7,751	R\$ 7,909	R\$ 8,063	R\$ 8,220	R\$ 8,379	R\$ 8,541
Instantânea		R\$ 1,284	R\$ 3,573	R\$ 4,766	R\$ 5,088	R\$ 5,239	R\$ 5,367	R\$ 5,495	R\$ 5,625	R\$ 5,758	R\$ 5,895
Prognóstico		R\$ 407	R\$ 1,112	R\$ 1,454	R\$ 1,521	R\$ 1,534	R\$ 1,538	R\$ 1,541	R\$ 1,543	R\$ 1,544	R\$ 1,545
Aposta Esportiva		R\$ 371	R\$ 727	R\$ 894	R\$ 950	R\$ 979	R\$ 1,003	R\$ 1,027	R\$ 1,052	R\$ 1,077	R\$ 1,102
Destinação Governo	7%	R\$ 538	R\$ 1,341	R\$ 1,745	R\$ 1,855	R\$ 1,904	R\$ 1,945	R\$ 1,985	R\$ 2,025	R\$ 2,066	R\$ 2,108
Instantânea	7.5%	R\$ 275	R\$ 766	R\$ 1,021	R\$ 1,090	R\$ 1,123	R\$ 1,150	R\$ 1,177	R\$ 1,205	R\$ 1,234	R\$ 1,263
Prognóstico	8.0%	R\$ 78	R\$ 212	R\$ 277	R\$ 290	R\$ 292	R\$ 293	R\$ 294	R\$ 294	R\$ 294	R\$ 294
Aposta Esportiva	5.0%	R\$ 186	R\$ 364	R\$ 447	R\$ 475	R\$ 489	R\$ 502	R\$ 514	R\$ 526	R\$ 538	R\$ 551
Arrecadação dos Operadores	20%	R\$ 1,524	R\$ 4,071	R\$ 5,369	R\$ 5,703	R\$ 5,847	R\$ 5,964	R\$ 6,079	R\$ 6,195	R\$ 6,313	R\$ 6,433
Instantânea		R\$ 1,009	R\$ 2,808	R\$ 3,745	R\$ 3,998	R\$ 4,116	R\$ 4,217	R\$ 4,317	R\$ 4,420	R\$ 4,524	R\$ 4,631
Prognóstico		R\$ 330	R\$ 900	R\$ 1,177	R\$ 1,231	R\$ 1,241	R\$ 1,245	R\$ 1,248	R\$ 1,249	R\$ 1,250	R\$ 1,251
Aposta Esportiva		R\$ 186	R\$ 364	R\$ 447	R\$ 475	R\$ 489	R\$ 502	R\$ 514	R\$ 526	R\$ 538	R\$ 551

Payout e repasse ao governo no modelo de Credenciamento – Cenário 2: 0.7% do PIB

196. Essa previsão revela que, mesmo com o aumento do *Payout* e redução do percentual de repasse para o Estado, o volume total repassado é maior.

197. O *Payout* por modalidade considerado nas simulações e o percentual de repasse para o Estado são apresentados na tabela a seguir, que considera o cenário com potencial de 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB para jogos de prognóstico numérico e loterias instantâneas e 0,5% (cinco décimos percentuais) do PIB para apostas esportivas, no modelo tradicional:

Modelo Tradicional		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Arrecadação Total		R\$ 0	R\$ 581	R\$ 1,672	R\$ 4,378	R\$ 9,375	R\$ 15,089	R\$ 19,015	R\$ 20,971	R\$ 21,896	R\$ 22,415
Instantânea		R\$ 0	R\$ 287	R\$ 834	R\$ 2,204	R\$ 4,764	R\$ 7,743	R\$ 9,853	R\$ 10,975	R\$ 11,574	R\$ 11,969
Prognóstico		R\$ 0	R\$ 106	R\$ 293	R\$ 732	R\$ 1,492	R\$ 2,279	R\$ 2,713	R\$ 2,813	R\$ 2,747	R\$ 2,614
Aposta Esportiva		R\$ 0	R\$ 188	R\$ 546	R\$ 1,442	R\$ 3,118	R\$ 5,067	R\$ 6,449	R\$ 7,183	R\$ 7,575	R\$ 7,833
Prêmios pagos + IR (Payout)	70%	R\$ 0	R\$ 400	R\$ 1,157	R\$ 3,038	R\$ 6,528	R\$ 10,545	R\$ 13,338	R\$ 14,764	R\$ 15,474	R\$ 15,901
Instantânea	65%	R\$ 0	R\$ 186	R\$ 542	R\$ 1,432	R\$ 3,097	R\$ 5,033	R\$ 6,405	R\$ 7,134	R\$ 7,523	R\$ 7,780
Prognóstico	44%	R\$ 0	R\$ 47	R\$ 129	R\$ 322	R\$ 657	R\$ 1,003	R\$ 1,194	R\$ 1,238	R\$ 1,209	R\$ 1,150
Aposta Esportiva	89%	R\$ 0	R\$ 167	R\$ 486	R\$ 1,284	R\$ 2,775	R\$ 4,510	R\$ 5,739	R\$ 6,393	R\$ 6,742	R\$ 6,971
Arrecadação pós prêmios	30%	R\$ 0	R\$ 180	R\$ 516	R\$ 1,340	R\$ 2,846	R\$ 4,543	R\$ 5,677	R\$ 6,207	R\$ 6,423	R\$ 6,514
Instantânea		R\$ 0	R\$ 100	R\$ 292	R\$ 771	R\$ 1,668	R\$ 2,710	R\$ 3,449	R\$ 3,841	R\$ 4,051	R\$ 4,189
Prognóstico		R\$ 0	R\$ 59	R\$ 164	R\$ 410	R\$ 836	R\$ 1,276	R\$ 1,519	R\$ 1,575	R\$ 1,538	R\$ 1,464
Aposta Esportiva		R\$ 0	R\$ 21	R\$ 60	R\$ 159	R\$ 343	R\$ 557	R\$ 709	R\$ 790	R\$ 833	R\$ 862
Destinação Governo	8%	R\$ 0	R\$ 45	R\$ 129	R\$ 336	R\$ 719	R\$ 1,155	R\$ 1,453	R\$ 1,600	R\$ 1,668	R\$ 1,704
Instantânea	9.0%	R\$ 0	R\$ 26	R\$ 75	R\$ 198	R\$ 429	R\$ 697	R\$ 887	R\$ 988	R\$ 1,042	R\$ 1,077
Prognóstico	9.0%	R\$ 0	R\$ 10	R\$ 26	R\$ 66	R\$ 134	R\$ 205	R\$ 244	R\$ 253	R\$ 247	R\$ 235
Aposta Esportiva	5.0%	R\$ 0	R\$ 9	R\$ 27	R\$ 72	R\$ 156	R\$ 253	R\$ 322	R\$ 359	R\$ 379	R\$ 392
Arrecadação dos Operadores	22%	R\$ 0	R\$ 136	R\$ 387	R\$ 1,004	R\$ 2,127	R\$ 3,388	R\$ 4,224	R\$ 4,607	R\$ 4,755	R\$ 4,810
Instantânea		R\$ 0	R\$ 75	R\$ 217	R\$ 573	R\$ 1,239	R\$ 2,013	R\$ 2,562	R\$ 2,854	R\$ 3,009	R\$ 3,112
Prognóstico		R\$ 0	R\$ 50	R\$ 138	R\$ 344	R\$ 701	R\$ 1,071	R\$ 1,275	R\$ 1,322	R\$ 1,291	R\$ 1,229
Aposta Esportiva		R\$ 0	R\$ 11	R\$ 33	R\$ 87	R\$ 187	R\$ 304	R\$ 387	R\$ 431	R\$ 454	R\$ 470

Payout e repasse ao governo no modelo tradicional – Cenário 1: 0.5% do PIB

V.1.7. Análise de sensibilidade

198. As loterias da Caixa Econômica Federal, mesmo após décadas de existência, apresentam resultado muito inferior às loterias de outros países. Uma das principais justificativas são seus baixos *Payouts*, um dos menores do mundo, cerca de 45,79% para jogos de prognóstico numérico, ante um mínimo de 52% (cinquenta e dois por cento) da primeira proposta do modelo apresentado para credenciamento.

199. Uma prefixação equivocada do *Payout* leva os operadores a terem resultados negativos, uma vez que a atratividade para apostadores ficaria irremediavelmente abaixo do necessário. Por isso, especialmente em um mercado novo, o ideal é o *Flex Payout*.

200. Seguindo o modelo econométrico apresentado por Cardoso e Silva⁵¹, o papel dos acúmulos de prêmios e dos valores dos prêmios é preponderante para as vendas, denotando relação desproporcional entre esses fatores e as vendas. Essa constatação permite afirmar que o caso do estado de Massachusetts/EUA é uma referência adequada e que *Payouts* maiores trazem receitas desproporcionalmente maiores.

⁵¹ CARDOSO, Vicente de Souza; SILVA, Marcelo Resende de Mendonça. **Demanda por Loterias no Brasil**: um estudo Econométrico. Prêmio SEAE de Loterias, 2017.

201. A seguir evidencia-se a sensibilidade das receitas para o Estado e operadores variando o *Payout*.

Modalidades	Credenciamento		Tradicional
	0,5% do PIB	0,7% do PIB	0,5% do PIB
Prognóstico Numérico	52%	58%	43,79%
Loteria Instantânea	60%	65%	65%
Aposta Esportiva	90%	90%	80% a 89%

Estimativa de *Payout* para atingimento do potencial de mercado

		Payout Médio			
		74.3%	75.1%	75.6%	76.9%
Repasso Médio ao Governo	6.30%	R\$ 1,506	R\$ 1,707	R\$ 1,908	R\$ 2,108
	6.53%	R\$ 1,575	R\$ 1,683	R\$ 1,687	
	6.61%	R\$ 1,644	R\$ 1,768		
	7.00%	R\$ 1,713			

Expectativa do volume arrecadado pelo Governo (em milhões de reais)

202. Portanto, credenciamento de múltiplos operadores e *Flex Payout* compõem o modelo mais eficiente para crescimento do mercado e aumento da arrecadação pelo Estado.

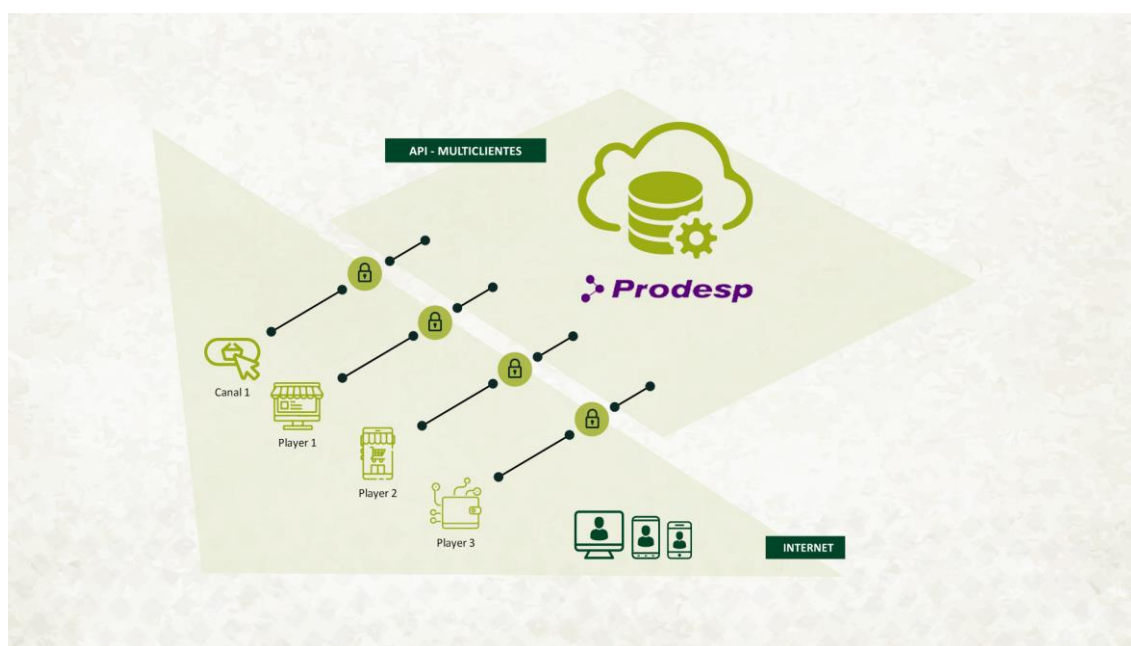
203. Pela presente análise de sensibilidade, demonstrou-se que haveria um ponto ótimo a ser encontrado entre *Payout* e percentual de repasse que maximizaria a arrecadação do governo e o resultado para os operadores.

VI. ARQUITETURA TECNOLÓGICA

204. Passa-se a expor a arquitetura tecnológica necessária para gestão dos Serviços, bem como os requisitos de segurança com foco em transparência e isenção para promoção de um ambiente com grande estímulo para a comercialização de Produtos lotéricos. Apresenta-se em anexo apresentação com as informações a seguir descritas.

VI.1. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS, FUNCIONAIS E TECNOLÓGICAS

205. A proposta inicial de funcionamento da Loteria Estadual de São Paulo se dará por meio de uma integração em que todos os credenciados se conectam à infraestrutura tecnológica disponibilizada pela Administração Pública, que poderá conceder, por si ou por parceiro responsável pela auditoria e certificação, um *plugin* e/ou uma *Application Programming Interface* (“API”) e credenciais de acesso para que cada operador lotérico forneça as informações operacionais e de auditoria ao Poder Público *real time* ou no menor intervalo de tempo possível, considerando informações cadastrais e relatórios gerenciais de vendas. A Administração Pública não será responsável pelo fornecimento de nenhum tipo de Serviço.



Visão alto nível da arquitetura sugerida para alimentar dados auditáveis a Administração Pública

206. Recomenda-se que operadores conduzam os Serviços observando os recursos técnicos e tecnológicos descritos no presente capítulo.

207. As plataformas devem ser integráveis e interoperáveis através de uma camada robusta de serviços de alto acoplamento, devidamente documentada, para facilitar que os parceiros e/ou fornecedores utilizem sem a necessidade de um nível profundo de conhecimento de parte ou da integralidade dos Serviços.

208. As documentações devem conter todos os Serviços e os parâmetros bem como suas possíveis variações e restrições em uma plataforma dedicada aos desenvolvedores, protegida por credenciais seguras a serem fornecidas no processo de desenvolvimento.

209. O desenvolvimento deverá estar baseado na arquitetura de sistemas distribuídos e armazenadas em nuvem, com uma robusta camada de proteção e escalabilidade, sem uso integral ou sequer parcial de qualquer arquivo executável - o que dificultaria a sua instalação e manutenção, com exceção aos aplicativos para *smartphones*, que podem fazer uso desse expediente.

210. A troca de informações entre todo o ecossistema deverá se dar única e tão somente através do protocolo *http* e com certificado de segurança SSL e TLS.

211. A arquitetura da Aplicação Móvel deverá manter isoladamente os serviços comumente chamados de “loja” (acessados pelos consumidores através de qualquer canal integrado) de todos os serviços internos, (*backoffice*, como os serviços que fazem a gestão da venda, inventário de produtos, gestão financeira e contábil). Entretanto, as informações precisam estar devidamente garantidas com integridade através dos protocolos de comunicação e segurança bem como o devido balanceamento.

212. A plataforma deve estar preparada para eficiência operacional, dando a oportunidade ao usuário escolher como pagará pelos Produtos, e o formato de crédito dos benefícios recebidos, com foco na melhoria da usabilidade e experiência do usuário como um todo ou oportunidades comerciais e de expansão.

213. Deverá existir um plano concreto de desastre ou *disaster recovery process* (DSP) com armazenamento em locais geograficamente distantes com capacidade de processamento, acesso seguro e etapas de recuperação claras e executadas periodicamente.

214. Ao menos uma das estruturas dos *datacenters* precisa ter a certificação ISO9001:2015 e Tier 4, podendo o operador comprovar nível de operação similar apresentando ao Estado a mesma documentação exigida por referidos certificadores, que garantem confidencialidade, integridade, autenticidade, acesso ininterrupto e disponibilidade. Os demais devem estar alinhados com os requisitos fornecidos pela norma ANSI/EIA/TIA-942. O operador deverá garantir a devida comunicação com os clientes a respeito de toda a jornada do cliente desde a opção dos jogos, confirmação de pagamento e resultados dos jogos, oferecendo total clareza no processo.

215. Importante manter a compatibilidade com os navegadores mais comuns na região em que a loteria estiver em vigor, observando principalmente Chrome, Firefox, Safari, Microsoft Edge e Mozilla. Os operadores deverão garantir os acessos de forma simples, por meio de um dos browsers mencionados neste documento e acesso à rede mundial de computadores.

216.

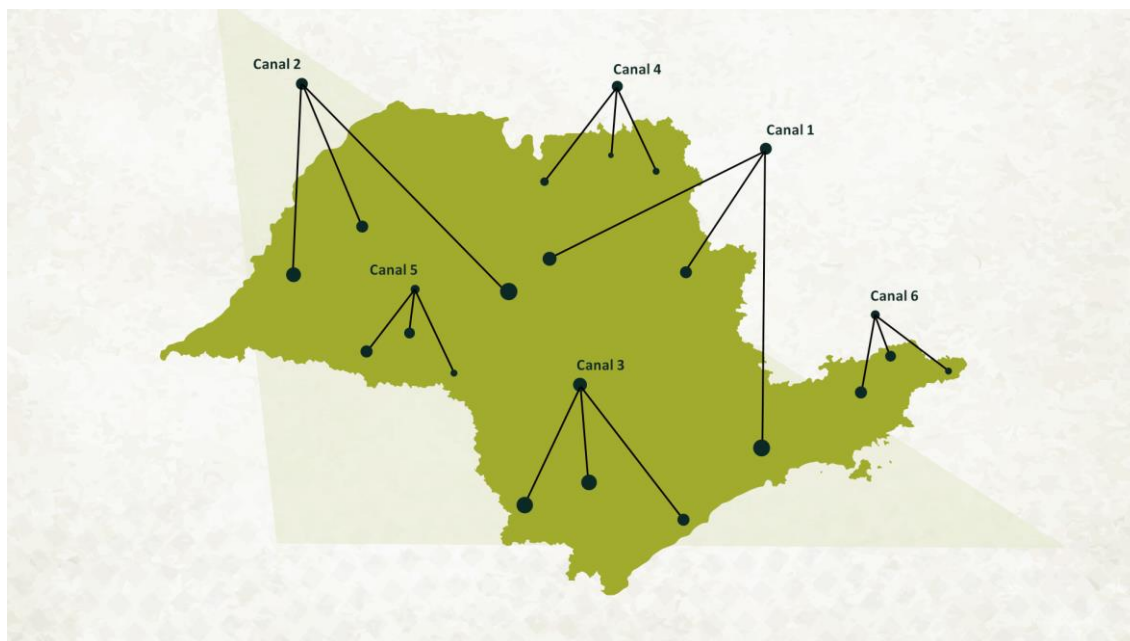
217. O operador deverá ser devidamente certificado para garantia da aleatoriedade dos jogos e garantir, assim, total isenção e consequente confiança as apostas.

218. Deverá ser considerado que o operador tenha um processo claro de alimentação de informações para a Administração Pública, para garantir um processo de auditoria frequente.

VI.2. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

219. Com fundamento nas recomendações técnicas expostas e conforme mencionado no item IV.3, credenciados devem indicar as seguintes instalações tecnológicas, consideradas essenciais para a execução e segurança dos Serviços:

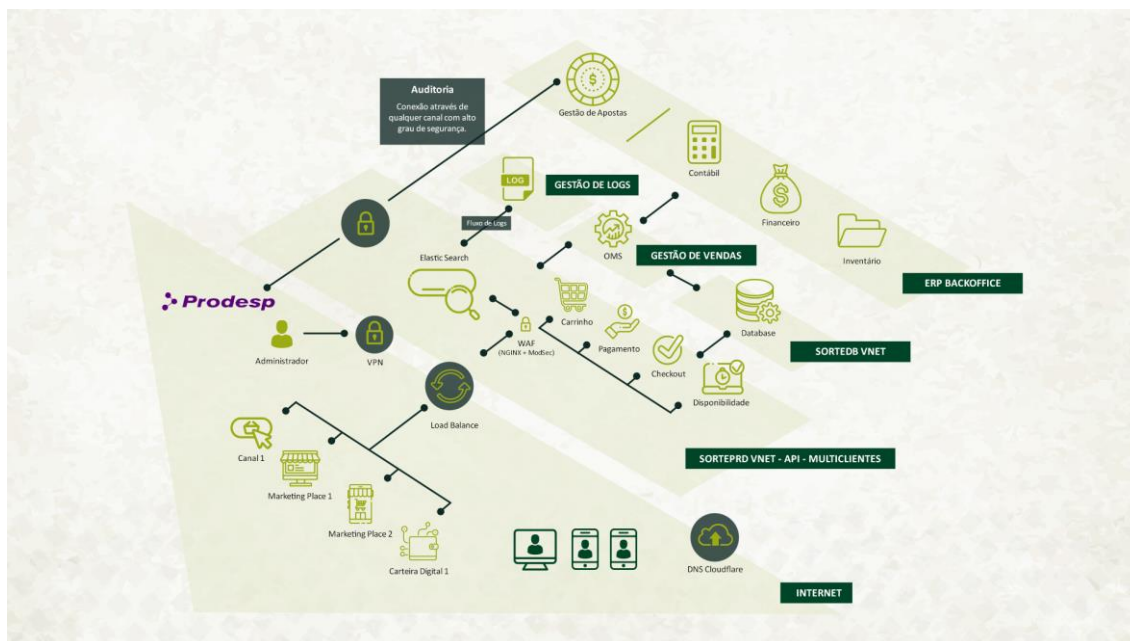
- (i) Registro das Apostas Consumidor Reais (KYC): o operador deverá demonstrar suas políticas de Know Your Customer e as apostas deverão ser registradas com CPF para garantir o combate às fraudes, lavagem de dinheiro e evasão fiscal;
- (ii) AML (Anti Money Laundry): políticas anti-lavagem de dinheiro que garantam e atestem a transparência de registro das apostas, bem como fluxo de pagamentos de prêmios e seus respectivos fluxos de comunicação às autoridades fiscais competentes;
- (iii) Garantia de não-manipulação dos Sorteios/ Extrações (RNG - Random Number Generator) e certificação (GLI) ou similar, ou seja, um gerador de números aleatórios, que garante a não repetição, aleatoriedade dos números afim de proporcionar mais transparência e evitar a “previsibilidade” dos números sorteados;
- (iv) Garantia de proteção dos dados dos consumidores seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) bem como aos critérios de Cyber Security (conjunto de ações técnicas, suportadas pelo certificado ISO 27001 ou similar, que garantem a proteção de sistemas, programas, redes e equipamentos de invasões, podendo evidenciar nível de segurança semelhante apresentando ao Estado a mesma documentação exigida por referidas certificadoras);
- (v) Plataforma de Digital Commerce com as funcionalidades de vitrine, carrinho, carteira digital, pagamento de prêmios, gestão dos resultados bem como toda a visibilidade para o consumidor desde a aposta realizada até os resultados;
- (vi) Plataforma multi-channel: capacidade de interoperar em diferentes tecnologias e dispositivos, para aproveitar a demanda de usuários já existentes em parceiros estratégicos. A imagem abaixo demonstra a oportunidade de, através das parcerias com *fintechs*, carteiras digitais ou até mesmo POs (maquininhas de cartão), disponibilizar os Produtos em uma só integração a milhares de usuários:



- (vii) Robustez para atender capacidades sazonais ou eventos especiais: em eventos que demande uma capacidade elevada de processamento em função de uma alta demanda mercadológica, seja ela oriunda de um jogo com acúmulo ou evento especial, é importante que o operador esteja devidamente preparado técnica e operacionalmente não só para resistir a demanda como para garantir que os dados não sejam perdidos e que os prêmios sejam devidamente pagos;
- (viii) Datacenter: comprometer-se a hospedar todos os Serviços na modalidade Software como Serviços (“SaaS”) em Datacenter com certificação ISO9001:2015 e Tier IV e as demais com no mínimo a certificação Tier III, podendo evidenciar nível operacional semelhante apresentando ao Estado a mesma documentação exigida por referidas certificadoras;
- (ix) Serviço de Atendimento ao Cliente Multi-Channel que traga a oportunidade para o cliente ser atendido e respondido de uma forma humanizada e assertiva independentemente do horário e canal observado;
- (x) Cerca eletrônica: como a loteria estadual é uma forma de estimular a circulação de riquezas e movimentar o mercado local, é importante que haja uma restrição de que o apostador faça jogos apenas dentro da sua região. A cerca eletrônica é uma forma muito utilizada em diversos segmentos, desde o de transportes e logísticos até em *e-commerces* para dar melhor experiência e eficiência operacional e garante que as apostas não saiam do escopo contemplado pelo Projeto, o Estado de São Paulo. A aplicação de soluções de *Analytics* e *Machine Learning*, em conjunto com a geolocalização, permitem um sistema antifraude utilizando protocolos avançados de segurança, com um processo robusto de gestão dos dados, possibilitando gestão

de alertas, criação de regras de aplicação instantânea para detenção de eventos suspeitos e bloqueios em tempo real;

- (xi) Apostas de maiores de 18 anos: serviço de validação de identidade que ateste que apenas maiores de 18 anos estão apostando;
- (xii) Jogo responsável: deve ser esclarecido ao apostador que o jogo não é uma forma de rendimento nem um modo de vida, portanto deve ser feito com parcimônia e respeito aos seus limites econômicos. Entendemos que a plataforma contratada deve oferecer de maneira clara a informação e principalmente restrição a usuários que não estejam em conformidade com o enquadramento do jogo responsável;
- (xiii) Custódia dos valores apostados: as apostas recebidas deverão ser contabilizadas, controladas e rastreáveis. Na sequência, enviadas para uma conta bancária, em banco escolhido pelo operador. O banco, com toda segurança e requisitos atendidos, fará os controles de conta e distribuição do dinheiro aos integrantes do processo. Esta conta deverá ser controlada pelo operador e auditada pela Administração Pública. O banco será responsável pela liberação e distribuição do dinheiro para apostador (prêmio), estado e operador;
- (xiv) Prevenção a desastres digitais e/ou físicos: o operador deverá dispor de infraestrutura preparada para resistir a desastres digitais ou físicos, preservando o investimento do consumidor e a marca da loteria estadual. Dessa forma, é importante que haja replicação digital dos ambientes com infraestrutura técnica que garanta a sincronia das informações, não tenha risco de perda e oportunize a realização de réplicas. Por fim, garanta ao estado e aos consumidores que em qualquer caso crítico de invasão, *ransomware* ou similar, a operação estará protegida e segura. Recomenda-se que o processo de *disaster recovery plan* esteja devidamente respaldado em 3 grandes pilares: (xiv.a) gestão de crise: rapidez e qualidade nas primeiras ações; (xiv.b) continuidade operacional: execução de um plano consistente para a continuidade dos Serviços sem impacto às partes; (xiv.c) recuperação: sem prejuízos operacionais, a garantia que os dados foram devidamente recuperados.



Visão em alto nível da arquitetura sugerida

220. Atendidos todos os parâmetros de segurança, a plataforma proposta permite múltiplos canais de captação de apostas, com flexibilidade na execução dos Serviços e integração a sistemas de alta disponibilidade e segurança, permitindo interface entre o Estado, operadores, jogos e usuários.

VI.3. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

221. Para a proposição e desenvolvimento de planos de jogos lotéricos de prognósticos, jogos instantâneos ou baseados em novas tecnologias de mercado, devem ser observadas as seguintes características técnicas e jurídicas:

- (i) as novas demandas de jogos deverão estar em estrita conformidade com a legislação vigente à época, e deverão ser apresentadas por meio de planos de jogos lotéricos detalhando suas características técnicas e funcionais, jurídicas e comerciais;
- (ii) os jogos deverão ser ofertados mediante registro eletrônico e deverão estar totalmente integrados às plataformas tecnológicas e procedimentos de gestão adotados pela Administração Pública.

222. Os sistemas operacionais dos operadores serão responsáveis por instrumentalizar e operacionalizar o cadastro dos apostadores, formulação de apostas, registro de apostas, validação, pagamento e resgate de prêmios e todos os serviços necessários para que o apostador possa usufruir dos Serviços prestados. Estes deverão ser executados e sistematizados com as seguintes características mínimas:

- (iii) propiciar o cadastramento de cidadãos como apostadores na Loteria Estadual de São Paulo;
- (iv) estar acessível pela Aplicação Móvel, com função específica de cadastro do cidadão como apostador;
- (v) solicitar o nome completo e CPF do apostador para cadastro;
- (vi) disponibilizar, após realização do cadastro, conta virtual para que o apostador possa gerenciar seus créditos adquiridos para jogos, fazer suas apostas e receber seus prêmios para posterior resgate ou conversão.

223. A conta virtual do apostador e a Aplicação Móvel deverão propiciar aos apostadores a utilização dos seguintes serviços:

- (i) gerenciar e apresentar saldo de créditos virtuais;
- (ii) gerenciar e apresentar saldo de prêmios;
- (iii) gerenciar todas as transações financeiras relativas à créditos, apostas, prêmios e apresentá-las na forma de extrato para conferência;
- (iv) dar acesso aos jogos ofertados, para geração e registro de apostas;
- (v) dar acesso aos resultados dos sorteios de cada modalidade de jogo;
- (vi) dar acesso ao histórico de apostas;
- (vii) dar acesso ao histórico de prêmios recebidos;
- (viii) dar acesso a informações de cada jogo, inclusive de seus planos de premiações;
- (ix) gerenciar a conversão dos prêmios em novos créditos ou resgate em dinheiro vivo ou pela conta corrente do apostador;
- (x) permitir a manutenção do cadastro do apostador, inclusive o cadastro da sua conta corrente bancária;
- (xi) conferir automaticamente o resultado dos sorteios, verificar se o apostador tem direito a algum prêmio em função de suas apostas e creditar o prêmio na conta virtual de prêmios, sem a necessidade de intervenção do apostador;
- (xii) disponibilizar serviços de resgate de senha e usuário;
- (xiii) gerenciar a "cerca eletrônica", recurso virtual para definir e garantir os limites geográficos e de perfis dos cidadãos que poderão fazer seus cadastros e acessar os serviços lotéricos;
- (xiv) gerenciar a "*black list*", recurso para impedir que cidadãos indesejáveis, possam ter seus acessos bloqueados temporariamente ou permanentemente;

- (xv) gerenciar a "ludopatia", recurso para impedir o acesso temporário ou permanente de jogadores compulsivos. Este serviço deverá ser acessível ao próprio jogador e aos gestores.

224. A raspagem de bilhetes instantâneos virtuais de loteria digital instantânea deverá propiciar a entrega e a revelação do bilhete instantâneo virtual ao apostador por meio da Aplicação Móvel, observando-se o seguinte:

- (i) os bilhetes virtuais disponibilizados ao apostador deverão estar preservados (inviolados) e disponíveis para que o apostador revele a possível premiação por meio de uma interação, como por exemplo a "raspagem" de uma área do bilhete;
- (ii) a premiação do bilhete deverá ser apresentada ao apostador conforme regras definidas no plano lotérico e regras do jogo, apresentadas previamente ao apostador;
- (iii) uma vez premiado, o apostador deverá ser instantaneamente informado do prêmio auferido, quer seja em valores, bens ou serviços. Da mesma forma, o apostador deverá ser informado caso não seja premiado;
- (iv) os prêmios em dinheiro deverão ser creditados na conta virtual do apostador, devendo ficar disponíveis para resgate em conta bancária do sistema financeiro brasileiro ou para conversão em créditos virtuais para novos jogos.

225. Caberá ao sistema da Aplicação Móvel receber a formulação e registro de apostas em jogos de prognósticos numéricos, cabendo propiciar recursos virtuais para que o apostador possa transformar seus créditos em apostas no jogo selecionado, formulando e registrando seus prognósticos em cartelas virtuais. Sendo assim, o sistema deverá possuir as seguintes funcionalidades:

- (i) permitir que o apostador selecione uma modalidade de jogo dentre as oferecidas;
- (ii) informar ao apostador da data e horário do próximo sorteio ou o tempo restante para o mesmo;
- (iii) disponibilizar cartelas virtuais para que o apostador possa marcar seus prognósticos e posteriormente registrar sua aposta;
- (iv) a cartela virtual deverá informar ao apostador: (iv.a) data e hora do sorteio em que a aposta será registrada; (iv.b) valores da aposta; (iv.c) tributos aplicáveis; (iv.d) valores brutos dos prêmios; (iv.e) prognósticos que estão sendo registrados na aposta.
- (v) disponibilizar os termos e condições do jogo ofertado e solicitar o aceite do apostador, antes de registrar a aposta e debitar seus créditos virtuais; e

- (vi) após registro da aposta, disponibilizar um bilhete eletrônico ou extrato da aposta para conferência. Tanto o bilhete quanto o extrato da aposta registrada deverão estar disponíveis para impressão ou envio por SMS ou WhatsApp.

226. A Integração da carteira virtual com recursos de *Gateway* de pagamento virtual deverá propiciar recursos e serviços virtuais para que o apostador possa comprar novos créditos virtuais diretamente de sua carteira virtual, por meio de integração com os *Gateways* de Pagamento, observando o seguinte:

- (i) disponibilizar acesso, diretamente da carteira virtual, aos serviços de *Gateway* de pagamento, para a compra de créditos virtuais;
- (ii) permitir a aquisição de créditos virtuais por meio de cartão de crédito, cartão de débito, boleto bancário e transferência eletrônica de fundos;
- (iii) a integração deverá ser transparente ao apostador, não necessitando novas verificações e senhas de registro;
- (iv) assim que aprovada a compra, pelo *Gateway* de pagamentos, o registro dos créditos comprados na carteira virtual do apostador deverá ser imediato e automático, por meio de recursos tais como *webservices*, portanto, sem a interferência humana.

227. Considerando que o resgate e/ou conversão de prêmios será realizada via Aplicação Móvel, o sistema deverá propiciar recursos e serviços virtuais observando o seguinte:

- (i) todos os prêmios auferidos pelo apostador, em qualquer modalidade de jogos, deverão ser registrados na conta prêmio constante na carteira virtual do apostador;
- (ii) deverá apresentar ao apostador o histórico dos prêmios ganhos por ele em suas apostas vencedoras. Neste histórico deverão ser apresentadas as seguintes informações: (ii.a) número do bilhete vencedor; (ii.b) data e hora da premiação; e (ii.c) valor da premiação;
- (iii) permitir o resgate ou a conversão dos prêmios individualmente ou em lotes, por meio de escolha do apostador;
- (iv) todos os prêmios pagos aos apostadores serão líquidos, uma vez que os impostos serão retidos na fonte;
- (v) o apostador deverá ser informado do prêmio bruto, dos impostos retidos na fonte e dos valores líquidos a serem resgatados ou convertidos;
- (vi) nos casos de conversão dos prêmios em créditos virtuais, a transação deverá ser imediatamente após a confirmação, debitando da conta prêmio o valor total dos prêmios convertidos e creditando o mesmo valor na conta de créditos virtuais;
- (vii) não poderão ser cobradas taxas para a conversão de prêmios em créditos;

- (viii) permitir que o apostador cadastre uma ou mais contas correntes bancárias em seu cadastro;
- (ix) efetuar transferência de valores somente para contas correntes bancárias do apostador (mesmo CPF);
- (x) as transferências de valores entre a loteria e o apostador deverão seguir todas as regras e normatizações e prazos do Banco Central, e vigentes à época; e
- (xi) se houver taxas de serviços bancárias a serem debitadas do apostador, as mesmas deverão ser informadas previamente à conclusão da transação.

228. Para garantir performance, disponibilidade e segurança dos dados e informações transacionados nos Serviços, sugere-se o atendimento dos seguintes requisitos e especificações técnicas:

- (i) processos de tomada de decisão orientados a resultados e controlados por métricas de apoio, mantendo a qualidade da informação relevante e pertinente para o processo de negócio, bem como entregue em tempo, de maneira correta, consistente e utilizável, nos pontos: (i.a) eficiência: entrega da informação através do melhor uso dos recursos, de forma mais produtiva e econômica; (i.b) confidencialidade: proteção das informações confidenciais a fim de se evitar sua divulgação indevida; (i.c) Integridade: fidedignidade e totalidade da informação, bem como sua validade para o negócio; (i.d) disponibilidade: informação acessível e utilizável quando exigida pelo negócio; (i.e) conformidade: aderência a leis, regulamentos e obrigações contratuais relacionadas ao negócio; (i.f) confiabilidade: entrega da informação apropriada para tomada de decisão.
- (ii) normas PCI Data Security Standard, cumprindo requisitos para conformidade, organizados em cinco grupos logicamente relacionados chamados "objetivos de controle". Os seis grupos serão: (ii.a) construir e manter uma rede e sistemas seguros; (ii.b) proteger os dados do titular do cartão; (ii.c) manter um programa de gerenciamento de vulnerabilidades; (ii.d) implementar medidas fortes de controle monitoramento e testes regulares nas redes e estruturas periféricas online; (ii.e) manter uma política de segurança da informação.

229. Para cada requisito, sugere-se que sejam operacionalizados processos de gestão e controle dos níveis de segurança internacionalmente aceitos e auditáveis através dos seguintes pontos de controle:

- (i) Declaração de Requisito: definir a descrição principal do requisito. O endosso do PCI DSS será feito na implementação adequada dos requisitos;
- (ii) Processos de Teste: Os processos e metodologias realizados pelo avaliador para a confirmação da implementação adequada.

230. Sugere-se que todas as estruturas computacionais aplicadas aos Serviços sigam lógicas de gestão, manutenção e testes de segurança que atendam às demandas em rotinas de alta disponibilidade:

- (i) instalação e manutenção de sistemas de *firewall* para proteger os dados dos titulares de cartões de crédito, visando proteger e verificar ativamente todo o tráfego da rede, bloquear o acesso de redes não confiáveis aos sistemas;
- (ii) proteção dos dados armazenados dos titulares de cartão de crédito, aplicando criptografia, funções *hash*, mascaramento e truncamento como métodos operacionais de transações e tráfego de dados de ponta a ponta, com os protocolos SSL 3.0 e TLS 1.3 para padrões HTTP/2;
- (iii) proteção de todos os sistemas contra vulnerabilidades passivas, como execução remota de código e proliferação de *malwares*, realizando atualizações regulares de *software* antivírus com mecanismo EDR (*Endpoint Detection and Response*);
- (iv) desenvolvimento e manutenção de sistemas e aplicativos seguros, aplicando testes randômicos e independentes, minimizando vulnerabilidades em sistemas e aplicativos que permitam acesso privilegiado, aplicando *patches* de segurança a serem instalados imediatamente para corrigir brechas e falhas, evitando a exploração e o comprometimento de dados pessoais e sensíveis;
- (v) restrição ao acesso aos dados pessoais do portador do cartão apenas ao pessoal autorizado;
- (vi) identificação e autenticação do acesso aos componentes do sistema. Cada pessoa com acesso aos componentes do sistema deverá receber uma identificação (ID) exclusiva que permita a responsabilização pelo acesso aos sistemas de dados críticos, garantindo rastreabilidade de uso e mapeamento de riscos à operação de manutenção da segurança dos dados e da tecnologia;
- (vii) rastreamento e monitoramento de todo o acesso aos dados do titular do cartão e recursos de rede. Os mecanismos de registro deverão estar disponíveis para rastrear as atividades do usuário que são críticas, além de prevenir, detectar ou minimizar o impacto do comprometimento dos dados;
- (viii) manutenção de uma política de segurança da informação para todo o pessoal, determinando a confidencialidade dos dados e responsabilidade de todos os colaboradores envolvidos no processo de gestão e acesso aos dados trafegados nos sistemas da Contratada para a prestação dos serviços.

231. Sugere-se a hospedagem dos Serviços na *modalidade Infrastructure as a Service* ou IaaS, em *Datacenter* com certificações ISO 27000 e ISO 9001:2015 e Tier IV e as demais

com no mínimo a certificação Tier III, podendo o operador evidenciar capacidade operacional semelhante apresentando ao Estado a mesma documentação exigida por tais certificadoras, e atendimento das seguintes condições pela estrutura de serviços de *Datacenters*:

- (i) equipamentos de refrigeração e alimentação de energia redundantes e em funcionamento;
- (ii) geradores de emergência com autonomia mínima de 96 horas;
- (iii) cabeamento redundante;
- (iv) equipamentos com múltiplas entradas de energia ou chave de transferência automática para abastecimento com os dispositivos de backup;
- (v) controle rigoroso de refrigeração e qualidade do ar em áreas críticas;
- (vi) recomenda-se a duplicação de MDA e HDA.

232. Os sistemas informatizados deverão adotar o uso obrigatório de política de senhas fortes e de criptografia nas conexões em todos os módulos que compõem a plataforma de gestão de jogos e de vendas *online*. Operadores devem comprometer-se a garantir a segurança das transações eletrônicas em todos os níveis.

233. A Administração poderá, a qualquer momento após o início da execução dos Serviços, realizar auditorias para verificar a adoção de práticas e controles de segurança da informação.

234. Deverão ser desenvolvidas normas e procedimentos contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão e a modificação desautorizada de dados ou informações, abrangendo, inclusive, a segurança: dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações de comunicação e processamento de dados e das áreas e instalações físicas prevenindo, detectando, detendo e documentando eventuais ameaças.

235. Os sistemas e procedimentos adotados para prestação dos Serviços poderão ser constantemente auditados pela Administração quanto aos processos de apuração dos prognósticos numéricos, para garantir a imparcialidade e integridade dos resultados dos Produtos fornecidos pela loteria.

236. Para garantir a integridade e, no caso de sorteios, a aleatoriedade nos números, bem como a não repetição de combinações, considera-se fundamental que operadores possuam Certificação Internacional para o padrão Random Number Generator - RNG, que deverá certificar a aleatoriedade dos resultados gerados automaticamente pela solução de apuração dos jogos de prognósticos numéricos validando código da aplicação, exames físicos a componentes utilizados para obter resultados e sistemas de sorteios mecanizados.

VII. CONCLUSÕES

237. No presente estudo realizou-se o levantamento (i) da legislação e regulamentação aplicável, incluindo jurisprudência relevante e questões jurídicas controversas; (ii) de dados econômicos e financeiros relacionados à atividade lotérica e exploração dos Serviços; (iii) dos aspectos operacionais e tecnológicos mais relevantes para a prestação dos Serviços.

238. Por meio da compatibilização entre a interpretação do ordenamento jurídico e o exame das características de mercado, foram propostas modelagens jurídica e econômico-financeira para o Projeto considerando seus principais riscos, desafios, elementos facilitadores, limitações e possibilidades legais e econômico-financeiras.

239. Foram destacadas as vantagens e desvantagens comparativas do modelo de credenciamento proposto (Cenário A do Chamamento Público) e do modelo tradicional de concessão com exclusividade (Cenário B do Chamamento Público), com apresentação das premissas conceituais consideradas.

240. Além disso, promoveu-se o detalhamento das informações técnicas necessárias para formatação e consolidação do Projeto, demonstrando as funções passíveis de execução indireta, as certificações potencialmente exigíveis, as formas de fiscalização dos serviços e a matriz de repartição de obrigações.

241. Ademais, apresentam-se, em anexo, documentos para melhor compreensão dos presentes Produtos Finais, como as minutas dos editais ou contratos sugeridos e detalhamento da análise econômico-financeira e dos requisitos técnicos, operacionais e de segurança.

242. Diante de todo o exposto, restou demonstrado que modelo de credenciamento de múltiplos operadores tende a extrair os melhores resultados para o Projeto, tanto em relação à magnitude da exploração, quanto ao tempo para expansão do mercado, eliminando a possibilidade de seleção adversa, reduzindo a complexidade das relações contratuais e com maior atratividade para os consumidores. O ambiente competitivo tende a incentivar a autorregulação do mercado, permitindo que cada *player* aproveite sua expertise em benefício do desenvolvimento do Projeto.

243. O entendimento construído na análise econômico-financeira demonstra que o modelo de credenciamento é capaz de produzir entre R\$ 14 bilhões e R\$ 17,5 bilhões em arrecadação para o estado de São Paulo em dez anos, replicando as melhores práticas mundiais de cada operador e garantindo a expansão desse mercado de forma compatível com os países mais desenvolvidos no setor.

244. O modelo tradicional, de exploração com exclusividade, aumenta os riscos envolvidos no Projeto, principalmente aquele relacionado à condução de operação de baixa

atratividade para os operadores. Além disso, a estimativa é de que este modelo seja capaz de gerar R\$8,8 bilhões em arrecadação nos primeiros dez anos.

245. As estimativas de lucro realizadas no presente estudo demonstram que, no modelo de credenciamento, os operadores teriam margens líquidas médias entre 9% (nove por cento) e 15% (quinze por cento), enquanto no modelo tradicional de um único operador a margem líquida ficaria em torno de 11% (onze por cento).

246. Deve-se observar, por fim, que as modalidades lotéricas tendem a absorver de forma diferenciada os múltiplos operadores. Enquanto o credenciamento de elevado número de operadores parece mais viável para apostas esportivas, para jogos de prognóstico numérico e loteria instantânea a tendência é que os operadores se organizem, unindo operações, para melhor explorar o potencial do mercado e atingir as exigências de eficiência propostas. Dessa forma, a consideração do desempenho e da arrecadação pela Administração promovem a consolidação do modelo de credenciamento e saúde financeira dos operadores.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNL DATA. **Caso de sucesso:** Massachusetts Lottery. Disponível em: <<https://bnldata.com.br/caso-de-sucesso-massachusetts-lottery>>. Acesso em: 06/10/2021.

Cardoso, V. S. e Silva, M. R. M. **Demanda por Loterias no Brasil: um estudo Econométrico**. Prêmio SEAE de Loterias, 2017.

DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

IBGE. **Projeção da População do estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 20/09/2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2008.

KAISELER, Maria João; FAUSTINO, Horácio C. **Lottery Sales and Per-capita GDP: An Inverted U Relationship**. Lisboa, Portugal: School of Economics and Management - Technical University of Lisbon, 2008.

LA FLEUR, B; et al. **Le Fleur's 2021 World's Lottery Almanac**. Ed. 29. TFL Publications, Inc., 2021.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise Econômica do Direito**. Tradução Rachel Sztajn. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MKT Esportivo. **Brasileiros buscam cada vez mais entretenimento nas apostas esportivas**. Disponível em: <https://www.mktesportivo.com/2020/12/brasileiros-buscam-cada-vez-mais-entretenimento-nas-apostas-esportivas>, Acesso em 06 de outubro de 2021, matéria de Dez/2020.

NERI, Marcelo (coord). **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

OLIVEIRA, Rafael de Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática**. 9. ed. São Paulo: Método, 2020.

SANTOS, José Anacleto Abduch; GUIMARÃES, Edgar. **Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da lei nº 13.303/2016**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

SEADE. **PIB Anual Brasil 2002-2018**. Arquivo em formato xlsx. Tabela-5 e Tabela-29, Disponível em: <<http://repositorio.seade.gov.br/dataset/pib-anual-brasil-2002-2018>>. Acesso em: 20/09/2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **TCE-RJ determina suspensão de jogos online da Loterj.** Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/noticia/tribunal_de_contas_determina_suspensao_de_jogos_online_da_loterj>. Acesso em: 10/10/2021.

Valor Econômico. **PIPELINE:** Na Intralot, CEO vira dono e planeja expansão. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/05/21/pipeline-na-intralot-ceo-vira-dono-e-planeja-expansao.ghtml>>. Acesso em: 10/10/2021.

VEJA. **Nubank já vale mais do que o Banco do Brasil:** Fintech desponta como quarto banco mais valioso do país. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/nubank-ja-vale-mais-do-que-o-banco-do-brasil/>>. Acesso em: 14/10/2021.

ANEXO I – MINUTA DE DECRETO ESTADUAL

Dispõe sobre a administração e exploração da Loteria Estadual de São Paulo.

O Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Loteria Estadual de São Paulo foi explorada e administrada pelo Estado por meio do Banco Nossa Caixa até a suspensão de suas atividades em 09 de março de 2009;

CONSIDERANDO que o controle acionário do Banco Nossa Caixa foi alienado pelo Governo do Estado de São Paulo, o que acarretou no encerramento de suas atividades como banco público estadual;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 53.977, de 28 de janeiro de 2009, desonerou o Banco Nossa Caixa de quaisquer vínculos, obrigações ou responsabilidades decorrentes da administração e exploração das loterias estaduais;

CONSIDERANDO que a Lei estadual nº 17.386/2021 revogou as leis que até então regulavam a exploração da Loteria Estadual de São Paulo, extinguindo-a, e autorizou o Poder Executivo a instituir e explorar a nova Loteria Estadual de São Paulo;

CONSIDERANDO que o Estado de São Paulo detém competência material e regulamentar para regular a exploração de atividades lotéricas dentro das balizas federais por meio de decretos estaduais;

CONSIDERANDO que a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, destinada ao desenvolvimento de produtos e execução de serviços na área de tecnologia da informação, está qualificada para substituir o Banco Nossa Caixa na exploração e na administração dos serviços relativos ao funcionamento da Loteria Estadual de São Paulo,

Decreta:

Artigo 1º Fica instituída a Loteria Estadual de São Paulo, que se destina à captação de recursos para custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social no Estado de São Paulo, mediante exploração de jogos lotéricos e similares no Estado, observado o disposto na legislação federal.

Artigo 2º Compete ao Estado de São Paulo, por meio da empresa pública estadual Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, sob a coordenação e o acompanhamento da Secretaria de Governo, a exploração e a administração dos serviços relativos ao funcionamento da Loteria Estadual de São Paulo, observadas as condições estabelecidas neste decreto.

§1º Para fins do disposto no *caput*, PRODESP poderá delegar a terceiros, na forma de seu regulamento de contratação e da legislação em vigor, as atividades operacionais inerentes à exploração do jogo lotérico nas suas diversas modalidades de concursos, sorteios ou similares,

tanto com relação ao processo de extração quanto de captação de apostas, incluindo as descritas no artigo 3º deste decreto.

§2º PRODESP poderá representar o Estado de São Paulo na assinatura de instrumentos que se façam necessários para assegurar o repasse direto dos valores estabelecidos no Artigo 5º §2º do Artigo 5º deste decreto.

Artigo 3º PRODESP terá as atribuições de executar serviços de desenvolvimento, integração, implementação e manutenção de soluções na área de tecnologia da informação e comunicação para planejar, coordenar, credenciar e controlar as atividades relacionadas à exploração do mercado lotérico eletrônico por meio físico e digital, assegurando que a prestação de serviços satisfaça as condições de:

I - segurança, interoperabilidade e performance das tecnologias adotadas na implantação da atividade lotérica;

II - integridade, rastreabilidade, auditabilidade, confidencialidade de dados pessoais e de informações obtidas na operação dos serviços e, principalmente, na emissão e comercialização dos produtos lotéricos;

III - transparência, atualidade e regularidade dos instrumentos e mecanismos utilizados para prestação dos serviços.

§2º PRODESP utilizará de sua infraestrutura, pessoal e dispositivos necessários para possibilitar e ampliar o acesso aos serviços de loteria, observados os padrões técnicos do mercado e as condições estabelecidas no *caput*.

§3º O sistema referido neste artigo exigirá a identificação do apostador mediante a apresentação de documento comprobatório de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que será vinculado ao bilhete, recibo ou produto lotérico adquirido. A coleta e processamento destas informações observará os requisitos de tratamento de dados pessoais estabelecidos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Artigo 4º PRODESP é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à operacionalização do jogo lotérico, inclusive quanto a arrecadação, remuneração, premiação, impostos, encargos e resultados líquidos decorrentes da exploração e administração dos serviços.

Parágrafo único É de responsabilidade de PRODESP ou de seus agentes operadores a elaboração dos planos de sorteio, dos produtos a serem comercializados e a fixação dos valores dos prêmios e da comercialização dos produtos lotéricos.

Artigo 5º As receitas necessárias para que PRODESP explore e administre os serviços lotéricos estaduais advirão da arrecadação da captação de apostas ou venda de bilhetes, que deverão ocorrer sempre mediante registro digital da transação.

§1º PRODESP poderá destinar percentual da arrecadação a agentes operadores credenciados para cobertura das despesas de custeio e manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias, o que inclui a remuneração e comissão dos operadores.

§2º 8% (oito por cento) da arrecadação total da Loteria Estadual de São Paulo será destinada ao Governo do Estado de São Paulo. Os resultados serão apurados mensalmente e depositados em estabelecimento bancário indicado, vinculado à exploração dos jogos lotéricos.

Artigo 6º Ficam revogados os decretos abaixo relacionados:

I - Decreto nº 46.103, de 14 de setembro de 2001;

II - Decreto nº 46.549, de 18 de fevereiro de 2002.

ANEXO II – MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – GESTÃO DO PROJETO POR PRODESP

MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº [●]

A **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**, com sede no Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Rua Agueda Gonçalves nº 240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.577.929/0001-35 (“PRODESP”), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos (“RILC”), torna público o presente Chamamento Público para a habilitação e credenciamento de pessoas jurídicas para execução de serviços operacionais para exploração de atividade lotérica.

1. OBJETO

- 1.1. O presente Chamamento Público tem por objetivo a habilitação de pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para a prestação de serviços de gestão de atividades lotéricas (“Serviços”) da Loteria Estadual de São Paulo, nos termos do Decreto nº [●], sob sua inteira responsabilidade e risco, conforme especificações constantes do Termo de Referência deste Edital (Anexo A).

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Podem participar deste Chamamento Público pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, em situação regular (“Interessadas”), desde que apresentados os documentos exigidos para habilitação e qualificação técnica. Todas as Interessadas que atendam às exigências do Edital serão habilitadas (“Habilitadas”) e poderão firmar o Termo de Adesão, na forma do item 4.
- 2.2. O presente Chamamento Público ficará vigente por tempo indeterminado, a contar da publicação.
- 2.3. A participação no presente Chamamento Público implica a concordância, por parte das Interessadas, com todos os termos e condições deste Edital e seus anexos.
- 2.4. Fica vedada a habilitação de Interessadas:
 - (i) em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - (ii) suspensas, impedidas ou proibidas de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, ou proibidas de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta;
 - (iii) que incidam em alguma das vedações previstas no artigo 38, da Lei federal nº 13.303/2016;

- (iv) cujo o Termo de Adesão tenha sido anteriormente resolvido, nos termos do item 3.1 do Anexo A a este Edital.

3. HABILITAÇÃO

- 3.1. A qualquer momento a partir da publicação deste Edital, para fins de habilitação, as Interessadas deverão apresentar a documentação relacionada nos itens 3.5 e 3.6 deste Edital por e-mail, podendo a qualquer momento ser requerido por PRODESP cópia autenticada ou cópia acompanhada do original dos documentos apresentados.
- 3.2. Todas as certidões exigidas deverão estar válidas na ocasião de análise da documentação. As Interessadas deverão manter as certidões válidas durante todo o processo do credenciamento, inclusive para fins de assinatura do Termo de Adesão.
- 3.3. Interessadas inabilitadas, caso ainda tenham interesse, poderão apresentar a documentação que motivou sua inabilitação novamente.
- 3.4. No caso de participação em consórcio, todas as empresas consorciadas deverão apresentar individualmente a documentação descrita no item 3.5.
- 3.5. A documentação a ser apresentada para habilitação jurídica, comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira consiste em:
 - (i) ato constitutivo registrado e válido junto à Junta Comercial ou compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, em que constem os compromissos assumidos, a participação de cada consorciado, a empresa líder responsável pelos atos praticados pelo consórcio e a responsabilidade solidária entre os consorciados;
 - (ii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - (iii) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND)
 - (iv) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
 - (v) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
 - (vi) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
 - (vii) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.6. Será exigida comprovação de qualificação técnica por meio de:

- (i) apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica nacional ou estrangeira, comprovando já ter prestado a ente público ao menos os serviços de (i.a) comercialização de produtos lotéricos por meio de sistema digital/software, e (i.b) desenvolvimento de aplicação móvel com integração de meios de pagamento digitais para comercialização de produtos lotéricos em loterias geridas por entes públicos, admitido o somatório de atestados;
- (ii) indicação das instalações tecnológicas consideradas essenciais para a execução dos Serviços, descritas no Anexo IV.

4. TERMO DE ADESÃO

- 4.1. Serão consideradas Habilitadas as Interessadas que atendam as condições estabelecidas no item 3 deste Edital.
- 4.2. Procedida a habilitação, os nomes das Habilitadas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da PRODESP no prazo de até [●] dias contados do recebimento dos documentos, e estas serão convocadas para firmar o Termo de Adesão, momento em que assumirão a qualidade de CREDENCIADAS.
- 4.3. A PRODESP outorgará às Habilitadas o Termo de Adesão, a título pessoal e intransferível, com vigência de 10 (dez) anos a contar da data de sua assinatura, conforme minuta do Anexo B a este Edital e o disposto no art. 227, III, “a” do RILC.
- 4.4. As Habilitadas terão o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para assinatura do Termo de Adesão. A recusa injustificada em assinar o Termo de Adesão dentro do prazo implicará a perda da habilitação.
- 4.5. Poderá a Interessada perder a sua condição de Habilitada se PRODESP tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira ou técnica.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES

- 5.1. O Edital e todos os seus anexos poderá ser consultado através do site da PRODESP.
- 5.2. Interessadas poderão obter maiores esclarecimentos acerca do objeto deste Chamamento Público pelo telefone [●] ou e-mail [●], de segunda a sexta-feira das [●] às [●].

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A
AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO -
GESTÃO DO PROJETO POR PRODESP

1. JUSTIFICATIVA

- 1.1. A exploração e administração do serviço da Loteria Estadual de São Paulo foi atribuída a PRODESP, nos termos do Decreto [●].
- 1.2. Para viabilizar a exploração da atividade no Estado de São Paulo, PRODESP pode delegar a terceiros, na forma de seu RILC e da legislação em vigor, as atividades operacionais inerentes à exploração do jogo lotérico.
- 1.3. O Chamamento Público para credenciamento se justifica em face da inviabilidade de competição decorrente da vantagem para PRODESP em credenciar, em igualdade de condições, todas as Habilitadas para prestação dos Serviços, sem que haja relação de exclusão entre elas.
- 1.4. Com o credenciamento de Habilitadas para a prestação dos Serviços, PRODESP seguirá como titular da exploração e administração da atividade, obtendo ganhos de eficiência econômica, tecnológica e territorial.
- 1.5. O presente credenciamento viabiliza, do ponto de vista técnico e comercial, a implantação de estrutura para exploração das atividades de loteria, com foco na modernização dos modelos de negócio e na lucratividade da operação.
- 1.6. Adota-se o prazo estabelecido no item 4.3 deste Edital por tratar-se de contratação que resulta em geração de receita para PRODESP e por prever a execução das atividades por conta, risco e investimentos das CREDENCIADAS, o que demanda a concessão de prazo para ensejar atratividade ao credenciamento.

2. OBJETO

- 2.1. O objeto do presente Edital é a habilitação de Interessadas para a prestação dos seguintes Serviços:
 - (i) desenvolvimento de produtos lotéricos com registro eletrônico e identificação do apostador (“Produtos”) e elaboração dos planos de premiação, observadas as modalidades de loteria previstas na legislação federal e o disposto no item 4 deste Termo de Referência (“Plano de Premiação”);
 - (ii) comercialização e distribuição dos Produtos no Estado de São Paulo, incluindo desenvolvimento de aplicação móvel que atenda às funcionalidades técnicas descritas no item 5 deste Termo de Referência, com integração de meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos (“Aplicação Móvel”);

- (iii) captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços;
- (iv) operacionalização, administração, monitoramento e gestão técnica e financeira das extrações e pagamentos de prêmios relacionados aos Produtos;
- (v) promoção publicitária dos Produtos;
- (vi) manutenção e prestação de suporte técnico para adequado funcionamento da Aplicação Móvel;
- (vii) atendimento aos usuários para solução de ocorrências e recebimento de sugestões e reclamações relacionadas aos Produtos ou Serviços.

3. EFICIÊNCIA

- 3.1. Cada CREDENCIADA deverá gerar, até o terceiro ano à frente da execução dos Serviços, a captação de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de apostas da Loteria Estadual de São Paulo, que deverá ser mantido até o término do prazo contratual.
- 3.2. A aferição da eficiência ocorrerá por procedimento conduzido por PRODESP, que informará periodicamente às CREDENCIADAS o *status* de suas operações em face do universo da Loteria Estadual de São Paulo, possibilitando que sejam feitas adequações para melhoria de eficiência ou, caso contrário, encerradas as atividades das CREDENCIADAS.

4. PRODUTOS

- 4.1. O desenvolvimento de Produtos deverá observar as modalidades previstas na legislação federal. Cada Produto deverá ter um Plano de Premiação, que poderá estabelecer faixas de prêmios pagos em dinheiro, bens materiais e/ou serviços.
- 4.2. Exceto para apostas de quota fixa, os Planos de Premiação deverão expressar um percentual em relação ao valor de face de cada Produto para premiação.
- 4.3. Poderão ser instalados pontos de venda ou terminais para distribuição dos Produtos por meio físico, desde que a transação tenha registro digital (“Pontos de Venda”).
- 4.4. Poderão ser propostas novas tecnologias de distribuição e características de usabilidade e novos formatos de produto, desde que preservadas as características necessárias à sua inviolabilidade e segurança.
- 4.5. Os Produtos deverão ser vinculados à inscrição do apostador no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no momento de aquisição. A identificação do apostador será registrada quando do recebimento de prêmios. A coleta e processamento destas informações deverá observar os requisitos de tratamento de dados pessoais estabelecidos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

- 4.6. Os Produtos não poderão permitir qualquer identificação de tendência na distribuição de prêmios antes do momento de sua ocorrência e deverão oferecer segurança contra fraudes, adulteração e quebra de seu sigilo.

5. APLICAÇÃO MÓVEL

- 5.1. A Aplicação Móvel deverá apresentar funcionalidades técnicas que permitam a comercialização de Produtos não físicos com requisitos de segurança e confiabilidade, com tecnologias e ferramentas que assegurem a inviolabilidade dos Produtos e transações, aleatoriedade, imparcialidade, legitimidade, transparência e disponibilidade na distribuição de prêmios e extrações.

- 5.2. A Aplicação Móvel deverá:

- (i) demonstrar de forma clara e intuitiva as regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto;
- (ii) verificar de forma automática os resultados vinculados aos Produtos adquiridos, atribuindo também de forma automática os prêmios correspondentes aos apostadores;
- (iii) dispor de recursos e ferramentas de segurança que garantam a integridade, privacidade e inviolabilidade de todas as transações realizadas e dos dados dos apostadores;
- (iv) limitar a possibilidade de aquisição dos produtos a depender da localização geográfica do usuário;
- (v) permitir consulta ao saldo disponível, histórico de compras, prêmios recebidos, transações financeiras realizadas, emissão de comprovante dos Produtos adquiridos e resgate de prêmios em dinheiro ou por conversão em créditos virtuais.

- 5.3. A Aplicação Móvel deverá integrar meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos, bem como autenticação e registro das transações. Poderão ser comercializados créditos virtuais para aquisição de Produtos.

- 5.4. Tanto a Aplicação Móvel quanto os Pontos de Venda deverão ser integrados a sistema informatizado que:

- (i) permita acompanhar a gestão e administração dos Planos de Premiação;
- (ii) permita acompanhar, detalhar e validar a venda dos Produtos;
- (iii) permita obter informações sobre pagamentos pelos apostadores, extrações, apostadores premiados e pagamento de prêmios;
- (iv) permita emitir extratos financeiros que demonstrem o faturamento e as premiações pagas;

- (v) evidencie a imutabilidade dos registros das transações realizadas, apostas e extrações efetivadas, Produtos adquiridos e demais informações do banco de dados da CREDENCIADA; e
 - (vi) evidencie a aleatoriedade dos números sorteados, sem nenhum tipo de viés, por meio de formas auditáveis por terceiros, a qualquer momento, antes, durante ou após sorteio.
- 5.5. As informações coletadas pelos sistemas informatizados da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda deverão ser disponibilizadas a PRODESP, para fiscalização e auditoria, sempre que solicitado.
- 5.6. As CREDENCIADAS deverão manter os recursos relacionados aos sistemas da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda em perfeita funcionalidade, desenvolvendo adaptações, modificações e solucionando falhas quando necessário para garantir a disponibilidade dos sistemas.

6. IDENTIDADE VISUAL

- 6.1. Como meio de facilitar a identificação pelos apostadores, os Produtos deverão seguir as mesmas características de *layout*, divulgar o logo da PRODESP em local de destaque e manter identidade visual uniforme, com utilização das cores [●] e fonte [●].
- 6.2. A elaboração da arte final e do *layout* de apresentação dos Produtos será realizada pela CREDENCIADA e aprovada por PRODESP antes do início de sua produção para comercialização.
- 6.3. Os Produtos devem observar os padrões internacionalmente adotados para o mercado, conter tecnologia de individualização e controle de autenticidade e propiciar condições de boa e inequívoca leitura.
- 6.4. O *layout* dos Produtos deverá incluir:
- (i) preço;
 - (ii) premiação;
 - (iii) identificação do Produto;
 - (iv) regulamento.

7. PAGAMENTOS

- 7.1. Não haverá nenhuma forma de pagamento pela PRODESP às CREDENCIADAS e não há garantia de que existirá demanda dos Produtos.
- 7.2. Em virtude das obrigações e direitos estabelecidos no Termo de Adesão, a CREDENCIADA deverá repassar a PRODESP, mensalmente, valor correspondente a [●]% incidente sobre a

diferença entre o total das receitas de venda dos Produtos e o valor da soma dos prêmios pagos e dos tributos incidentes sobre a operação.

- 7.3. A CREDENCIADA deverá repassar ao Estado de São Paulo, mensalmente, valor correspondente a 8% (oito por cento) de sua arrecadação total, nos termos do Decreto [●].

MINUTA DO TERMO DE ADEÇÃO – ANEXO B AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO POR PRODESP

MINUTA DO TERMO DE ADEÇÃO AO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE LOTÉRICA

Pelo presente instrumento, as partes a seguir nomeadas (individualmente “Parte” e conjuntamente “Partes”):

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, com sede no Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Rua Agueda Gonçalves nº 240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.577.929/0001-35 (“PRODESP”);

[●], com sede no Município de [●], Estado de [●], Rua [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●] (“CREDENCIADA”);

e, na qualidade de interveniente anuente, o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de sua **Secretaria da Fazenda**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede Rua [●], representada neste ato por seu titular [●] (“ESTADO”);

CONSIDERANDO QUE:

- (iii) a Loteria Estadual de São Paulo é explorada e administrada por PRODESP, nos termos do Decreto [●];
- (iv) PRODESP pode delegar a terceiros, na forma de seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos (“RILC”) e da legislação em vigor, as atividades operacionais inerentes à exploração do jogo lotérico;
- (v) a CREDENCIADA atende às condições de regularidade fiscal e trabalhista e habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira estabelecidas no Chamamento Público nº [●];

RESOLVEM as Partes firmar o presente **TERMO DE ADEÇÃO AO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS DE JOGO LOTÉRICO** (“Termo de Adesão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Adesão a contratação da CREDENCIADA para prestação dos seguintes serviços de exploração de atividades lotéricas da Loteria Estadual de São Paulo (“Serviços”):
 - (i) desenvolvimento de produtos lotéricos (“Produtos”) e elaboração dos planos de premiação, observadas as modalidades de loteria previstas na legislação federal e o disposto no Termo de Referência do Chamamento Público nº [●] (“Plano de Premiação”);
 - (ii) comercialização e distribuição dos Produtos restrita aos limites territoriais do Estado de São Paulo, incluindo desenvolvimento de aplicação móvel que atenda às funcionalidades técnicas descritas no Termo de Referência do Chamamento Público nº

[●], com integração de meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos (“Aplicação Móvel”);

- (iii) captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços;
- (iv) operacionalização, administração, monitoramento e gestão técnica e financeira das extrações e pagamentos de prêmios relacionados aos Produtos;
- (v) promoção publicitária dos Produtos;
- (vi) manutenção e prestação de suporte técnico para adequado funcionamento da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda;
- (vii) atendimento aos usuários para solução de ocorrências e recebimento de sugestões e reclamações relacionadas aos Produtos ou Serviços.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. O credenciamento não conferirá direito à exclusividade na prestação dos Serviços. Não será admitida a cessão ou transferência, parcial ou total, do objeto do presente credenciamento.
- 2.2. A CREDENCIADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados aos Serviços e poderá estabelecer livremente as condições de venda e formas de pagamento dos Produtos, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- 2.3. É admitida a subcontratação parcial dos Serviços, sem prejuízo da responsabilidade da CREDENCIADA em face de PRODESP por todos os prejuízos causados na execução dos Serviços.
- 2.4. A CREDENCIADA deverá exigir a identificação da inscrição do apostador no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para aquisição dos Produtos. A identificação será vinculada ao Produto adquirido e deverá ser registrada quando do recebimento de prêmios. A coleta e processamento destas informações deverá observar os requisitos de tratamento de dados pessoais estabelecidos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 2.5. A prestação dos Serviços deverá observar condições de:
 - (i) segurança, interoperabilidade e performance das tecnologias adotadas;
 - (ii) integridade, rastreabilidade, auditabilidade, confidencialidade de dados pessoais e de informações obtidas na operação dos Serviços;
 - (iii) transparência, atualidade e regularidade dos instrumentos e mecanismos utilizados.
- 2.6. A Aplicação Móvel a ser desenvolvida pela CREDENCIADA deverá:
 - (i) divulgar o logo da PRODESP em local de destaque e utilizar a identidade visual estabelecida no Termo de Referência do Chamamento Público nº [●];

- (ii) dispor de infraestrutura tecnológica para comercialização dos Produtos com disponibilização de meios de pagamento digitais, bem como autenticação e registro das transações;
- (iii) informar as regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto;
- (iv) dispor de recursos e ferramentas de segurança que garantam a integridade, privacidade e inviolabilidade de todas as transações realizadas e dos dados dos apostadores.

2.7. Pontos de Venda instalados pela CREDENCIADA deverão:

- (i) dispor de infraestrutura fixa ou móvel para aquisição presencial dos Produtos;
- (ii) ter fácil acesso e sinalização de identificação da PRODESP, das regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

- 3.1. A CREDENCIADA deverá comprovar sua eficiência operacional por meio da geração de, pelo menos, 10% (dez por cento) das apostas captadas pela PRODESP no âmbito da Loteria Estadual de São Paulo a partir do 36 (trigésimo sexto) mês do presente Termo de Adesão, mantendo tal percentual até o término de sua vigência.
- 3.2. A medição do *status* das operações da CREDENCIADA em face do universo da Loteria Estadual de São Paulo (“Verificação da Operação”) terá início no 30º (trigésimo) mês do Termo de Adesão.
- 3.3. PRODESP informará à CREDENCIADA no 30º (trigésimo) mês e, a partir de então, a cada 6 (seis) meses, sobre a Verificação da Operação.
- 3.4. Caso se ateste, em duas aferições semestrais consecutivas da Verificação da Operação, que a CREDENCIADA foi incapaz de captar o percentual mínimo de apostas, esta estará automaticamente inadimplente, com resolução do Termo de Adesão.

4. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

- 4.1. As receitas auferidas pela CREDENCIADA decorrerão da exploração comercial dos Produtos, tanto em Pontos de Venda como no ambiente virtual ou eletrônico, mas sempre com registro digital das transações. Nenhum valor será devido por PRODESP em função da execução dos Serviços.
- 4.2. As receitas resultantes da exploração dos Produtos deverão assegurar que a CREDENCIADA faça frente:
 - (i) aos custos de amortização dos investimentos realizados para execução dos Serviços dentro do prazo deste Termo de Adesão; e
 - (ii) ao cumprimento das obrigações legais e deste Termo de Adesão.

- 4.3. Em virtude das obrigações e direitos estabelecidos no Termo de Adesão, a CREDENCIADA deverá repassar à PRODESP, mensalmente, valor correspondente a percentual incidente sobre a diferença entre o total das receitas de venda dos Produtos e o valor da soma dos prêmios pagos e dos tributos incidentes sobre a operação, nos termos estabelecidos no Termo de Referência do Chamamento Público nº [●].
- 4.4. Como operadora dos meios de pagamento e responsável pela captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços, a CREDENCIADA deverá repassar ao ESTADO, mensalmente, valor correspondente a 8% (oito por cento) de sua arrecadação total, nos termos do Decreto [●]. Até a o recolhimento à conta indicada pelo ESTADO, os valores deverão ser mantidos em conta de custódia em instituição financeira brasileira.
- 4.5. Os repasses mencionados nos itens 4.3 e 4.4 supra serão efetuados por meio de crédito nas seguintes contas correntes:
- (i) Para o ESTADO: [●]
 - (ii) Para PRODESP: [●]
- 4.6. Em caso de atraso na realização dos repasses, a CREDENCIADA estará sujeita a pagar juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor não repassado, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas no Termo de Adesão.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- 5.1. São obrigações da CREDENCIADA na execução dos Serviços:
- (i) dispor de todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e insumos necessários para o cumprimento do Termo de Adesão;
 - (ii) garantir a confiabilidade e a integridade dos sistemas necessários para operacionalização de toda a atividade lotérica por meio da prestação dos Serviços;
 - (iii) adotar mecanismos e procedimentos internos para garantir a integridade e permitir a auditoria dos Serviços, com incentivo à denúncia de irregularidades;
 - (iv) cooperar para eventuais atividades de acompanhamento e fiscalização por PRODESP, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes à prestação dos Serviços, bem como aos registros contábeis, dados e informações operacionais; e
 - (v) assumir integral responsabilidade civil e penal pelos riscos inerentes à boa execução e eficiência na prestação dos Serviços, bem como pelos danos decorrentes de sua execução.

5.2. A CREDENCIADA deverá elaborar e observar as políticas, os planos e os protocolos operacionais e de segurança, ou documentos formais equivalentes, dispostos no Anexo V.

5.3. A CREDENCIADA, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável e neste Termo de Adesão, terá direito a:

- (i) explorar os Serviços com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, observadas as limitações e condicionantes fixadas neste Termo de Adesão e na legislação aplicável;
- (ii) captar e gerir os recursos financeiros necessários à exploração dos Serviços; e
- (iii) utilizar o nome e logomarca da PRODESP nos Produtos.

6. OBRIGAÇÕES DA PRODESP

6.1. São obrigações da PRODESP:

- (i) divulgar ao público a relação atualizada das empresas credenciadas para distribuir produtos lotéricos;
- (ii) fiscalizar o cumprimento do Termo de Adesão.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização de todas as atividades previstas neste Termo de Adesão será executada por PRODESP, diretamente ou mediante apoio técnico de terceiros.

7.2. A CREDENCIADA facultará a PRODESP, ou a qualquer outra pessoa por ela credenciada, o livre acesso às áreas, instalações, locais, documentos e dados referentes aos Serviços, incluindo estatísticas, registros administrativos e contábeis e contratos com terceiros, prestando os esclarecimentos necessários. PRODESP poderá demandar informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como prestações de contas.

7.3. A CREDENCIADA deverá emitir, quando demandada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação de PRODESP, relatórios sobre:

- (i) arrecadação resultante da venda dos Produtos;
- (ii) detalhamento das vendas realizadas por região, data, canal de venda, valor e forma de pagamento;
- (iii) formas e valores do pagamento de prêmios em conformidade com as respectivas extrações e venda de Produtos;
- (iv) disponibilidade dos sistemas da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda, indicando as horas de operação e falhas de disponibilidade.

7.4. A fiscalização por PRODESP não exclui a responsabilidade da CREDENCIADA pela adequação e qualidade dos Serviços, assim como pelo cumprimento das obrigações deste Termo de Adesão.

8. PRAZO, RESCISÃO E PENALIDADES

8.1. O prazo de vigência deste Termo de Adesão é de 10 (dez) anos.

8.2. O presente Termo de Adesão poderá ser rescindido unilateralmente por PRODESP nas hipóteses previstas nos arts. 273 a 275 do RILC. Hipóteses de caso fortuito e/ou motivos de força maior serão excludentes da responsabilidade das partes, nos termos do art. 393 do Código Civil.

8.3. Exceto na hipótese do item 3.4 deste Termo de Adesão, a inexecução dos Serviços, total ou parcial, poderá sujeitar a CREDENCIADA às seguintes penalidades:

- (i) multa de mora de [●] por infração;
- (ii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com PRODESP por [●] meses, em caso de reincidência da mesma infração pela CREDENCIADA.

8.4. A rescisão do Termo de Adesão e a aplicação de penalidades por PRODESP deverá ser precedida por processo administrativo, nos termos dos arts. 283 a 292 do RILC.

8.5. A CREDENCIADA poderá denunciar o Termo de Adesão a qualquer tempo.

9. FORO

9.1. As partes elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de São Paulo, para dirimir qualquer ação ou medida judicial decorrente deste Termo de Adesão.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo de Adesão em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo indicadas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de outubro de 2021

CREDENCIADA

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

Interveniente anuente:

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III – MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – GESTÃO DO PROJETO PELO ESTADO

MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº [●]

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de sua Secretaria de Governo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede Rua [●], representada neste ato por seu titular [●] (“ESTADO”), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, torna público o presente Chamamento Público para a habilitação e credenciamento de pessoas jurídicas para execução de serviços operacionais para exploração de atividade lotérica.

1. OBJETO

- 1.1. O presente Chamamento Público tem por objetivo a habilitação de pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para a prestação de serviços de gestão de atividades lotéricas (“Serviços”) da Loteria Estadual de São Paulo, nos termos do Decreto nº [●], sob sua inteira responsabilidade e risco, conforme especificações constantes do Termo de Referência deste Edital (Anexo A).

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Podem participar deste Chamamento Público pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, em situação regular (“Interessadas”), desde que apresentados os documentos exigidos para habilitação e qualificação técnica. Todas as Interessadas que atendam às exigências do Edital serão habilitadas (“Habilitadas”) e poderão firmar o Contrato, na forma do item 4.
- 2.2. O presente Chamamento Público ficará vigente por tempo indeterminado, a contar da publicação.
- 2.3. A participação no presente Chamamento Público implica a concordância, por parte das Interessadas, com todos os termos e condições deste Edital e seus anexos.
- 2.4. Fica vedada a habilitação de Interessadas:
 - (i) em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - (ii) suspensas, impedidas ou proibidas de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, ou proibidas de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta;
 - (iii) que incidam em algumas das vedações previstas no artigo 38, da Lei federal nº 13.303/2016

- (iv) cujo o Contrato tenha sido anteriormente resolvido, nos termos do item 3.13.1 do Anexo A a este Edital.

3. HABILITAÇÃO

- 3.1. A qualquer momento partir da publicação deste Edital, para fins de habilitação, as Interessadas deverão apresentar a documentação relacionada nos itens 3.5 e 3.6 deste Edital por e-mail, podendo a qualquer momento ser requerido pelo ESTADO cópia autenticada ou cópia acompanhada do original dos documentos apresentados.
- 3.2. Todas as certidões exigidas deverão estar válidas na ocasião de análise da documentação. As Interessadas deverão manter as certidões válidas durante todo o processo do credenciamento, inclusive para fins de assinatura do Contrato.
- 3.3. Interessadas inabilitadas, caso ainda tenham interesse, poderão apresentar a documentação que motivou sua inabilitação novamente.
- 3.4. No caso de participação em consórcio, todas as empresas consorciadas deverão apresentar individualmente a documentação descrita no item 3.5.
- 3.5. A documentação a ser apresentada para habilitação jurídica, comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira consiste em:
 - (i) ato constitutivo registrado e válido junto à Junta Comercial ou compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, em que constem os compromissos assumidos, a participação de cada consorciado, a empresa líder responsável pelos atos praticados pelo consórcio e a responsabilidade solidária entre os consorciados;
 - (ii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - (iii) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND)
 - (iv) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
 - (v) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
 - (vi) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
 - (vii) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.6. Será exigida comprovação de qualificação técnica por meio de:

- (vi) apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica nacional ou estrangeira, comprovando já ter prestado a ente público ao menos os serviços de (i.a) comercialização de produtos lotéricos por meio de sistema digital/software, e (i.b) desenvolvimento de aplicação móvel com integração de meios de pagamento digitais para comercialização de produtos lotéricos em loterias geridas por entes públicos, admitido o somatório de atestados;
- (vii) indicação das instalações tecnológicas consideradas essenciais para a execução dos Serviços, descritas no Anexo IV.

4. CONTRATO

- 4.1. Serão consideradas Habilitadas as Interessadas que atendam as condições estabelecidas no item 3 deste Edital.
- 4.2. Procedida a habilitação, os nomes das Habilitadas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo no prazo de até [●] dias contados do recebimento dos documentos, e estas serão convocadas para firmar o Contrato, momento em que assumirão a qualidade de CREDENCIADAS.
- 4.3. O ESTADO outorgará às Habilitadas o Contrato, a título pessoal e intransferível, com vigência de 10 (dez) anos a contar da data de sua assinatura, conforme Minuta do Anexo B a este Edital e o disposto no art. 110, I da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4. As Habilitadas terão o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para assinatura do Contrato. A recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo implicará a perda da habilitação.
- 4.5. Poderá a Interessada perder a sua condição de Habilitada se o ESTADO tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira ou técnica.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES

- 5.1. O Edital e todos os seus anexos poderá ser consultado através do site da Secretaria de Governo do ESTADO.
- 5.2. Interessadas poderão obter maiores esclarecimentos acerca do objeto deste Chamamento Público pelo telefone [●] ou e-mail [●], de segunda a sexta-feira das [●] às [●].

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO PELO ESTADO

1. JUSTIFICATIVA

- 1.1. A exploração e administração do serviço da Loteria Estadual de São Paulo foi autorizada pelo artigo 15 da Lei estadual nº 17.386/2021.
- 1.2. Para viabilizar a exploração da atividade no Estado de São Paulo, o ESTADO pode delegar a terceiros as atividades operacionais inerentes à exploração do jogo lotérico na forma da Lei nº 14.133/2021, conforme admite o artigo 191, *caput* e parágrafo único.
- 1.3. O Chamamento Público para credenciamento se justifica em face da inviabilidade de competição decorrente da vantagem para o ESTADO em credenciar, em igualdade de condições, todas as Habilitadas para prestação dos Serviços, sem que haja relação de exclusão entre elas.
- 1.4. Com o credenciamento de Habilitadas para a prestação dos Serviços, o ESTADO seguirá como titular da exploração e administração da atividade, obtendo ganhos de eficiência econômica, tecnológica e territorial.
- 1.5. O presente credenciamento viabiliza, do ponto de vista técnico e comercial, a implantação de estrutura para exploração das atividades de loteria, com foco na modernização dos modelos de negócio e na lucratividade da operação.
- 1.6. Adota-se o prazo estabelecido no item 4.3 deste Edital por tratar-se de contratação que resulta em geração de receita para o ESTADO e por prever a execução das atividades por conta, risco e investimentos das CREDENCIADAS, o que demanda a concessão de prazo para ensejar atratividade ao credenciamento.

2. OBJETO

- 2.1. O objeto do presente Edital é a habilitação de Interessadas para a prestação dos seguintes Serviços:
 - (i) desenvolvimento de produtos lotéricos com registro eletrônico e identificação do apostador (“Produtos”) e elaboração dos planos de premiação, observadas as modalidades de loteria previstas na legislação federal e o disposto no item 4 deste Termo de Referência (“Plano de Premiação”);
 - (ii) comercialização e distribuição dos Produtos no Estado de São Paulo, incluindo desenvolvimento de aplicação móvel que atenda às funcionalidades técnicas descritas no item 5 deste Termo de Referência, com integração de meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos (“Aplicação Móvel”);

- (iii) captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços;
- (iv) operacionalização, administração, monitoramento e gestão técnica e financeira das extrações e pagamentos de prêmios relacionados aos Produtos;
- (v) promoção publicitária dos Produtos;
- (vi) manutenção e prestação de suporte técnico para adequado funcionamento da Aplicação Móvel;
- (vii) atendimento aos usuários para solução de ocorrências e recebimento de sugestões e reclamações relacionadas aos Produtos ou Serviços.

3. EFICIÊNCIA

- 3.1. Cada CREDENCIADA deverá gerar, até o terceiro ano à frente da execução dos Serviços, a captação de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de apostas da Loteria Estadual de São Paulo, que deverá ser mantido até o término do prazo contratual.
- 3.2. A aferição da eficiência ocorrerá por procedimento conduzido pelo ESTADO, que informará periodicamente às CREDENCIADAS o *status* de suas operações em face do universo da Loteria Estadual de São Paulo, possibilitando que sejam feitas adequações para melhoria de eficiência ou, caso contrário, encerradas as atividades das CREDENCIADAS.

4. PRODUTOS

- 4.1. O desenvolvimento de Produtos deverá observar as modalidades previstas na legislação federal. Cada Produto deverá ter um Plano de Premiação, que poderá estabelecer faixas de prêmios pagos em dinheiro, bens materiais e/ou serviços.
- 4.2. Exceto para apostas de quota fixa, os Planos de Premiação deverão expressar um percentual em relação ao valor de face de cada Produto para premiação.
- 4.3. Poderão ser instalados pontos de venda ou terminais para distribuição dos Produtos por meio físico, desde que a transação tenha registro digital (“Pontos de Venda”).
- 4.4. Poderão ser propostas novas tecnologias de distribuição e características de usabilidade e novos formatos de produto, desde que preservadas as características necessárias à sua inviolabilidade e segurança.
- 4.5. Os Produtos deverão ser vinculados à inscrição do apostador no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no momento de aquisição. A identificação do apostador será registrada quando do recebimento de prêmios. A coleta e processamento destas informações deverá observar os requisitos de tratamento de dados pessoais estabelecidos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

- 4.6. Os Produtos não poderão permitir qualquer identificação de tendência na distribuição de prêmios antes do momento de sua ocorrência e deverão oferecer segurança contra fraudes, adulteração e quebra de seu sigilo.

5. APLICAÇÃO MÓVEL

- 5.1. A Aplicação Móvel deverá apresentar funcionalidades técnicas que permitam a comercialização de Produtos não físicos com requisitos de segurança e confiabilidade, com tecnologias e ferramentas que assegurem a inviolabilidade dos Produtos e transações, aleatoriedade, imparcialidade, legitimidade, transparência e disponibilidade na distribuição de prêmios e extrações.

- 5.2. A Aplicação Móvel deverá:

- (i) demonstrar de forma clara e intuitiva as regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto;
- (ii) verificar de forma automática os resultados vinculados aos Produtos adquiridos, atribuindo também de forma automática os prêmios correspondentes aos apostadores;
- (iii) dispor de recursos e ferramentas de segurança que garantam a integridade, privacidade e inviolabilidade de todas as transações realizadas e dos dados dos apostadores;
- (iv) limitar a possibilidade de aquisição dos produtos a depender da localização geográfica do usuário; e
- (v) permitir consulta ao saldo disponível, histórico de compras, prêmios recebidos, transações financeiras realizadas, emissão de comprovante dos Produtos adquiridos e resgate de prêmios em dinheiro ou por conversão em créditos virtuais.

- 5.3. A Aplicação Móvel deverá integrar meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos, bem como autenticação e registro das transações. Poderão ser comercializados créditos virtuais para aquisição de Produtos.

- 5.4. Tanto a Aplicação Móvel quanto os Pontos de Venda deverão ser integrados a sistema informatizado que:

- (i) permita acompanhar a gestão e administração dos Planos de Premiação;
- (ii) permita acompanhar, detalhar e validar a venda dos Produtos;
- (iii) permita obter informações sobre pagamentos pelos apostadores, extrações, apostadores premiados e pagamento de prêmios;
- (iv) permita emitir extratos financeiros que demonstrem o faturamento e as premiações pagas;

- (v) evidencie a imutabilidade dos registros das transações realizadas, apostas e extrações efetivadas, Produtos adquiridos e demais informações do banco de dados da CREDENCIADA; e
 - (vi) evidencie a aleatoriedade dos números sorteados, sem nenhum tipo de viés, por meio de formas auditáveis por terceiros, a qualquer momento, antes, durante ou após sorteio.
- 5.5. As informações coletadas pelos sistemas informatizados da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda deverão ser disponibilizadas ao ESTADO, para fiscalização e auditoria, sempre que solicitado.
- 5.6. As CREDENCIADAS deverão manter os recursos relacionados aos sistemas da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda em perfeita funcionalidade, desenvolvendo adaptações, modificações e solucionando falhas quando necessário para garantir a disponibilidade dos sistemas.

6. IDENTIDADE VISUAL

- 6.1. Como meio de facilitar a identificação pelos apostadores, os Produtos deverão seguir as mesmas características de *layout*, divulgar o logo da Loteria Estadual de São Paulo em local de destaque e manter identidade visual uniforme, com utilização das cores [●] e fonte [●].
- 6.2. A elaboração da arte final e do *layout* de apresentação dos Produtos será realizada pela CREDENCIADA e aprovada pelo ESTADO antes do início de sua produção para comercialização.
- 6.3. Os Produtos devem observar os padrões internacionalmente adotados para o mercado, conter tecnologia de individualização e controle de autenticidade e propiciar condições de boa e inequívoca leitura.
- 6.4. O *layout* dos Produtos deverá incluir:
- (i) preço;
 - (ii) premiação;
 - (iii) identificação do Produto;
 - (iv) regulamento.

7. PAGAMENTOS

- 7.1. Não haverá nenhuma forma de pagamento pelo ESTADO às CREDENCIADAS e não há garantia de que existirá demanda dos Produtos.
- 7.2. A CREDENCIADA deverá repassar ao ESTADO, mensalmente, valor correspondente a 8% (oito por cento) de sua arrecadação total.

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO B AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - GESTÃO DO PROJETO PELO ESTADO

MINUTA DO CONTRATO AO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE LOTÉRICA

Pelo presente instrumento, as partes a seguir nomeadas (individualmente “Parte” e conjuntamente “Partes”):

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de sua Secretaria de Governo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede Rua [●], representada neste ato por seu titular [●] (“ESTADO”);

[●], com sede no Município de [●], Estado de [●], Rua [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●] (“CREDENCIADA”);

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o ESTADO está autorizado a explorar a Loteria Estadual de São Paulo, nos termos do artigo 15 da Lei estadual nº 17.386/2021;
- (ii) o ESTADO pode delegar a terceiros, na forma da Lei nº 14.133/2021, as atividades operacionais inerentes à exploração do jogo lotérico;
- (iii) a CREDENCIADA atende às condições de regularidade fiscal e trabalhista e habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira estabelecidas no Chamamento Público nº [●];

RESOLVEM as Partes firmar o presente **CONTRATO AO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS DE JOGO LOTÉRICO** (“Contrato”), mediante as seguintes cláusulas e condições:


1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a contratação da CREDENCIADA para prestação dos seguintes serviços de exploração de atividades lotéricas da Loteria Estadual de São Paulo (“Serviços”):

- (i) desenvolvimento de produtos lotéricos (“Produtos”) e elaboração dos planos de premiação, observadas as modalidades de loteria previstas na legislação federal e o disposto no Termo de Referência do Chamamento Público nº [●] (“Plano de Premiação”);
- (ii) comercialização e distribuição dos Produtos restrita aos limites territoriais do Estado de São Paulo, incluindo desenvolvimento de aplicação móvel que atenda às funcionalidades técnicas descritas no Termo de Referência do Chamamento Público nº [●], com integração de meios de pagamento digitais para comercialização dos Produtos (“Aplicação Móvel”);
- (iii) captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços;

- (iv) operacionalização, administração, monitoramento e gestão técnica e financeira das extrações e pagamentos de prêmios relacionados aos Produtos;
- (v) promoção publicitária dos Produtos;
- (vi) manutenção e prestação de suporte técnico para adequado funcionamento da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda; e
- (vii) atendimento aos usuários para solução de ocorrências e recebimento de sugestões e reclamações relacionadas aos Produtos ou Serviços.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. O credenciamento não conferirá direito à exclusividade na prestação dos Serviços. Não será admitida a cessão ou transferência, parcial ou total, do objeto do presente credenciamento.
- 2.2. A CREDENCIADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados aos Serviços e poderá estabelecer livremente as condições de venda e formas de pagamento dos Produtos, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- 2.3. É admitida a subcontratação parcial dos Serviços, sem prejuízo da responsabilidade da CREDENCIADA em face do ESTADO por todos os prejuízos causados na execução dos Serviços.
- 2.4. A CREDENCIADA deverá exigir a identificação da inscrição do apostador no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para aquisição dos Produtos. A identificação será vinculada ao Produto adquirido e deverá ser registrada quando do recebimento de prêmios. A coleta e processamento destas informações deverá observar os requisitos de tratamento de dados pessoais estabelecidos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 2.5. A prestação dos Serviços deverá observar condições de:
 - (i) segurança, interoperabilidade e performance das tecnologias adotadas;
 - (ii) integridade, rastreabilidade, auditabilidade, confidencialidade de dados pessoais e de informações obtidas na operação dos Serviços; e
 - (iii) transparência, atualidade e regularidade dos instrumentos e mecanismos utilizados.
- 2.6. A Aplicação Móvel a ser desenvolvida pela CREDENCIADA deverá:
 - (i) divulgar o logo da Loteria Estadual de São Paulo em local de destaque e utilizar a identidade visual estabelecida no Termo de Referência do Chamamento Público nº ;
 - (ii) dispor de infraestrutura tecnológica para comercialização dos Produtos com disponibilização de meios de pagamento digitais, bem como autenticação e registro das transações;
 - (iii) informar as regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto;

- (iv) dispor de recursos e ferramentas de segurança que garantam a integridade, privacidade e inviolabilidade de todas as transações realizadas e dos dados dos apostadores.

2.7. Pontos de Venda instalados pela CREDENCIADA deverão:

- (i) dispor de infraestrutura fixa ou móvel para aquisição presencial dos Produtos;
- (ii) ter fácil acesso e sinalização de identificação da Loteria Estadual de São Paulo, das regras, valores e prêmios vinculados a cada Produto.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

- 3.1. A CREDENCIADA deverá comprovar sua eficiência operacional por meio da geração de, pelo menos, 10% (dez por cento) das apostas captadas pelo ESTADO no âmbito da Loteria Estadual de São Paulo a partir do 36 (trigésimo sexto) mês do presente Contrato, mantendo tal percentual até o término de sua vigência.
- 3.2. A medição do *status* das operações da CREDENCIADA em face do universo da Loteria Estadual de São Paulo (“Verificação da Operação”) terá início no 30º (trigésimo) mês do Contrato.
- 3.3. O ESTADO informará à CREDENCIADA no 30º (trigésimo) mês e, a partir de então, a cada 6 (seis) meses, sobre a Verificação da Operação.
- 3.4. Caso se ateste, em duas aferições semestrais consecutivas da Verificação da Operação, que a CREDENCIADA foi incapaz de captar o percentual mínimo de apostas, esta estará automaticamente inadimplente, com resolução do Contrato.

4. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

- 4.1. As receitas auferidas pela CREDENCIADA decorrerão da exploração comercial dos Produtos tanto em Pontos de Venda como no ambiente virtual ou eletrônico, mas sempre com registro digital das transações. Nenhum valor será devido pelo ESTADO em função da execução dos Serviços.
- 4.2. As receitas resultantes da exploração dos Produtos deverão assegurar que a CREDENCIADA faça frente:
 - (i) aos custos de amortização dos investimentos realizados para execução dos Serviços dentro do prazo deste Contrato; e
 - (ii) ao cumprimento das obrigações legais e deste Contrato.
- 4.3. Como operadora dos meios de pagamento e responsável pela captação, aplicação, gestão e repasse dos recursos financeiros relacionados à execução dos Serviços, a CREDENCIADA deverá repassar ao ESTADO, mensalmente, valor correspondente a 8% (oito por cento) de

sua arrecadação total. Até a o recolhimento à conta indicada pelo ESTADO, os valores deverão ser mantidos em conta de custódia em instituição financeira brasileira.

- 4.4. O repasse mencionado no item 3.4 supra será efetuado por meio de crédito na seguinte conta corrente: [●]
- 4.5. Em caso de atraso na realização dos repasses, a CREDENCIADA estará sujeita a pagar juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor não repassado, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas no Contrato.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

5.1. São obrigações da CREDENCIADA na execução dos Serviços:

- (i) dispor de todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e insumos necessários para o cumprimento do Contrato;
- (ii) garantir a confiabilidade e a integridade dos sistemas necessários para operacionalização de toda a atividade lotérica por meio da prestação dos Serviços;
- (iii) adotar mecanismos e procedimentos internos para garantir a integridade e permitir a auditoria dos Serviços, com incentivo à denúncia de irregularidades;
- (iv) cooperar para eventuais atividades de acompanhamento e fiscalização pelo ESTADO, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes à prestação dos Serviços, bem como aos registros contábeis, dados e informações operacionais; e
- (v) assumir integral responsabilidade civil e penal pelos riscos inerentes à boa execução e eficiência na prestação dos Serviços, bem como pelos danos decorrentes de sua execução.

5.2. A CREDENCIADA deverá elaborar e observar as políticas, os planos e os protocolos operacionais e de segurança, ou documentos formais equivalentes, dispostos no Anexo V.

5.3. A CREDENCIADA, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável e neste Contrato, terá direito a:

- (i) explorar os Serviços com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, observadas as limitações e condicionantes fixadas neste Contrato e na legislação aplicável;
- (ii) captar e gerir os recursos financeiros necessários à exploração dos Serviços; e
- (iii) utilizar o nome e logomarca da Loteria Estadual de São Paulo nos Produtos;

6. OBRIGAÇÕES DA ESTADO

6.1. São obrigações da ESTADO:

- (i) divulgar ao público a relação atualizada das empresas credenciadas para distribuir produtos lotéricos; e
- (ii) fiscalizar o cumprimento do Contrato.

7. FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A fiscalização de todas as atividades previstas neste Contrato será executada pelo ESTADO, diretamente ou mediante apoio técnico de terceiros.
- 7.2. A CREDENCIADA facultará ao ESTADO, ou a qualquer outra pessoa por ela credenciada, o livre acesso às áreas, instalações, locais, documentos e dados referentes aos Serviços, incluindo estatísticas, registros administrativos e contábeis e contratos com terceiros, prestando os esclarecimentos necessários. O ESTADO poderá demandar informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como prestações de contas.
- 7.3. A CREDENCIADA deverá emitir, quando demandada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação do ESTADO, relatórios sobre:
 - (i) arrecadação resultante da venda dos Produtos;
 - (ii) detalhamento das vendas realizadas por região, data, canal de venda, valor e forma de pagamento;
 - (iii) formas e valores do pagamento de prêmios em conformidade com as respectivas extrações e venda de Produtos; e
 - (iv) disponibilidade dos sistemas da Aplicação Móvel e dos Pontos de Venda, indicando as horas de operação e falhas de disponibilidade.
- 7.4. A fiscalização pelo ESTADO não exclui a responsabilidade da CREDENCIADA pela adequação e qualidade dos Serviços, assim como pelo cumprimento das obrigações deste Contrato.

8. PRAZO, RESCISÃO E PENALIDADES

- 8.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 10 (dez) anos.
- 8.2. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo ESTADO nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021. Hipóteses de caso fortuito e/ou motivos de força maior serão excludentes da responsabilidade das partes, nos termos do art. 393 do Código Civil.
- 8.3. Exceto na hipótese do item 3.4, a inexecução dos Serviços, total ou parcial, poderá sujeitar a CREDENCIADA às seguintes penalidades:
 - (i) multa de mora de [●] por infração;

- (ii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com ESTADO por [●] meses, em caso de reincidência da mesma infração pela CREDENCIADA.

8.4. A rescisão do Contrato e a aplicação de penalidades por ESTADO deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo administrativo.

8.5. A CREDENCIADA poderá denunciar o Contrato a qualquer tempo.

9. FORO

9.1. As partes elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de São Paulo, para dirimir qualquer ação ou medida judicial decorrente deste Contrato.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo indicadas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de outubro de 2021

CREDENCIADA

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV - INSTALAÇÕES TECNOLÓGICAS EXIGIDAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

INSTALAÇÕES TECNOLÓGICAS ESSENCIAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Exigência	Justificativa	Documentos comprobatórios
Documentação online dos serviços para integração de terceiros.	Para uma plataforma multi-canal com serviços disponíveis para que empresas parceiras possam integrar-se, é fundamental que existam documentações online de cada um dos serviços e todos os parâmetros, facilitando o processo de desenvolvimento desses parceiros.	Site http, disponível para todo o público, com credenciais a serem geradas e entregues para o parceiro com os serviços e parâmetros que devem ser considerados para cada serviço.
O desenvolvimento deverá estar baseado na arquitetura de sistemas distribuídos e armazenadas em nuvem	Não existir a necessidade de nenhum arquivo executável para a instalação e execução do sistema, exceção dada apenas a aplicativos smartphone	Desenho da arquitetura do produto onde não haverá sequer nenhum código executável além de um simples browser para acesso ao sistema.
Plano de comunicação com os clientes para dar clareza em todo o processo, desde a aposta até o resultado dos jogos.	Plano de comunicação clara e automatizada a ser enviada em seguida a cada atualização do processo dos clientes desde a aposta, confirmação de pagamento e resultado.	Evidência do fluxo de comunicação bem como todas as evidências do contato demonstrando o tempo que o evento ocorreu e o que a comunicação foi disparada.
Compatibilidade com os navegadores Chrome, firefox,	Para um melhor aproveitamento sistêmico do produto, é importante	Documento de evidência da usabilidade do produto em todos os navegadores.

safari, microsoft edge e mozilla	que haja a compatibilidade com os navegadores mais usados no Brasil, portanto o Chrome, firefox, safari, Edge e Mozilla	
Garantia de aleatoriedade dos jogos (RNG)	Onde será garantida a aleatoriedade, que não exista padrão e sequer repetições que possam ser “previstos” por modelos computacionais ou humanos, trazendo total isenção ao processo	<ul style="list-style-type: none"> • Um relatório de certificação delineando a avaliação efetuada e os resultados dessa avaliação • Os resultados dos testes Diehard e Chi-quadrado. • Um selo/logo de certificação • Um certificado indicando a compliance do RGN com os testes efetuados.
Possibilidade de envio sistêmico de informações relacionados a auditoria a Administração Pública	Envio sistêmico, através do método previsto no Contrato, dos indicadores de acompanhamento do negócio.	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de negócio por indisponibilidade do sistema • Valor a ser repassado mensalmente à Administração Pública • Payout médio total • Payout médio por jogo • Gasto total • Gasto total por modalidade • Gasto total por jogo • Gasto total em marketing • Gasto total em marketing por modalidade • Gasto total em marketing por jogo • Gastos em comunicação • Gastos em comunicação por modalidade • Gastos em comunicação por jogo • Valor total de comissões pagas a agentes/Pontos de Venda

		<ul style="list-style-type: none"> • Valor total de comissões pagas por utilização de plataforma • Quantidade total de prêmios pagos • Valor de prêmios pagos por patamar de prêmio • Quantidade total de prêmios pagos por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Quantidade total de prêmios registrados por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Valor total de prêmios registrados por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Fundo pagamento de prêmios • Taxa interna de rentabilidade • EBITDA • Rendimento sobre o investimento efetuado • Gross Gaming Revenue - GGR • Net Gaming Revenue - NGR • Valor de venda bruta • Valor de venda brutas por modalidade • Valor de vendas bruta por jogo • Valor de venda bruta total por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Quantidade total de apostas por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Vendas por modalidade por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Quantidade total de registros por modalidade por Aplicação Móvel e Pontos de Venda • Valor total de venda bruta • Quantidade total de registros • Vendas totais por modalidade • Quantidade total de registros
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<ul style="list-style-type: none"> ● Vendas totais por jogo ● Quantidade total de Pontos de Venda ● Quantidade total de novos Pontos de Venda ● Quantidade total de Pontos de Venda inativados ● Quantidade total de Pontos de Venda suspensos ● Quantidade total de processos de abertura de Pontos de Venda ● Quantidade de Pontos de Venda por tipo de negócio ● Saldo médio em depósitos de apostadores ● Saldo médio de carregamentos de apostadores ● Quantidade de apostas registradas ● Valor total de apostas registradas ● Valor médio da aposta ● Quantidade de jogadores ativos ● Quantidade de novos jogadores ● Evolução anual de novos jogadores ● Quantidade de visitas diárias à Aplicação Móvel ● Quantidade de visitas com registros de apostas ● Quantidade de visitas sem registros de apostas ● Tempo médio de visita ● Tempo média de aposta por jogador ● Quantidade de carregamentos iniciais ● Valor total de carregamentos iniciais efetuados ● Montante médio do 1º carregamento do cartão apostador ● Índice de disponibilidade do sistema (update rate) ● Índice de indisponibilidade não-programada ● Tempo médio de resolução (mean-time to Resolve;MTTR) ● Incidentes de segurança ● Erros (Bugs) do sistema
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<ul style="list-style-type: none"> ● Índice resolução 1º contato (first contact resolution rate) ● Índice de performance do sistema ● Taxa de pedido de autoexclusão ● Evolução de quantidade de autoexcluídos ● Quantidade total de pedidos de autoexclusão ● Quantidade total de apostadores da situação de autoexclusão ● Quantidade total de reversão de autoexclusão ● Quantidade de formandos em ações de jogo responsável ● Quantidade de horas formação em jogo responsável ● Quota interna por modalidade ● Quota interna por jogo ● Quantidade total de apostas ● Quantidade total de registros ● Quantidade de apostas por modalidade ● Quantidade de apostas por jogo ● Quantidade de registros por modalidade ● Quantidade de registros por jogo ● Quantidade média apostas p/ registros p/ modalidade/jogo ● Valor médio da aposta por modalidade ● Valor médio da aposta por jogo ● Taxa efetiva de venda de loteria física ● Taxa efetiva de colocação de loteria física ● Taxa de devolução de loteria física ● Quantidade de reclamações recebidas por Aplicação Móvel e Pontos de Venda ● Quantidade reclamações com justificção ● Quantidade reclamações sem justificção
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Registro das Apostas Consumidor Reais (KYC)	O operador deverá demonstrar suas políticas de Know Your Customer e as apostas deverão ser registradas com CPF para garantir o combate às fraudes, lavagem de dinheiro e evasão fiscal	
AML (Anti Money Laundry)	Políticas anti-lavagem de dinheiro que garantam e atestem a transparência de registro das apostas, bem como fluxo de pagamentos de prêmios e seus respectivos fluxos de comunicação às autoridades fiscais competentes	
Plataforma de Digital Commerce	Com as funcionalidades de Vitrine, Carrinho, Carteira Digital, Pagamento de Prêmios, gestão dos resultados bem como toda a visibilidade para o consumidor desde a aposta realizada até os resultados	Evidência do site, demonstrando todas as etapas da venda em todos os tipos de produtos diferentes a serem comercializados pela plataforma.
Robustez para atender capacidades sazonais ou eventos especiais	Em eventos que demandem uma capacidade elevada de processamento em função de uma alta demanda mercadológica, seja ela oriunda de um jogo com acúmulo ou evento especial, é importante que o	<ul style="list-style-type: none"> ● Resultados dos testes de stress com uma capacidade projetada próximo a 0,5% da população estadual em acessos simultâneos na plataforma. ● Resultados dos testes de capacidades com uma capacidade projetada próximo a 0,5% da população estadual em acessos simultâneos na plataforma. ● Resultados dos testes de penetração

	operador esteja devidamente preparado técnica e operacionalmente não só pra resistir a demanda como para garantir que os dados não sejam perdidos e que os prêmios sejam devidamente pagos sem prejuízo ao cliente, marca e estado	
Apostas de Maiores de 18 anos	Serviço de validação de identidade que ateste que apenas maiores de 18 anos estão apostando.	<ul style="list-style-type: none"> ● Teste e evidência de uma tentativa de compra para menores que demonstre o “bloqueio” do processo e relatório com os seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> ○ Taxa de pedido de autoexclusão ○ Evolução de quantidade de autoexcluídos ○ Quantidade total de pedidos de autoexclusão ○ Quantidade total de apostadores da situação de autoexclusão ○ Quantidade total de reversão de autoexclusão ○ Quantidade de formandos em ações de jogo responsável ○ Quantidade de horas formação em jogo responsável ○ Quota interna por modalidade
<i>Datacenters</i>	Garantia de confidencialidade, integridade, autenticidade, acesso ininterrupto e disponibilidade.	Ao menos uma das estruturas dos <i>datacenters</i> deve ter a certificação ISO9001:2015 e Tier 4, podendo o operador comprovar nível de operação similar apresentando ao Estado a mesma documentação exigida por referidos certificadores. Os demais devem estar alinhados com os requisitos fornecidos pela norma ANSI/EIA/TIA-942.

<p>Garantia de proteção dos dados dos consumidores</p>	<p>Garantia de proteção dos dados dos consumidores seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) por meio de um conjunto de ações técnicas, suportadas pelos devidos certificados ou por meio da apresentação dos mesmos documentos necessários para sua obtenção, visa garantir a proteção de sistemas, programas, redes e equipamentos de invasões.</p>	<p>Atendimento aos critérios de Cyber Security (conjunto de ações técnicas, suportadas pelo certificado ISO 27001 ou similar, podendo evidenciar nível de segurança semelhante apresentando a mesma documentação exigida por referidas certificadoras).</p>
---------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO V - DOCUMENTOS A SEREM ELABORADOS PELA CREDENCIADA

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE LOTÉRICA

Documento	Objetivo/conteúdo mínimo
Plano de Segurança da Informação	O Plano de Segurança da Informação tem como finalidade planejar as ações de segurança da informação e comunicações que serão implementadas, considerando os requisitos ou pressupostos estabelecidos pelo planejamento organizacional, bem como as diretrizes expedidas pela autoridade decisória da organização.
Política de Governança de Dados	Estrutura criada com o objetivo específico de coordenar, orientar e definir regras para a criação, coleta e uso dos dados, visando proteger a propriedade intelectual da empresa e garantir a segurança no armazenamento, monitoramento e geração de dados no ambiente corporativo.
Protocolo de Mapeamento de Dados	O data mapping reflete o caminho percorrido pelo dado pessoal dentro da empresa, incluindo os processos e procedimentos pelos quais o dado transita, desde a origem, a base legal que respalda o tratamento deste dado pessoal, o nível de segurança da base de dados a qual o dado pertence, entre outras informações necessárias para a análise de vulnerabilidades técnicas e jurídicas.
Plano de Gestão de Dados	Documento descritivo de quais dados serão coletados ou gerados, quais as metodologias e padrões que serão utilizados nesses processos, se, como e em quais condições esses dados serão compartilhados bem como eles serão atualizados, preservados ou excluídos.
Política de Privacidade	A partir do escopo de Privacy by Design, contemplado pela LGPD, é uma política de privacidade que determina as práticas e processos adotados pelos recursos da organização, tais como um site, app, ou outro tipo de aplicação para tornar transparente sua relação com o usuário. Seu objetivo é informar ao usuário todos os direitos, garantias, formas de uso, dados recolhidos, processamento e descarte dessas informações pessoais.
Política de Processamento de Dados	Conjunto de políticas que têm por escopo nortear o processo de coleta, utilização, transmissão, enriquecimento, armazenagem, atualização e descarte de dados - especialmente os dados pessoais e sensíveis nos termos do art. 5º, II, da LGPD - e introduz as normas e procedimentos a serem adotados por todos os colaboradores da organização.

Política de Prevenção de Vazamento de Dados	A Política de DLP define processos e procedimentos para garantir que dados confidenciais - em específico os dados pessoais e sensíveis, nos termos da LGPD - não sejam acessados, perdidos, roubados, mal utilizados ou vazados na web por usuários não autorizados.
Protocolo de Resposta a Incidentes	Procedimentos em termos da ISO 27001, que definem políticas e processos com o objetivo de garantir a pronta resposta formal a partir da detecção de anomalias e vulnerabilidades de Segurança Digital.
Política de Segurança da Informação	Políticas, processos e diretrizes gerais para a gestão da informação da empresa, de modo a prevenir diversos tipos de ameaças e riscos, tais como espionagens, sabotagens, incidentes com ameaças ou códigos maliciosos, vazamentos e exposições de dados.
Política de Backup e Recuperação de Dados	Políticas de gestão que visam regulamentar a política de backup das informações eletrônicas, estabelecendo diretrizes para o processo de cópia e armazenamento dos dados sob a guarda do departamento de tecnologia da informação, visando assim garantir a segurança, integridade e disponibilidade, em conformidade com a Política de Segurança da Informação.
Política de Uso e Gestão de Senhas e Acessos	Política de gestão e controle de processos de troca e recuperação de senha que assegurem a inviolabilidade e não duplicidade de uso e aplicação de senhas e acessos, bem como a proteção contra geração e regeneração automatizada de senhas por mecanismos de ataque.